

Editorial

AFASTAR O PERIGO

O caminho percorrido pela revolução portuguesa desde o 25 de Abril tem sido incerto, irregular, marcado por constantes zigzagues, ameaças e perigos.

Entretanto não se consumaram as ameaças de uma rápida volta ao fascismo como logo no dia 26 de Abril ameaçou a reacção. Entretanto, avançou-se. Portugal tornou-se o país de mais amplas liberdades na Europa capitalista. Melhoraram consideravelmente as condições de vida dos trabalhadores, nomeadamente das camadas mais desfavorecidas. Foram realizadas profundas transformações económicas, com as nacionalizações dos bancos e de sectores básicos da indústria e dos transportes. Deram-se grandes passos na reforma agrária, que abrange já cerca de 1 milhão de hectares de terra.

Nada porém está ainda definitivamente assegurado. Nem sequer a democracia. Para assegurá-la, é necessário conter e derrotar a direita reaccionária e afastar definitivamente o real perigo do regresso ao fascismo.

(Continua na pág. 2)

ATENTADO BOMBISTA

Uma carga explosiva danificou fortemente, na madrugada de ontem, o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português em Mértola.

A explosão, que se verificou cerca das cinco horas da manhã, destruiu completamente as duas portas do edifício, fez saltar das ombreiras a porta e provocou a queda do tecto, danificando igualmente o mobiliário. Alguns estilhaços foram ainda projectados com grande força a mais de cinquenta metros atingindo um portão.

No local da explosão, onde compareceram mais tarde elementos da GNR de Beja e ainda uma força do Regimento de Artilharia de Beja para se inteirarem da ocorrência, foram encontrados vestígios do explosivo utilizado, sendo visível num desses restos a seguinte inscrição «Magnetol gigante», tudo indicando tratar-se da marca do explosivo utilizado.

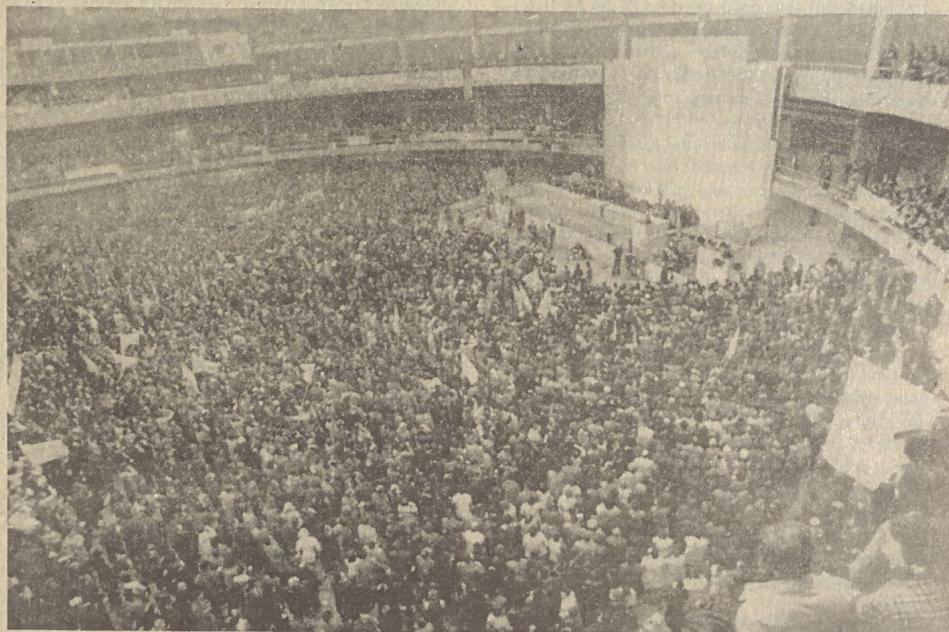
O explosivo, tudo leva a crer, teria sido colocado na soleira da porta e seguindo um camarada que pormoitava no Centro de Trabalho, um automóvel afastou-se a grande velo-

cidade seguindo-se, momentos depois, a explosão que destruiu parcialmente o edifício, causando prejuízos avaliados em mais de cinquenta contos.

A população local não esconde o seu repúdio pelo cobarde atentado e sabe que na sombra se encontra a reacção dos grandes agrários, os quais, nos últimos tempos, já não escondem a sua movimentação, em reuniões constantes.

Por outro lado, o recente acidente em que um latifundiário morreu e outro ficou ferido quando preparavam um engenho explosivo para utilizar contra os trabalhadores vem apenas confirmar de que lado é que parte o terrorismo bombista, visando intimidar as classes trabalhadoras.

Mas a vaga terrorista faz-se sentir principalmente no Norte do País onde a reacção continua a actuar impunemente. Neste último fim-de-semana, bombas rebentaram em Viseu e Viana do Castelo e o Centro de Trabalho do PCP em Olhalvo foi incendiado, cujo relato mais pormenorizado publicamos no interior do jornal.



O Palácio de Cristal foi insuficiente para conter os muitos milhares de trabalhadores que ali acorreram para ouvir a voz da classe operária

GRANDES JORNADAS DO PCP EM ALGÉS, PORTO E BEJA

Nos passados dias 16, 17 e 18 o camarada Álvaro Cunhal participou em comícios do PCP nos quais pronunciou três importantes discursos que «Avante!» publica em separata. A análise da situação política global e de aspectos específicos do Norte, do Alentejo e da região de Lisboa e a definição de tarefas para o momento presente fazem destes documentos peças essenciais para o trabalho político dos militantes do Partido (Reportagens dos comícios nas páginas interiores)



O Estádio 1.º de Maio foi a tribuna onde os trabalhadores da região de Lisboa ergueram bem alto a sua voz contra o aumento do custo de vida

UNIDADE CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA



Pág. 4

uec

UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

4.º ANIVERSÁRIO

NOTA DO PCP SOBRE O RELATÓRIO PRELIMINAR DA COMISSÃO DE INQUERITO AOS ACONTECIMENTOS DE 25 DE NOVEMBRO

1. Está a ser feita grande especulação pela propaganda reaccionária interna e externa em torno do Relatório Preliminar da Comissão de Inquérito aos acontecimentos de 25 de Novembro.

O PCP lembra que, já do tempo do V Governo Provisório e mesmo quando já estavam em desenvolvimento os acontecimentos de Novembro defendeu persistentemente uma solução política e negociada da crise. Sublinhou os perigos da cisão no MFA, procurou pela sua acção política influenciar a reaproximação e reunificação de todos os sectores do MFA e advertiu que um confronto militar só à direita reaccionária poderia aproveitar.

Esta orientação foi defendida junto de sectores e elementos civis e militares a vários níveis de responsabilidade no aparelho político-militar e de variadas tendências com os quais o PCP teve contactos.

2. Sobre a matéria do Relatório Preliminar, o PCP limita-se a esclarecer que:

a) Nunca existiu qualquer linha PCP-FUR, nem PCP-FUR-UDP ou PCP-FUR-COPCON. A presença de um representante do PCP num Secretariado Provisório que precedeu a constituição da FUR durou apenas poucos dias dadas as profundas divergências existentes. Como é sabido, o rompimento deu-se precisamente porque o PCP defendeu com propostas concretas e públicas a solução negociada da crise. São também públicas e constam de documentos da Direcção Central do PCP diver-

gências do PCP com a chamada linha dos oficiais do Copcon. Com a UDP, profundamente anticomunista, nunca o PCP teve qualquer contacto.

b) Como já tem sido afirmado pela Direcção do PCP, houve membros do PCP que tiveram contactos e manifestaram a sua simpatia com unidades e militares sublevados, mas deve ter-se em conta que esses contactos vinham de trás, eram conhecidos, habituais e normais como contactos com as autoridades militares constituídas.

3. Num momento em que recrudescia a campanha anticomunista da reacção e se multiplicavam impunemente as acções terroristas, com atentados à bomba e novos assaltos e incêndios a centros de trabalho do PCP, como acaba de acontecer em Olhalvo, o PCP adverte contra especulações abusivas em torno do Relatório Preliminar relativo aos acontecimentos militares de Novembro.

O PCP não se deixará arrastar em polémicas conflituosas e provocatórias que a reacção está procurando. A histeria reaccionária da direita, as forças populares e democráticas devem opor a verdade, a serenidade, a unidade e a firmeza.

20/1/76

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

- As «eleições» em Albufeira e as manobras da reacção
- As divergências PS-PPD e o reforço da unidade
- Desenvolve-se a cooperação entre Portugal e os países socialistas
- Medalha da paz para Agostinho Neto
- Dirigentes da Guiné-Bissau em Lisboa



(Ler nas págs. interiores)

Editorial

AFASTAR O PERIGO

CONTRA A REACÇÃO

O povo está inquieto. Inquieto pelas ameaças contra as liberdades, pelos ataques à reforma agrária, às nacionalizações, ao nível de vida dos trabalhadores alcançado desde o 25 de Abril. Inquieto pela violenta campanha contra o movimento operário e popular e contra as forças de esquerda. Inquieto pela arrogância e atrevimento da direita reaccionária e pela intensificação e impunidade do terrorismo.

O anticomunismo continua a ser a arma de choque da contra-revolução. Não há calúnia que não seja inventada contra o PCP e a sua direcção. Bombas são lançadas diariamente contra centros de trabalho, casas, estabelecimentos e carros de militantes. O assalto e incêndio do centro de trabalho de Olhalvo parece anunciar nova vaga de crimes. Os bandidos fascistas são conhecidos. Os nomes são divulgados. Ninguém lhes toca. O povo português não pode compreender que um governo democrático e autoritário dum país democrático deixem rédea solta à contra-revolução, ao mesmo tempo que prossegue saneamentos à esquerda, acusações e perseguições a organizações e militantes operários e comunistas, enfraquecendo as linhas de defesa da democracia.

O único perigo no momento presente está na direita reaccionária e esse perigo avoluma-se pela indiferença, a passividade ou tolerância das autoridades.

É legítimo reclamar medidas rápidas e eficazes contra a reacção. É legítimo reclamar a intervenção severa e imediata contra bombistas, arruaceiros, saqueadores e incendiários.

Urge afastar o perigo. A plataforma do VI Co-

verno Provisório indica como uma das suas tarefas principais o combate às actividades contra-revolucionárias. Que se passe das palavras aos actos. Enquanto é tempo.

PREPARAR AS ELEIÇÕES

Ante o avanço e as ameaças da direita reaccionária, a realização de eleições para a Assembleia Legislativa pode ter um papel positivo, contribuindo para consolidar as instituições democráticas e afastar a ameaça dum golpe fascista. Eleições, mas eleições verdadeiramente livres e democráticas. Se persiste a situação actualmente existente, em grande parte do país não haverá eleições livres, mas falsas eleições realizadas num clima de intimidação, violência e terrorismo fascistas.

Se não é rapidamente assegurado em todo o território nacional o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos e continua impune a vaga terrorista, a genuidade das anunciadas eleições ficará gravemente comprometida.

Assegurar a ordem pública e o respeito pela lei, significa antes de mais conter a direita reaccionária, atingir e desarticular o ELP e outras organizações clandestinas, pôr termo ao terrorismo, obrigar os fascistas e caciques locais a observar as normas de vida política do novo Portugal democrático, e castigar os recalcitrantes.

Só assim se poderão criar condições para a realização de eleições dignas desse nome.

O CDS e o PPD, seguindo as tradições políticas em que se criaram os seus chefes, farão naturalmente tudo para que as próximas eleições se assemelhem, na parte do país que efectivamente controlam, às mascaradas de tempos passados.

Quanto ao PS, se quer as liberdades e uma democracia como proclama, se quer eleições através das quais o povo decida, porque não toma firme posição contra a vaga terrorista e não exige o respeito efectivo pelas liberdades?

Quem está pelas liberdades e quem está contra elas? Quem está por eleições e quem está contra elas? É tempo que se definam posições.

POVO E MILITARES

É ou não possível pôr uma barreira ao avanço da reacção, impedir a instauração duma nova ditadura e realizar eleições livres? Há ou não forças bastantes para tal?

A revolução portuguesa fez-se, defendeu-se e desenvolveu-se assente na aliança Povo-MFA, na cooperação que se estabeleceu entre as massas populares e as Forças Armadas. Apesar das modificações verificadas na situação militar, esta aliança, esta cooperação, continua a ser essencial.

O movimento operário e popular, força e base indispensáveis da construção da democracia, continua a ser amplo e poderoso e mostra cada dia o seu vigor e maturidade. As forças armadas, pela boca dos seus chefes, reafirmam a sua fidelidade aos objectivos democráticos do 25 de Abril. A aliança continua a ser necessária e possível.

É característico que sejam os partidos reaccionários (O CDS e o PPD) a exigirem em nome das instituições democráticas «o regresso dos militares aos quartéis». Não iludem ninguém. O que pretendem não é a «democracia civil» mas o afastamento dos militares do 25 de Abril e de todos os outros militares de sentimentos democráticos a fim de ficar caminho desbravado para a instauração de um governo abertamente da direita com o apoio das Forças Armadas reconduzidas ao serviço dos potentados do capital e da terra.

As Forças Armadas redimiram-se com o 25 de Abril. O seu papel na reconstrução do país, no caminho da democracia, continua a ser essencial.

Por isso o Pacto renovado entre o MFA e os partidos, deve consagrar não «o regresso dos militares aos quartéis», mas a continuação da intervenção militar ao nível dos órgãos do poder. Apesar da complexidade e contradições do processo revolucionário, as liberdades e a democracia continuam a defender-se e a assegurar-se com os militares e não contra eles ou sem eles.

UNIR FORÇAS

As forças reaccionárias sabem bem que a par do MFA, o maior obstáculo aos seus planos de

instauração duma nova ditadura é o movimento operário e popular. E sabem também que o PCP é a maior força organizada e a vanguarda incontestada deste movimento. Por isso os seus ataques ferozes contra o PCP. Por isso os seus apelos à repressão e as suas exigências de que o PCP saia do governo.

Todos os democratas, antifascistas e militares, quaisquer que sejam as suas ideias e crenças, devem ter plena consciência de que sem o PCP e contra o PCP não haveria construção da democracia em Portugal, mas restauração do fascismo.

O êxito da defesa contra o avanço da direita reaccionária depende fundamentalmente da conjugação e união dos esforços de todos os antifascistas, de todos os democratas e progressistas, de todos os que, apesar de terem diferentes opiniões sobre tal ou tal problema, querem construir um regime democrático estável definitivamente ao abrigo da ameaça fascista.

Por isso o PCP, com a noção da responsabilidade que lhe cabe na vida política portuguesa, insiste numa ampla política de entendimento e unidade.

Entendimento de partidos, sectores e elementos políticos. Entendimento com as Forças Armadas. Entendimento ao nível dos órgãos do poder. Unidade dos trabalhadores nas fábricas, nas empresas, nos portos, nos campos, em todos os lugares de trabalho. Unidade nos sindicatos, ligas camponesas e outras organizações de massas. Unidade das massas populares na luta pelos seus interesses vitais, pela reforma agrária, pela defesa das outras conquistas da revolução, pela liberdade, a democracia e a independência nacional.

Quaisquer actividades divisionistas servem os interesses da reacção. Há que levantar rapidamente ante o perigo fascista uma barreira unificada das forças da liberdade e do progresso social.

Essas forças são imensas. Unidas são invencíveis.

TAREFA REVOLUCIONÁRIA! ASSINAR O

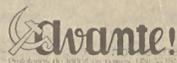


TABELA DE ASSINATURAS (50 números)

CONTINENTE E ILHAS	Via normal	200\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	260\$00	<input type="checkbox"/>
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR, GUINÉ-BISSAU	Via normal	210\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	590\$00	<input type="checkbox"/>
ESPAÑA	Via normal	210\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	290\$00	<input type="checkbox"/>
RESTANTES PAISES EUROPEUS	Via normal	320\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	430\$00	<input type="checkbox"/>
BRASIL	Via normal	210\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	650\$00	<input type="checkbox"/>
RESTANTES PAISES	Via normal	320\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	730\$00	<input type="checkbox"/>
ASSINATURA DE APOIO		200\$00	<input type="checkbox"/>

Envie em cheque/vale de correio, correspondente ao preço da assinatura para
«Editorial Avante!»,
Av. Santos Dumont, 57-2.
LISBOA

ASSINA AVANTE! LÊ * DIVULGA

5 perguntas e 5 respostas sobre o sectarismo (II)

COMO SE MANIFESTA POLITICAMENTE O SECTARISMO?

Verificámos na resposta à primeira pergunta que são fundamentalmente quatro as formas como se manifesta politicamente o sectarismo:

- Fechar as organizações sobre si próprias;
- um sentimento de superioridade dos seus aderentes relativamente às restantes pessoas;
- uma totalmente incorrecta e extremamente perigosa concepção sobre o papel da violência;

— uma dificuldade de compreensão dos reais motivos e condições de actividade que dificultam a definição das formas mais correctas de acção.

Interessa-nos, naturalmente, verificar especificamente como é que estes problemas incidem de uma forma geral sobre a acção política das forças progressistas e muito em particular das organizações do movimento operário.

É importante fixarmo-nos antes de mais nada no facto de que segundo a teoria marxista-leninista cabe ao proletariado o papel de vanguarda na destruição do sistema capitalista e na edificação do sistema socialista, evolução esta tornada necessária e inevitável pela evolução dos meios de produção.

Este papel de vanguarda da classe operária não significa de forma nenhuma que seja única e exclusivamente a classe operária que procede à destruição do sistema capitalista e à construção do socialismo. Na etapa de evolução histórica em que a humanidade se encontra, o proletariado e apenas o proletariado tem condições para assumir o papel de vanguarda num processo revolucionário que interessa à humanidade na sua globalidade.

Falando mais concretamente, o facto de no sistema capitalista os meios de produção se encontrarem nas mãos da burguesia (e, após a evolução no caminho do monopolismo, nas mãos da grande burguesia monopolista) e que é da exploração da classe operária que advém aos capitalistas os lucros que aquela classe operaia lhes permite, faz que seja a classe operária a mais vitalmente interessada na destruição de um sistema que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na sua exploração enquanto classe. Por outro lado, a evolução dos meios de produção industriais onde trabalha a classe operária (fábricas, minas, etc.) impõe métodos de trabalho, condições concretas de vida, hábitos etc. que proporcionam à classe operária condições concretas para se organizar eficazmente na sua luta contra o capital. É na própria produção que a classe operária aprende a necessidade e os métodos de organização e disciplina que aplicados depois à luta política e sindical atribuem às suas organizações papel decisivo.

Nestas circunstâncias, facilmente se compreenderá que é o próprio papel de vanguarda da classe operária que torna possível e relativamente fácil que se manifestem desvios sectários. Por um lado, a importância desse papel de vanguarda leva a que sobre a classe operária e sobre as suas organizações de vanguarda se abata com maior violência o peso da repressão — o que pode levá-las a fecharem-se sobre si próprias até por razões de defesa; a consciência do papel de vanguarda e as possibilidades de acção e organização concretizadas pode levar à criação de um sentimento de superioridade dos seus aderentes relativamente às restantes pessoas; a violência da repressão por um lado, a evidente necessidade de destruir as condições de dominação das classes exploradoras, por outro, e ainda a consciência da própria força pode conduzir a uma totalmente incorrecta e extremamente perigosa concepção sobre o papel da violência. O conjunto destes problemas conduz fatalmente a que as organizações perciam a noção das realidades, uma vez que estão cortadas das massas pelos dois primeiros problemas e tendem a criar ilusões pelo terceiro, donde uma dificuldade de compreensão dos reais motivos e condições de actividade que dificultam a definição das formas mais correctas de acção.

O problema das organizações se fecharem sobre si próprias tem essencialmente dois tipos de incidências: reduzir progressivamente a sua influência e depauperá-las pela sua progressiva inoperância e impossibilidade de alargamento.

Este fechar sobre si próprio manifesta-se por exemplo na tendência para os membros da organização (no caso do Partido, os militantes) limitarem as suas relações apenas a outros membros, discutirem apenas com eles, encerrarem-se burocraticamente nas instalações da organização. Note-se que o trabalho do Partido é fundamentalmente virado para as massas, para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo: ora se os militantes acabam por se dar apenas uns com os outros, cortam os seus contactos e relações com as pessoas que os rodeiam, acabam até por desconhecer quais são os problemas delas e passam a debruçar-se apenas sobre os seus. Como os seus problemas não são independentes dos dos outros e não podem ser resolvidos senão em conjunto, acaba por se cair num círculo vicioso de onde não se sai.

Um exemplo retirado da clandestinidade é particularmente esclarecedor: as exigências conspirativas de defesa face à repressão da PIDE/DGS obrigavam os militantes do PCP a serem extremamente rigorosos na sua defesa, ocultando a sua qualidade de militantes e defendendo rigorosamente a sua actividade partidária. Estas próprias exigências de defesa podiam levar os militantes exactamente a limitarem a sua acção, as suas relações, no fundo, a não fazerem trabalho junto das massas. Ora isto acabava por ser um perigo e não uma defesa. Na realidade, este tipo de comportamento acabava por isolar o militante, o que evidentemente limitava extraordinariamente a sua capacidade de acção política. Mas, mais grave ainda, se o referido militante caía nas mãos da repressão não podia contar com o apoio das massas, o apoio dos seus camaradas de trabalho, dos seus vizinhos, etc. porque afinal cortara todas as pontes com eles! Ora se, bem pelo contrário, esse militante, defendendo sempre o seu trabalho clandestino, se ligasse às pessoas, participasse com elas na resolução dos problemas, estabelecesse laços com elas, aplicasse a sua condição de militante não para a anunciar em altos brados (o que seria inteiramente errado) mas para a concretizar na possibilidade que ela lhe dá de auxiliar com propostas, com experiência aqueles que o rodeiam, então, mesmo face a um golpe da repressão esse militante estaria muito mais defendido porque a sua defesa — por todas as razões — interessava a um grande número de pessoas e ele não ficaria sozinho nas mãos da polícia. Por outro lado, teria eficazmente cumprido o seu papel de vanguarda contribuindo eficazmente para fortalecer a consciência e a organização dos trabalhadores e do povo.

Nas condições de liberdade existentes após o derrubamento do fascismo, a questão não se põe nestes termos exactos, mas no essencial é a mesma coisa: se um militante, se uma organização não se alarga, não vai ao encontro dos problemas de todos, se não se participa na organização e na resolução apresentando propostas concretas etc. está-se a fazer mau trabalho, está-se a ser sectário. Este isolamento acaba por originar — no fundo, como defesa dos próprios militantes que se sentem isolados — o tal sentimento de superioridade que, por sua vez, acaba por agravar ainda mais o próprio isolamento. Passa-se a estar convencido de que se é «melhor do que os outros», que se «sabe mais que os outros», que os outros «não percebem nada disto» e tudo isto afinal porque se pertence ao Partido cuja razão de existir e de actuar são exactamente os tais «outros» e cuja força provém exactamente do apoio que o maior número de «outros» lhe derem!

O sentimento de superioridade determina que a própria experiência, o próprio papel de vanguarda que a organização e os seus militantes podem desempenhar seja prejudicado. Face a um problema concreto, a experiência e estrutura da organização permite que os seus militantes o defrontem melhor equipados, com propostas mais adequadas aos problemas reais: mas uma condição essencial para que a proposta de resolução seja de facto é exactamente que ela possa servir ao maior número possível de pessoas a braços com o mesmo problema. Este dado tem de entrar logo na análise inicial e se os militantes que a fazem estão isolados das massas, não conhecem a sua maneira de pensar e sentir, como hão-de ter em conta esse factor essencial? Ai, eventualmente, congemina propostas e projectos teoricamente mais ou menos bem elaborados, mas aos quais falta esse aspecto essencial e quando chega a altura de o levar às massas defrontam dificuldades em que elas o aceitem! E aí volta-se ao princípio e tudo se complica outra vez: agrava-se o isolamento com todas as consequências! Pior ainda, pode cair-se no gravíssimo erro de pretender impor a solução que até pode ser muito bem arquitetada mas tem o enorme defeito, o politicamente decisivo defeito de as massas, não a aceitarem, por este ou aquele motivo — que até pode ser ter sido mal apresentada! Neste caso, tanto faz que se consiga impor como não: a diferença é apenas de tempo, pois se se consegue é evidente que a solução não tem pernas para andar pois ela exige as massas e afinal não conta com elas, pelo que falha agravando o isolamento dos que a impuseram; se não se consegue impor, a tentativa de o fazer agrava igualmente o isolamento dos autores.

É assim que se desagua com a maior das facilidades na errada concepção sobre a violência. Um caso absolutamente típico são os grupelhos esquerdistas que se reivindicam do marxismo-leninismo e justificam os seus desparates com grandes tiradas «teóricas». Tratando-se de grupelhos isolados das massas, acabam por entender que efectivamente «só à força é que isto lá vai». É claro que a sua concepção de «força» deriva da própria que eles têm — e que é bem pouca... A força que advém do apoio das massas, essa não têm nenhuma, pelo que tentam aumentar a sua própria através do uso de meios de violência — e aí temos a «religião» das armas, das bombas, da acção armada.

Acontece entretanto uma coisa: é que efectivamente embora os meios de violência possam ter que ser utilizados, sozinhos ou poucos nada resolvem: continua a ser a força das massas que é decisiva. E aí sucede esta coisa monstruosa: é que os «revolucionários» do grupelho, cortados das massas, pretendem à viva força que as massas adoptem os pontos de vista que eles constroem na base exactamente do seu isolamento. Como as massas não aceitam, os «esquerdistas» chegam à conclusão de que as massas estão «enganadas», ou seja que as massas estão do lado do inimigo! Aí vemos o «grupelho» a acabar por utilizar a violência que lhe é possível contra as próprias massas que diz defender!

A revolução portuguesa está cheia de exemplos de acções de grupelhos provocatórias que agem violentamente nos sindicatos, nas empresas, etc. contra as próprias massas trabalhadoras, contra as suas organizações.

Ora, toda esta concepção, esta hipertrofia do papel da violência é fruto exactamente do fechar da organização, do seu isolamento — no caso dos grupelhos esquerdistas determinado pela raiz de classe dos seus membros e pelas suas práticas aventureiristas.

Mas, mesmo no caso de uma organização consequente, o sectarismo pode conduzir a manifestações semelhantes acerca do papel da violência, fazendo perder a ideia de que a força revolucionária essencial existe nas massas e na sua organização e que para a conseguir é necessário que os militantes e organizações de vanguarda trabalhem no seio das massas, junto delas e dos seus problemas, sejam efectivamente a expressão organizada da luta das massas pelos seus interesses — e não um grupo recreativo de discussões políticas viradas para o umbigo!

Finalmente, temos que a organização, isolada e com os seus militantes ensimesmados e tendendo a cair em projectos de aventuras violentas acaba por perder completamente o pé no que se refere à sua acção global, à sua acção revolucionária global. Cortada das massas, ignora em que pé está a força organizada das massas; as análises feitas sobre as correlações entre as forças revolucionárias e o inimigo estão viciadas logo à partida. Ensimesmada e com «complexos de superioridade» tende a esquecer-se que a força da organização reside não só nela própria, mas igualmente no apoio das massas. Ainda porque ensimesmada, mas começando a lutar com dificuldades de acção começa a acalantar ideias erradas sobre a possibilidade do recurso à violência.

A partir daqui esta organização política e os seus militantes perderam todas as possibilidades de definir uma linha política correcta e estão a caminho de entrar em aventuras fadadas à derrota. O «queimar etapas», o «andar mais depressa», o «o que é preciso é organizarmo-nos para a tarefa», o «isto não vai lá assim», etc. fazem a sua aparição e depois de paralisarem, porque «não interessa», o trabalho de organização e esclarecimento das massas, lançam as potenciais vanguardas isoladas nos braços do inimigo que entretanto se menosprezou, cuja força se minimizou.

É evidente que este quadro corresponde a, passe o termo, um «caso gravíssimo de sectarismo galopante». Contudo, é necessário compreender que, tal como nas doenças físicas, o quadro clínico total de uma doença só aparece quando ela se manifesta integralmente: mas antes aparecerem sintomas, pequenas infecções que é necessário detectar e tratar imediatamente.

No quadro de uma acção que não é sectária, que não é informada pelo sectarismo podem aparecer formas de actuar sectárias. Na análise de uma situação concreta podem aparecer ao lado de análises absolutamente correctas conclusões condicionadas por uma visão sectária.

REVISTA INTERNACIONAL

(12 números)

CONTINENTE E ILHAS	Via normal	220\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	240\$00	<input type="checkbox"/>
EUROPA	Via normal	230\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	280\$00	<input type="checkbox"/>

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(12 números)

CONTINENTE E ILHAS	Via normal	70\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	85\$00	<input type="checkbox"/>
OUTROS PAISES	Via normal	90\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	175\$00	<input type="checkbox"/>
EUROPA	Via normal	90\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	120\$00	<input type="checkbox"/>
ANGOLA, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	Via normal	90\$00	<input type="checkbox"/>
	Via aerea	150\$00	<input type="checkbox"/>

Envie em cheque/vale de correio, correspondente ao preço da assinatura para

«Editorial Avante!»,
Av. Santos Dumont, 57-2.
LISBOA

recortes



O que é o povo?

O que é o Povo? Será que todos os habitantes de Portugal pertencem ao Povo? Um operário, um camponês, um empregado de escritório, um empregado de comércio, etc., pertencem ao Povo. Mas os capitalistas, tais como um Jorge de Melo, um Champalimaud, um Jorge de Brito, etc., pertencem ao Povo? Claro que não, estes homens não são Povo. Mas sim Exploradores do Povo. A nosso ver também não pertencem ao Povo todas as pessoas cujo trabalho consiste em opimir e explorar os trabalhadores por conta dos capitalistas, ou seja, certos administradores, gerentes, encarregados, etc. que são verdadeiros lacaios dos exploradores.

Então o que é o Povo? Entendemos que só pertencem ao Povo aquelas pessoas que criam as riquezas ou para isso contribuem. Povo é, portanto, o conjunto dos trabalhadores de um país.



O VIDRO

BOLETIM FORMATIVO E INFORMATIVO

Que se passa com a caixa vidreira?

A Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria Vidreira embora esteja fora do esquema financeiro da Caixa Nacional de Pensões (onde mais tarde o mais cedo virá a ser integrada) não oferece também um programa muito animador.

Efectivamente, segundo elementos em poder do nosso Sindicato, as dívidas das empresas à «Caixa Vidreira» em 2/10/75, elevavam-se já a 109 422 352\$50 (CENTO E NOVE MIL QUATROCENTOS E VINTE E DOIS CONTOS TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS).

Perante a enorme dívida destes números, com tendência para aumentar, não pode a Direcção do nosso Sindicato permanecer indiferente nem deixar de trazer tal situação ao conhecimento de toda a Classe.

Nos trabalhadores vidreiros de todo o País, temos de começar a encarar urgente e seriamente a situação financeira da «Caixa Vidreira», devendo desenvolver todos os esforços necessários e possíveis, para que, sem se pôr em risco o nosso direito ao trabalho e ao salário — que é o mais fundamental — se comece a levar as empresas a pagarem os milhares de contos, que nos são devidos, pois são nossos, são do País, resultam do nosso trabalho e de muitas privações que ainda não deixámos de sofrer. Tudo isto, só pode e deverá ser feito por todos nós trabalhadores, pois só juntos teremos a força para tal e deve enquadrar-se no objectivo mais vasto, que é hoje o dos trabalhadores portugueses: colocar a Previdência sob seu controlo, primeiro, e sob a sua gestão, depois, de modo a que ela fique ao serviço dos objectivos que devem ser os seus — dar mais e melhor assistência médica e medicamentosa, subsídios de doença de acordo com as necessidades dos trabalhadores, pensões de reforma ajustadas ao custo de vida, etc. Mas nós trabalhadores também teremos que acabar com os falsos doentes e com os médicos que os fomentam e lhes dão cobertura.

Os governos da burguesia e do patronato explorador sabem que a Previdência dada a sua estreita relação com as massas trabalhadoras, e através destas com a maioria do Povo, pode servir como uma arma contra-revolucionária semeando o descontentamento entre os trabalhadores. Não será difícil imaginar o que acontecerá no dia em que a Previdência deixar de pagar os «benefícios» aos trabalhadores.

Só poderemos evitar que tal arma continue a funcionar, porque já o está, se assumirmos o controle da Previdência e se começarmos desde já a lutar para obrigarmos o governo e o Estado da burguesia a devolverem-nos o dinheiro que durante anos sucessivos nos têm vindo a extorquir, se obrigarmos os patrões a pagarem de forma correcta, as dívidas cujo montante já se indicou.

Se não encarmos desde já a situação, dentro em pouco deixará de haver para nós pagarem os «benefícios» e a temos direito.

Nos trabalhadores vidreiros de todo o País, agindo colectivamente com os trabalhadores aliados por outras Caixas, temos de fazer da Previdência uma organização de facto ao serviço de todo o Povo. Há que arranca-la ao Estado e à burguesia, depois de aquele nos ter pago os milhões que nos continua a dever.



Contra o aumento do custo de vida

No início do «novo» ano de 76, o povo trabalhador foi «prendado» pelo governo por sérias medidas que vão atacar grandemente o seu poder de compra.

Ao contrário do que muita gente poderia esperar, este ano não começa nada bem. Há grandes e graves motivos de preocupação para os trabalhadores, que a pouco e pouco assistem a todo o conjunto de medidas decretadas pelo governo, que não vêm servir os seus interesses — são as medidas de austeridade — pelas quais uma vez mais se faz cair sobre os trabalhadores o peso duma crise económica, do capitalismo, que não é só nacional, como é também internacional. A esta crise os trabalhadores são aliciados, não foram eles que a causaram, mas sim a burguesia nacional e internacional e o patronato reacçãoário.

Hoje tudo está em perigo. Mesmo a nossa subsistência, se não vejamos — são os contratos colectivos de trabalho que são congelados; aumentam os alimentos: batatas, azeite, carne, peixe, ovos, legumes, arroz, enfim, fora aqueles que nem nos lembramos e que até rariaram no mercado. Se permitirmos, a seguir será o pão, a água, a electricidade, o gás, etc., etc. Aumentam também os transportes e o tabaco, sobre a gasolina e as taxas postais. Enfim, tudo subiu nos últimos dias.

Ao lado de tudo isto dão-se indemnizações aos accionistas dos bancos, pedem-se «empréstimos» aos países capitalistas e ao imperialismo, não para ajudar as classes trabalhadoras, porque estas já sabem quais são os seus verdadeiros amigos e com que forças devem contar — as suas e a solidariedade dos trabalhadores do mundo inteiro.

Todos estes problemas são sentidos por nós, diariamente. Há uma justa insatisfação geral do povo trabalhador, é necessário que todos estejamos conscientes do perigo que actualmente atravessa a revolução portuguesa, que se propôs ser socialista.

É necessário que não nos iludamos. O socialismo não se constrói assim. Assim reconstrói-se o capitalismo e abrem-se as portas ao fascismo.

É necessário reforçar a unidade do povo, é necessário unirmo-nos cada vez mais, para podermos fazer frente à repressão, às medidas antioperárias e antipopulares.

É necessário unirmo-nos em torno da nossa Comissão de Moradores na defesa das liberdades, reforma agrária, das nacionalizações, e de todas as conquistas que alcançamos com o esforço da nossa luta.



JOVEM

N.º 1

BOLETIM LOCAL DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DE MALHOU

Angola

A independência de Angola tem para nós jovens portugueses, um significado profundo.

Somos uma camada do Povo Português que mais sofreu com a guerra colonial. Vários milhares de mortos e 80 mil estropiados ficaram para testemunhar o crime horrendo a que o fascismo nos quis lançar: combater os nossos próprios irmãos que, como nós, sofriam a opressão do mesmo inimigo, a ditadura colonial-fascista.

São por isso de sangue os laços que nos ligam ao povo e a juventude angolana. Como poderíamos ficar indiferentes perante a independência de Angola sob a égide do seu legítimo e verdadeiro representante, o MPLA? A alegria perante a proclamação da RP de Angola é movida não só porque um povo acaba de nascer para a comunidade das nações livres e amantes da paz e do progresso.

Alegria porque as armas empunhadas pelos jovens portugueses e angolanos, longe de se virarem umas contra as outras, apontam agora a mesma direcção no combate às forças do fascismo e do imperialismo (...)

O «DIA DE CAMPO» NÃO SERVIU A REFORMA AGRÁRIA

É com iniciativas estruturadas que se servem os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade

O «Dia do Campo», organizado no último domingo por um «Grupo Dinamizador dos órgãos de Vontade Popular», arranjado à pressa, veio mostrar — pelo menos — duas coisas importantes: Uma, é que meter a foíce em seara alheia nunca traz boa colheita; outra, é que é perigoso improvisar sobre problemas tão sérios como a Reforma Agrária que afecta hoje milhares de famílias camponesas do Alentejo e do Ribatejo, milhares de assalariados agrícolas e de pequenos e médios agricultores.

O «Grupo Dinamizador» não mete prego nem estopa na organização e na mobilização dos camponeses para a Reforma Agrária, os seus dirigentes políticos têm-se limitado, desde que recentemente vieram à cena a dizer bonitas palavras sobre a aliança operário-camponesa e sobre a Reforma Agrária e outros temas campestres.

Esclarecer, organizar e mobilizar os camponeses na base de uma política clara e do exacto conhecimento dos problemas da terra, discutir com os camponeses e ouvir sobre as soluções melhores para os seus problemas, despertar a sua iniciativa criadora e revolucionária para acabar com a servidão do latifúndio não é com o «Grupo». Tem sido e continuará a ser um trabalho porfiado dos comunistas.

A iniciativa dos trabalhadores do latifúndio na ocupação das grandes propriedades e na criação de formas novas, cooperativas, de exploração da terra, ajudados pela acção política e mobilizadora do PCP, deu corpo a uma das maiores conquistas, se não a maior, da revolução portuguesa.

Criaram-se dezenas de cooperativas agrícolas, organizaram-se outras formas de exploração colectiva da terra, muitas centenas de pequenos e médios agricultores encontraram pela primeira vez uma atenção interessada pelos seus problemas e a imagem do latifúndio com todo o seu cortejo de miséria, desemprego e fome foi radicalmente alterada. E é então que aparece o «Grupo Dinamizador» a tentar colher o que outros semearam. Não para uma ajuda efectiva aos camponeses mas para meros efeitos políticos do grupo.

Com o aumento da área cultivada e da produção em terras que os grandes senhores do latifúndio deixavam entregues ao mato, surgem agora exigências novas, de novas estruturas, principalmente para a comercialização dos produtos agrícolas, sem o parasitismo do intermediário que continua a roer a maior parte do preço dos produtos no consumidor e a ser o principal causador da carestia desses produtos no mercado.

Muitas das cooperativas agrícolas têm já contratos com grandes organizações comerciais geridas por trabalhadores para a venda dos seus produtos em condições mais favoráveis. Mas isto não basta. É preciso criar novas formas de venda directa ao consumidor dos produtos das explorações colectivas nos grandes centros urbanos. Os interesses dos novos produtores agrícolas, que precisam realizar dinheiro para salários, para as novas sementes, para melhoramentos fundiários, para gastos sociais, etc., identificam-se com os dos consumidores mais pobres que constituem a grande massa e que são obrigados a pagar preços elevados pelo que comem. A criação dessas novas formas de comercialização dos produtos agrícolas, deverá fazer-se sem que afectem muito os pequenos comerciantes, eles também aliciados vítimas dos grandes intermediários. É um problema difícil que exige um estudo sério das novas estruturas a criar, a colaboração de economistas devotados ao povo e principalmente medidas ao nível do Estado viradas para a ajuda aos camponeses das herdades colectivas, medidas que possam ser extensivas a todos os pequenos e médios agricultores do Norte, das Beiras, do Algarve, da Estremadura, etc., que se debatem igualmente com o parasitismo dos grandes intermediários.

Também para isto vai ser decisiva a iniciativa dos camponeses. Os que iniciaram a Reforma Agrária e agora estão pondo à prova a sua capacidade de organização e de gestão das explorações colectivas e a contribuir patrioticamente para o aumento da produção agrícola e a diminuição da nossa dependência do estrangeiro, vão ser também capazes de meter ombros a mais essa tarefa que representará uma fase mais avançada da Reforma Agrária.

Iniciativas improvisadas como as do «Grupo Dinamizador» não dinamizam nada, antes prejudicam os camponeses e semeiam a descrença e a desconfiança da população trabalhadora que constitui a massa principal dos consumidores.

AS DIVERGÊNCIAS PS-PPD E O REFORÇO DA UNIDADE

A pressão das forças reacçãoárias e a proximidade das eleições põe em causa a «santa aliança» PS-PPD, exigindo o reforço da unidade das forças progressistas

Verifica-se assim que a política de Santa Aliança que caracterizou a acção do PS nos últimos meses, longe de lhe dar frutos eleitorais, pode voltar-se contra ele próprio: as camadas mais conservadoras que a própria propaganda socialista radicalizada à direita acabaram por escolher partidos mais à direita, as largas camadas interessadas na defesa do processo revolucionário e no seu prosseguimento afastam-se igualmente de uma formação política que declaradamente não defende os interesses da Revolução.

A escalada reacçãoária, os ataques do CDS, os ataques do PPD contra os socialistas a mais não correspondem afinal do que ao esforço de aproveitar a sara reacçãoária que a direcção do PS generosamente ajudou a se-
near ...

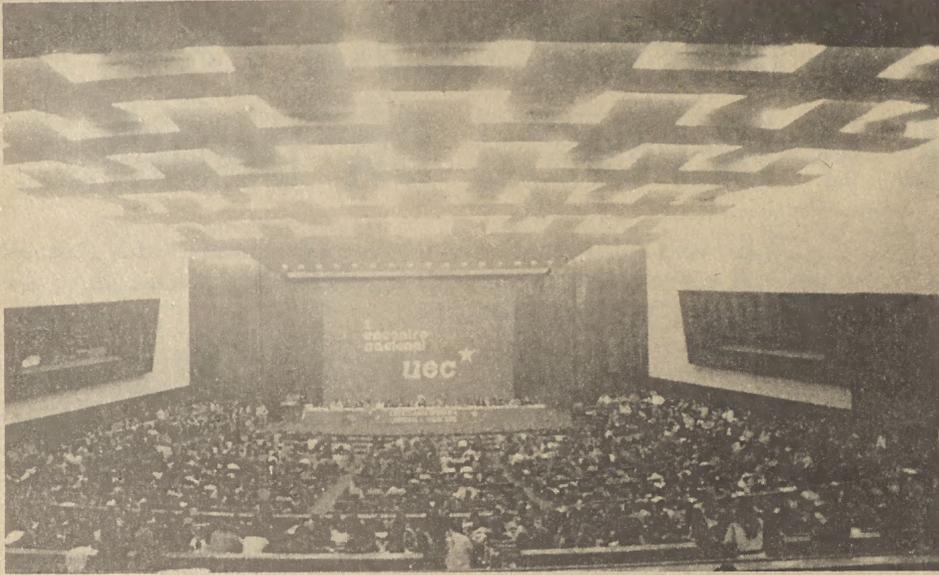
É evidente que os dirigentes socialistas não estão na disposição de perder as posições obtidas, até na medida em que elas lhe garantem alguma autoridade na obtenção dos favores do imperialismo, que querem depois utilizar em Portugal como benesses para o povo português que apenas eles podem obter.

É no quadro da conservação dos postos chave com vista à sua acção eleitoral que se têm de encarar os diferendos PS-PPD no que se refere à constituição do Governo. Sentindo fugir-lhes o apoio popular, os dirigentes socialistas necessitam absolutamente de assegurar certa hegemonia governamental a fim de utilizarem não só o aparelho administrativo como todo o peso da acção governativa com fins de propaganda eleitoral, sem ter de os dividir com o PPD. É evidente contudo que este esforço hegemónico acaba por obrigar a direita — para evitar exactamente tal aproveitamento — a distanciar-se da acção governativa hegemónica PS, e são particularmente esclarecedores os virulentos ataques do CDS ao VI Governo e a participação activa do PPD em várias reacçãoárias generalizadas que abrangem igualmente o VI Governo como é o caso do «plenário de Braga».

Amarrados entretanto aos seus compromissos internos e externos, os dirigentes socialistas também não conseguem fazer o que o querem ... aplicar uma política coerente ao nível governamental acabando por se transformar em meros executantes de medidas de direita e anti populares, entre as quais avultam os aumentos de preços e a ofensiva contra sindicatos em geral e contra a acção reivindicativa dos trabalhadores em particular. Política esta que, como é óbvio, não grangeia ao Partido Socialista as simpatias das camadas trabalhadoras!

É igualmente no quadro político traçado que há que enqua-

drar os ataques (onde por vezes ainda se associam elementos do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas) contra as autarquias locais dirigidas por elementos progressistas. Paralelamente com a progressiva manipulação dos órgãos de comunicação social (onde a presença maíça de «teóricos» socialistas esclarece sobre o que se entendia pelo tal pluralismo), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a nível local as autarquias não possam desempenhar um papel de defesa das liberdades necessárias ao acto eleitoral. Nas mãos dos caciques reacçãoários (mãos em que estavam antes do 25 de Abril) as autarquias transformam-se em novas estruturas de pressão do PS com PPDs, CDSs e caciques fascistas), trata-se de garantir que a



4.º ANIVERSÁRIO DA UEC

A União dos Estudantes Comunistas é, desde há quatro anos, a organização de vanguarda dos estudantes portugueses, na luta pelo Socialismo e o Comunismo, grandes ideais da juventude

Organização revolucionária de estudantes, a União dos Estudantes Comunistas, criada em Janeiro de 1972, celebrou no passado dia 21 o seu 4.º aniversário. Há quatro anos que a juventude estudantil se habituou a ver nos militantes da UEC dedicados lutadores antifascistas, fiéis servidores dos interesses e aspirações mais profundas do nosso povo.

Criada nas duras condições da clandestinidade, a UEC soube impôr-se aos olhos da juventude portuguesa pela sua consequente acção contra o fascismo, contra a guerra colonial, contra o imperialismo.

«GANHAR A JUVENTUDE PARA AS IDEIAS DO MARXISMO - LENINISMO»

O CC considera — prossegue a Resolução — que a criação de uma organização nacional dos estudantes comunistas, estreitamente ligada ao PCP e com autonomia orgânica, contribuirá decididamente para ganhar a juventude das escolas para as ideias do marxismo-leninismo e educá-la no espírito de fidelidade aos interesses da classe operária e do seu partido; para dar à luta dos estudantes uma orientação correcta e abrir-lhe uma verdadeira perspectiva revolucionária; para desenvolver nos estudantes comunistas o espírito de iniciativa e o sentido da responsabilidade; para forjar dirigentes capacitados e militantes de vanguarda da juventude estudantil.

Finalmente, salientava a Resolução do CC do nosso Partido: O CC considera que estão preenchidas as condições objectivas e subjectivas essenciais para a criação de uma tal organização e atribui às organizações estudantis do Partido a tarefa de tomarem nas suas mãos a iniciativa e adoptarem as medidas

práticas apropriadas para a sua realização. Dois meses depois, dando provas de grande espírito e capacidade organizativa, as organizações estudantis do nosso Partido davam corpo à organização de vanguarda dos estudantes portugueses, a UEC.

UNIR, ORGANIZAR E MOBILIZAR OS ESTUDANTES

A União dos Estudantes Comunistas (UEC) acaba de constituir-se. É uma organização revolucionária pelos seus objectivos e pela sua actividade e clandestina porque o fascismo nega o direito de organização. Guia-se pelo marxismo-leninismo. Reconhece o papel dirigente do proletariado na revolução socialista e o Partido Comunista Português como vanguarda revolucionária da luta política determinante no movimento antifascista. Propõe-se desenvolver o movimento dos estudantes pelos seus objectivos específicos, unir, organizar e mobilizar os estudantes em torno dos grandes objectivos políticos do povo português, estreitar a ligação da luta estudantil com a luta da classe operária e das massas populares e dar-lhe uma perspectiva revolucionária.

Assim começava a 1.ª Declaração da União dos Estudantes Comunistas, divulgada em Janeiro de 1972. Assim se iniciava, a partir do passado combativo da juventude

estudantil, a acção da UEC como vanguarda revolucionária dos estudantes portugueses. Hoje, como ontem, a UEC defende os mais amplos interesses e aspirações dos jovens estudantes que, com a classe operária e o seu Partido, lutam pelo socialismo. Hoje, como ontem, os estudantes comunistas continuam a ser os mais abnegados defensores de um ensino verdadeiramente democrático.

Hoje, como há quatro anos, o «Avante!» afirma: Seguro de interpretar e partilhar os sentimentos de entusiasmo e apreço de todos os comunistas, da classe operária e dos trabalhadores em geral, o «Avante!» saúda a UEC e diz-lhe: Ao trabalho, camaradas! Que a vossa luta, que também é nossa, seja coroada dos maiores sucessos!

COMÍCIO COM ÁLVARO CUNHAL

A fim de assinalar a passagem do 4.º aniversário da sua criação a União dos Estudantes Comunistas realiza, no próximo dia 31, no Pavilhão dos Desportos, um grande comício nacional. Ao comício, estará presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português.

É CRIMINOSA A IMPUNIDADE COM QUE AGE O TERRORISMO

Prosegue a ofensiva do terrorismo. Impõe-se face à impunidade com que a contra-revolução age que as organizações populares se unam numa intensa e inquebrável vigilância

A ofensiva terrorista espalhar-se de norte a sul do país. Em vésperas de período eleitoral, acompanhando o avanço da direita a nível do aparelho de Estado, do aparelho administrativo e militar, a reacção desenvolve uma acção de intimidação e terror das populações perante a passividade ou a ineficácia das autoridades competentes. As sedes de partidos progressistas, e muito particularmente do nosso Partido, as sedes de sindicatos, os militantes de partidos democráticos são alvo de acções terroristas.

A insegurança, o temor tende a espalhar-se entre algumas populações. O que se pretende é pôr em causa a democracia levando a camadas menos esclarecidas a identificar a luta com um estado de intranquilidade. A impunidade que têm usufruído, no nosso país, os sectores reaccionários é a melhor cobertura para esta campanha terrorista que cresce em audácia. Põem-se em perigo organismos, pessoas, haveres, semelhança ao pânico sem que as autoridades dêem um passo no sentido de deter a reacção em marcha. O facto de se ter anunciado que a cidade do Porto é constantemente patrulhada por forças da segurança pública, sem qualquer resultado de eficácia, é alarmante. Os trabalhadores, por diversas vezes, apontam às autoridades onde se encontram atentados, onde se preparam atentados, onde se montam explosivos. O caso dos agrários de Monsarraz demonstra a correcção das análises dos trabalhadores e do nosso Partido. Mas a passividade das autoridades persiste.

Os factos que se seguem, registados, dia a dia, demonstram que o terrorismo age à vontade no nosso país e cada vez com maior arrojado.

Hoje, como há quatro anos, o «Avante!» afirma: Seguro de interpretar e partilhar os sentimentos de entusiasmo e apreço de todos os comunistas, da classe operária e dos trabalhadores em geral, o «Avante!» saúda a UEC e diz-lhe: Ao trabalho, camaradas! Que a vossa luta, que também é nossa, seja coroada dos maiores sucessos!

QUINTA-FEIRA: DIA 15

No Porto, os atentados à bomba tiveram como alvo a Tabacaria Bom Sucesso e a Confeitaria Cunha e as instalações do SAAL. Neste serviço de apoio aos problemas habitacionais e outros ligados aos bairros de lata, reventaram duas cargas de plástico de cerca de um quiló que originaram prejuízos na ordem dos milhares de contos. Não chegaram a explodir dois sacos com cargas plásticas. O atentado foi feito com aviso prévio à PSP, quinze minutos antes da explosão.

As organizações populares, particularmente as Comissões de Moradores ligadas ao SAAL, promoveram um plenário no qual se decidiu promover uma manifestação de protesto contra a ofensiva do terror fascista, manifestação que se realizou no passado sábado, dia 16, com uma larga participação popular. Os trabalhadores do SAAL emitiram um comunicado, no qual denunciaram os ataques da reacção ao organismo, desde o momento da sua criação: «Essa ofensiva traduz-se de formas várias: para além dos ataques à bomba há os ataques dos senhores ricos e a oposição, velada ou aberta, por parte de certos órgãos e instâncias do poder.»

A Tabacaria Bom Sucesso e a Confeitaria Cunha ficaram, também, muito danificadas, sendo de monta os prejuízos monetários. No mesmo dia, em Vila do Conde outra bomba reventou junto ao Café Nacional, na Rua 25 de Abril. O proprietário do café é militante do MDP/CDE. Os estragos são avultados, tendo sido atingidas as janelas dos prédios vizinhos.

Ainda no dia 15, um petardo de grande potência destruiu o automóvel de um padre progressista.

o dr. João da Cruz Nunes, cujas corajosas posições têm posto em causa as acções de manipulação das populações. Várias pessoas ficaram feridas.

SEXTA-FEIRA: DIA 16

Os bombistas voltaram a insistir no Porto. Assim, no porto de Leixões, foram arremessados de um automóvel que circulava na ponte móvel, dois petardos. O objectivo era o navio de carga soviético «Nade Ribakonaite» atracado na doca 1, sul. Um dos petardos caiu na água e o outro veio a rebarbear junto a uns escritórios da administração dos portos de Douro e Leixões.

Em Fafe, um camarada do nosso Partido foi alvo de um atentado terrorista. Trata-se do camarada Fernando Meireles, taxista de praça em Fafe, contra cuja residência, na freguesia de Revelhe, foi lançada uma rajada de metralhadora. Na mesma madrugada, apenas com o intervalo de meia hora, reventou outro petardo naquela localidade, à porta de José de Castro, militante do MDP/CDE. Os prejuízos calculam-se em algumas dezenas de contos.

Neste dia a reacção atacou também no sul do País, iniciando assim um novo trajecto de terror, no qual já deparou com duas baixas como adiante se verá.

Assim, junto ao centro do nosso Partido em Montemor-o-Novo e junto da sede do Partido Socialista de Évora foram colocados dois petardos, respectivamente de 400 e 300 gramas, os quais não chegaram a explodir graças à vigilância popular.

Repudiando estes atentados, a Comissão Distrital de Beja do nosso Partido, em comunicado distribuído à população, exprime a sua preocupação «porque as autoridades, que parecem tão operantes nas buscas a casas de antifascistas, a herdades colectivas e cooperativas, a sedes de sindicatos e outras organizações democráticas e dos trabalhadores, não fazem buscas às casas e quintas dos fascistas, dos pides e, não prenderam até agora, que se saiba, um único dos criminosos de tais atentados quando não é difícil, ao menos, saber qual a sua base

COMUNICADO DA DORB

A escalada terrorista que tem vindo a ser desencadeada no Norte continua impune como o confirmam as constantes acções que quase todos os dias até à Imprensa reaccionária se vê obrigada a noticiar.

Impunes ficam os atentados terroristas, impunes ficam as perseguições aos elementos progressistas. No Norte a reacção permite-se quase tudo, na certeza, até agora, de que as suas acções criminosas não são castigadas.

A propósito das explosões verificadas este fim-de-semana em Viseu, que foram antecedidas de perseguições a vários membros do nosso Partido e a outros activistas progressistas, perseguições movidas com a maior impunidade por conhecidos elementos terroristas que desde há muito se movem neste distrito», a Direcção da Organização Regional das Beiras do PCP tornou público um comunicado em que,

de apoio — os latifundiários, os fascistas sobejamente conhecidos, os seus partidos e organizações.

SÁBADO: DIA 17

Em Santo Tirso, um petardo de grande potência pôs em alvoroço aquela vila e arredores. Attingida a residência do dr. Manuel Jacinto Soares da Costa, vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santo Tirso em representação do PS. Os prejuízos são muito vastos, tendo sido não somente destruído o mobiliário da residência como ainda muitas casas vizinhas de gente pobre.

No mesmo dia, cerca da uma hora da madrugada, em Odemira explodiu um forte petardo junto à Casa do Povo, pouco tempo depois de ali ter terminado uma reunião da Comissão directiva da unidade colectiva de produção agrícola «Vitória do Povo» com comissões de trabalhadores das herdades colectivas. A Casa do Povo ficou seriamente danificada assim como o quartel dos bombeiros e algumas casas comerciais. Os prejuízos calculam-se em 300 contos.

Em comunicado emitido pela Comissão Concelhia de Odemira do nosso Partido, afirma-se que «este acto terrorista de modo algum pode isolar-se da vaga de atentados que têm assolado o País, não sendo mais que uma manifestação de terrorismo fascista contra a Reforma Agrária e contra as outras conquistas dos trabalhadores.

«Como antecedentes deste facto, o ataque à Herdade de «Roncão Velho», gerida pelos trabalhadores, efectuado em 24 de Novembro passado, por um bando comandado pelo fascista Vital Furtado; e a provocação lançada em Dezembro passado, em Canhestros, Viana do Alentejo, por um grupo de lacaios dos latifundiários, contra um plenário de trabalhadores para legalização da unidade colectiva de produção.» A Comissão Concelhia de Odemira do nosso Partido termina nestes termos: «Impõem-se medidas energéticas que levem à descoberta e prisão dos bandos que promovem e executam os actos de terrorismo fascista, cujo recente incremento

visa directamente pôr em causa as liberdades e demais conquistas da Revolução».

No mesmo dia, em Reguengos de Monsarraz, um acontecimento veio provar que os trabalhadores não necessitam de proceder a grandes investigações para saberem onde se encontram os inimigos do povo português. Dois grandes agrários que haviam sido expatriados, quando manipulavam cargas explosivas, foram vítimas da explosão do engenho que preparavam para novos ataques às forças democráticas. Um, Bernardino Valério Fradinho, teve morte imediata, o outro, Aires Franco, ficou gravemente ferido.

DOMINGO: DIA 18

O fim-de-semana foi de grande actividade para as forças da contra-revolução. Da sua geografia de crimes impunes, destacou-se Viseu e Viana do Castelo.

Em Viana do Castelo uma bomba de grande potência provocou vários estragos num ralo de cem metros atingindo estabelecimentos comerciais. Em Viseu, reventaram quatro petardos em dois automóveis pertencentes a Fernando Paulo do MDP/CDE e a um nosso camarada, outro na casa comercial «Lucas», cujo proprietário tem um filho que é nosso camarada e outro à porta de Raul Neto, igualmente nosso camarada.

SEGUNDA-FEIRA: DIA 19

O Centro de Trabalho do nosso Partido em Olhavo, freguesia do concelho de Alenquer, foi incendiado de madrugada. Recordemos que é na zona do Oeste que a reacção mais se tem movimentado no sentido de arrematar camponeses pouco esclarecidos contra a Reforma Agrária, conquista essencial do processo revolucionário português.

A reacção busca retomar as acções iniciadas no Verão, em que várias sedes do PCP e de outros partidos de esquerda foram postas à saque, incendiadas, militantes feridos e alguns mortos. Urge que os agentes da reacção se não mantenham incólumes. Conheçam-se os nomes de alguns. Que esperem as autoridades para actuar?



edições de Avante!

- «PEQUENA BIBLIOTECA LENINE»
11.01 Partido Proletário de Novo Tipo 40\$00
11.02 e o Desenvolvimento Histórico do Marxismo Democrático Socialista 15\$00
11.03 A Comunidade Socialista 30\$00
11.04 A Comunidade de Paris 40\$00



A COMUNIDADE DE PARIS
V.I. LENINE
Lenine dá-nos nesta colectânea de textos sobre a Comunidade a sua apreciação sobre esse importante acontecimento histórico, enriquecendo, com essa experiência, a teoria e a prática do socialismo científico. preço 40\$00

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO EM SANTARÉM E ESPINHO

A posição do nosso Partido perante importantes problemas da actualidade nacional foi debatida em duas animadas e concorridas reuniões

A Reforma Agrária foi o tema de uma sessão de esclarecimento promovida em Santarém pela Comissão Concelhia do nosso Partido, realizada na passada semana. Orientaram os trabalhos os camaradas Gabriel Feijão e Álvaro Brasileiro, da Cooperativa do Mouchão do Inglês, de Alpiarça, e o camarada Carlos Pinhão, membro da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo do nosso Partido.

Na sua intervenção, o camarada Gabriel Feijão focou a forma como nasceu a reforma agrária e desmistificou a propaganda burguesa que pretende atingir esta histórica conquista dos trabalhadores do campo sob o falso pretexto das ocupações selvagens.

Afirmando que os trabalhadores estão dispostos a corrigir os erros porventura cometidos, o camarada Gabriel Feijão analisou os acontecimentos de Rio Maior, dominados pelos fascistas, que pretendem pôr em causa a Reforma Agrária. Tanto Gabriel Feijão como o

camarada Álvaro Brasileiro focaram a experiência da Cooperativa do Mouchão, referindo que a sua criação e desenvolvimento em muito veio beneficiar os trabalhadores agrícolas da região pela criação de novos postos de trabalho. O camarada Álvaro Brasileiro criticou, ainda, a ajuda técnica prestada pelo Governo à cooperativa que em nada favoreceu o seu desenvolvimento, uma vez que os técnicos eram conservadores, não se encontrando identificados com o processo revolucionário em curso.

Finalmente, o camarada Carlos Pinhão, na sua intervenção, focou os avanços e recuos do processo revolucionário, esclareceu a posição do PCP sobre as dificuldades que estão a ser criadas à Reforma Agrária, salientando:

«Mesmo com o recuo processado após o 25 de Novembro, o PCP tem confiança de que o processo revolucionário não voltará ao regime fascista anterior e sobre as ocupações de terras havidas serão os trabalhadores a darem a última palavra».

sessão de esclarecimento do nosso Partido realizada na passada semana em Espinho e que contou com a presença do camarada economista Eugénio Rosa. A assistência, que attingia as várias centenas, participou activamente na discussão, durante a qual foi dissecada a política económica em vigor através de dados concretos, indiscutíveis e elucidativos.

As conclusões gerais a que se chegaram, após o camarada Eugénio Rosa ter tratado o problema do desemprego, da sabotagem económica, da crise sectorial da indústria e da subida de preços, sublinharam o carácter impopular, contrário aos interesses das classes trabalhadoras, das medidas chamadas de austeridade onde se invocava uma crise que, apesar de existente, não é tão grave como é usual os membros do Governo afirmarem.

Foi salientado ainda o facto de existirem soluções defendidas pelo nosso partido que não são levadas a cabo devido ao avanço das forças reaccionárias, avanço que só poderá ser detido com a unidade firme e resoluta da classe trabalhadora, em defesa das conquistas alcançadas no decorrer do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974.

Que economia?

«A Política Económica do VI Governo» foi o tema de uma

SESSÕES E COMÍCIOS

O Partido Comunista Português leva a efeito os seguintes comícios e sessões de esclarecimento: Hoje, às 21 e 30, sessão no ringue do Futebol Benfica, em Lisboa.

Amanhã, grande comício em Alenquer, com a presença de membros da direcção do nosso Partido, pelas 21 horas. Às 21 e 30, sessão no Atlético Clube de Campolide, com a presença de um camarada do Comité Central e à mesma hora na Escola António Arroio, Rua Coronel Ferreira do Amaral, também com a presença de

um camarada do Comité Central.

Sábado, dia 24, às 15 horas, colóquio sobre a República Socialista da Bulgária, organizado pelo Organismo do PCP da Construção Civil, na Rua de São Bernardo. Às 16 horas, comício no Cine-Teatro Virginia, em Torres Novas, promovido pela UJC e pela UEC. No Ginásio Clube de Caselas, às 21 e 30 e no Atlético de Alvalade, à mesma hora. No dia 30, sessão no Solido, em Belém, pelas 21 e 30.

ASSEMBLEIA EM ERMIDAS

Realizou-se a Assembleia do nosso Partido da freguesia de Ermidas-Sado, integrada num conjunto de assembleias locais que se têm vindo a efectuar com vista à próxima Assembleia do PCP do Concelho de Santiago do Cacém.

Nesta assembleia, os camaradas presentes debateram-se, sobretudo, sobre problemas de organização e recrutamento, informação, propaganda e fundos. No final da assembleia procedeu-se à eleição da nova Comissão de Freguesia do PCP de Ermidas-Sado. Foram reeleitos cinco dos sete anteriores membros da Comissão de Freguesia.

Advertisement for 'O PCP e a Luta pela Reforma Agrária' featuring a book cover with a hammer and sickle symbol and the text 'CADERNOS DO PCP'.

JOSÉ MOREIRA MORREU PELO PARTIDO

Há 26 anos, a PIDE assassinou o camarada José Moreira, por este se ter recusado a revelar a localização das tipografias do Partido

«Trabalhando numa obscura heróica, os comunistas têm feito e levado às casas dos operários e dos camponeses, as mãos de todos os antifascistas, o órgão central do Partido Comunista Português, o «Avante!». Saindo regularmente desde 1941, todos os seus números, como de outras publicações ilegais — «O Militante», «O Camponês», «O Têxtil», «O Corticeiro» — são o produto de mil esforços, perigos e sacrifícios. As suas páginas refletem linha a linha a luta inquebrável do povo contra o fascismo e a confiança inderestrutível num Portugal Livre. Buscas da PIDE, controlo policial das vendas de papel, de tipo e de tintas tipográficas nas casas abastecedoras, não têm impedido o aparecimento destes jornais. Para os manter e difundir, muitos comunistas têm ido parar à prisão onde são torturados cruelmente. O fascismo teme a voz da imprensa clandestina, e não recua perante o crime para tentar calá-la».

O crime, mais um crime, deu-se em 23 de Janeiro de 1950, há 26 anos. Os assassinos profissionais ao ser-

viço da ditadura fascista liquidavam o camarada José Moreira (Lino), operário vidreiro, funcionário do Partido Comunista Português desde 1945 e responsável pelo aparelho de imprensa do Partido. Preso nesse mesmo dia, o camarada José Moreira sucumbia às torturas dos torturadores da PIDE. Esta «inventara» novo estertoragem: lançou o corpo inerte do nosso querido camarada pela janela, de modo a aparentar suicídio. Mas o corpo do comunista morto apresentava os sinais indubitáveis de assassinio por tortura física. O crime ficava impune, mas o Povo não o esqueceu.

DAR A VIDA PELO PARTIDO

As palavras que iniciámos esta evocação do saudoso camarada José Moreira são de outro comunista que deu a vida pelo Partido e pelo Povo: José Dias Coelho, assassinado pela PIDE numa rua de Lisboa.

Foi por temer a voz da Imprensa do Partido que a PIDE assassinou José Moreira. Os torturadores pretenderam que o nosso camarada denunciasse o local

onde se encontravam as tipografias clandestinas do Partido. Não o conseguiram. José Moreira preferiu morrer a trair. Ele dizia: «Uma tipografia clandestina é o coração da luta popular. Um corpo sem coração não pode viver». O coração de José Moreira deixou de pulsar para que o coração da luta popular do nosso povo contra o fascismo, as tipografias da imprensa do nosso Partido, continuassem a pulsar, cada vez mais vigorosamente. José Moreira caiu, caiu um comunista, mas as tipografias continuaram a funcionar.

A história da luta do nosso povo contra o fascismo, a história do Partido Comunista Português, é a história daqueles que, na legalidade ou nas duras condições da clandestinidade, criaram as condições para o derrubamento do fascismo. É a história daqueles que, como Alex, como Militão Ribeiro, como Catarina Eufémia, como Germano Vidigal, como José Moreira, deram a vida pelo Partido e pelo Povo, quando da sua vida ainda o Povo e o Partido tanto esperavam. A dedicação ilimitada dos

comunistas à causa da liberdade, do pão, da paz e da democracia ultrapassou, por vezes, a sua própria vida. O assassinato de José Moreira, é apenas um dos muitos exemplos de ferocidade com que o fascismo pretendia atingir os melhores filhos do povo — os comunistas. Mas é também um alto exemplo de como estes tudo sacrificavam à custa do Povo — muitas vezes a própria vida.

CAMPANHA DE FUNDOS EM ALMADA

Na sequência da campanha de fundos que os militantes do nosso Partido têm levado a efeito por todo o país, a Célula de Informação e Propaganda da Comissão Concelhia do PCP de Almada realizou no passado domingo, na Incrível Almadaense, uma festa que reuniu centenas de pessoas num ambiente de franca camaradagem.

ENTUSIASMO E VIBRAÇÃO EM ALGÉS

As direcções locais do nosso Partido realizaram, no passado dia 15, em Algés, um importante comício. Vários oradores, entre eles o camarada Álvaro Cunhal, delinearam a actual situação política e apresentaram as soluções que o nosso Partido aponta como necessárias para a consolidação e avanço do processo democrático.

As Comissões de Freguesia de Carnaxide e Algés do PCP, levaram a efeito no passado dia 15, às 21 horas, nas arcadas da Habitat (Algés) um importante comício que contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido.

Muito antes do início da sessão, já as ruas do acesso à Habitat conduziam centenas e centenas de trabalhadores da Coporel, Lusailite, Philips, Tofa, Círel, Progresso Mecânico, Tornearia de Metais, e de muitas outras empresas, jovens da UJC e da UEC, moradores das zonas vizinhas (Carnaxide, Oeiras, Caxias, Linda-a-Pastora, Cruz Quebrada). Militantes ou simpatizantes do nosso Partido, democratas sem filiação partidária, quiseram testemunhar com a sua presença neste comício, a confiança revolucionária no PCP vanguarda do povo trabalhador, barreira anti-fascista e força democrática empenhada no avanço do processo revolucionário e na consolidação das conquistas populares alcançadas com o 25 de Abril.

Depois de se ter guardado um minuto de silêncio em memória do nosso querido camarada Herculano de Carvalho, valoroso quadro do Partido e deputado comunista na Assembleia Constituinte, recentemente desaparecido, José Casanova, da DORL, apresentou os restantes elementos da mesa que iria presidir à sessão: António Camilo, operário, membro do secretariado da célula do PCP na Habitat, Ascensão Domingues, da Comissão Concelhia de Oeiras da UJC, António Brito, operário na Sorefame, membro da célula neste empresa e da Comissão Concelhia de Oeiras; Manuel Banon, do secretariado do núcleo do nosso Partido na Lusailite, Isabel Botinas, da Comissão de Freguesia de Carnaxide do PCP e do secretariado da célula da Philips; José Sampaio, operário soldador do secretariado de célula do Progresso Mecânico; António Rodrigues, empregado de armazém e membro da célula do nosso Partido na Tofa; Aron Mourato, torneiro mecânico, do núcleo do PCP na Tornearia de Metais e Luís Santos, operário da Coporel e membro da célula nesta empresa.

O primeiro orador da noite o camarada António Camilo, começou por agradecer a presença de todos os trabalhadores e simpatizantes do nosso Partido e em especial do camarada Álvaro Cunhal.

Numa breve análise da situação política criada com o 25 de Novembro, afirmou:

«A classe trabalhadora está em luta! A reacção e o fascismo esperam todas as possibilidades de estender as suas garras e de nos roubar as grandes conquistas que alcançámos desde o 25 de Abril.

Os saneamentos à esquerda, as prisões de homens que desempenharam um papel importante no nosso processo revolucionário, são medidas que de modo nenhum servem os interesses das massas trabalhadoras e do povo em geral. Pelo contrário, tais medidas, enfraquecendo as forças progressistas só favorecem a direita reacção.

Por outro lado, as recentes medidas que levaram ao congelamento da contratação colectiva e à subida dos preços dos géneros essenciais, são a prova de que se pretende fazer pagar aos trabalhadores o preço das dificuldades que foram provocadas pela sabotagem dos exploradores...»

Consciente da importância vital que a unidade dos trabalhadores representa no combate à reacção e ao divisionismo, este nosso camarada, operário da Habitat, citou mais adiante:

«Na situação difícil que atravessamos é necessário que os trabalhadores estejam atentos e vigilantes, sabendo encontrar em cada fase da luta a resposta mais correcta, que por vezes não é a mais fácil. É necessário que os trabalhadores recusem com firmeza as manobras divisionistas que só têm o objectivo de os enfraquecer. Só unidos poderemos assegurar a defesa e o reforço das grandes conquistas da Revolução: as liberdades democráticas, a Reforma Agrária, as nacionalizações...»

Em nome da Comissão Concelhia de Oeiras da UJC, coube em seguida a palavra à jovem militante Ascensão Domingues. Referindo-se em particular às tarefas que devem nortear, nesta etapa da nossa Revolução, a actividade da juventude portuguesa, salientou:

«A situação presente exige uma larga unidade de todos os jovens dispostos a lutar, para que as forças progressistas consolidem rapidamente as suas posições.

Cabe à UJC a importante tarefa de fazer desabrochar, crescer e ampliar o movimento juvenil, colocando todas as energias e capacidades da juventude ao serviço da

Revolução, em defesa das liberdades democráticas, pela libertação dos militares progressistas presos em 25 de Novembro, contra os saneamentos, contra o aumento do custo de vida e congelamento de salários, em defesa da Reforma Agrária e das Nacionalizações.

A União da Juventude Comunista é uma organização autónoma. Nela se poderão filiar todos os jovens trabalhadores que queiram unir as suas forças para lutar pelas reivindicações e direitos específicos da juventude, pelo direito ao trabalho, saúde, cultura, desporto, enfim por uma vida melhor, mais bela, e mais feliz...»

No final da sua intervenção frisou ainda que «no mundo do trabalho, os jovens de amanhã e os jovens do presente, serão os adultos da sociedade do futuro». A UJC, como força revolucionária e democrática da juventude trabalhadora portuguesa, cuja tarefa é a de «educar o espírito de dedicação das massas juvenis à causa do proletariado», continuará a desempenhar no dia-a-dia da sua actividade o papel que lhe cabe na Revolução.

Antes do camarada Álvaro Cunhal se dirigir aos presentes, usou ainda da palavra o operário da Sorefame, António Brito, membro da Comissão Concelhia de Oeiras e do secretariado da célula do nosso Partido naquela empresa.

O MOVIMENTO SINDICAL

Tomando em consideração uma das componentes fundamentais de qualquer processo democrático — o movimento sindical —, António Brito iniciou a sua alocução delineando a breve história da luta pela unidade sindical e seu respectivo reconhecimento na Lei após o 25 de Abril.

Uma das etapas que marcou esta importante luta que desde logo mobilizou muitos milhares de trabalhadores, foi sem dúvida a histórica manifestação de 14 de Janeiro, relembrada por este operário da Sorefame, nos seguintes termos:

«Camaradas: No dia 14 de Janeiro do ano passado, uma gigan-

tesca manifestação percorreu durante horas a distância que vai do Martim Moniz à Praça de Londres.

Os 300.000 trabalhadores que nesse dia se dirigiram ao Ministério do Trabalho defendendo a inclusão da unidade na Lei Sindical deram um exemplo de grande determinação e consciência política...»

«A luta pela unidade sindical marcou um ponto alto do movimento de massas e constituiu uma das mais importantes vitórias na história da luta dos trabalhadores no nosso país. A unidade sindical é uma arma poderosa da classe operária, do movimento sindical e das massas trabalhadoras.

«Camaradas: Qualquer medida tomada contra os interesses dos trabalhadores não afecta só os trabalhadores comunistas, mas sim todos os trabalhadores sejam eles de que partido forem, tenham eles a religião que tiverem. É importante que todos tenhamos consciência disso pois só assim poderemos fazer a unidade indispensável para fazer frente a todas as manobras divisionistas que, concretiza, irão ser postas em prática...»

No meio de vigorosos aplausos e aclamações ao nosso Partido, o camarada Álvaro Cunhal iniciou o seu longo e importante discurso, o qual reproduzimos na íntegra, sobre o actual momento político, frequentemente interrompido pela numerosa assistência que acorreu ao Edifício Habitat.

Nos momentos derradeiros desta sessão, o secretário-geral do nosso Partido, foi ainda alvo por parte dos trabalhadores e do povo ali presente, de significativas manifestações de amizade e dedicação



Os camaradas presentes na mesa que presidiu ao comício do nosso Partido no Porto saúdam os milhares de trabalhadores que acorreram ao Palácio de Cristal

GRANDE COMÍCIO DO PCP NO PORTO

O comício realizado no Porto pela DORN do nosso Partido, no qual estiveram presentes os camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Costa, demonstrou a vitalidade e a combatividade dos operários e trabalhadores do Porto

Os militantes comunistas, a classe operária, os antifascistas, os trabalhadores do Porto, responderam massivamente ao apelo da Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português e acorreram ao Palácio de Cristal para mais uma jornada de luta do nosso Partido. Sob o tema «Pela Defesa das Liberdades

— Por uma Economia ao Serviço do Povo», milhares e milhares de pessoas encheram literalmente o Palácio de Cristal, numa grande demonstração de vitalidade das forças revolucionárias do Porto, que não perderam esta oportunidade de demonstrar a sua confiança na vanguarda organizada da classe operária — o Partido Comunista Português.

Grande número de camaradas foram chamados para a mesa, representando os diversos sectores e organizações do nosso Partido: Francisco Carneiro (UJC), Edgar Secca (UEC), Manuel Serqueira (Comissão Concelhia da Maia), Aureano Lemos (CC de V. N. de Gaia), José Fernando Guimarães (CC de Matosinhos), Eduardo Sá Matos (CC de Gondomar), Manuel Coelho (CC do Porto), Alfredo Ferreira (pescador de Matosinhos), António de Sousa Ribeiro (Sector Camponês), José Rui (Sector Sindical), Araújo Moreira (Comité do Sector Intelectual), Cassiano Abreu Lima (Sector para o Trabalho Unitário), Rui Lima Jorge (Sector para os Órgãos de Informação), António Neto da Silva e Jorge Manuel Oliveira (do Comité das grandes empresas), Fernando Ponte e José Pereira (Comité dos Grandes Serviços), Fátima Costa, Agostinho Osório e Maria Laura Gouveia (do Comité Têxtil) Álvaro Leite Vasconcelos, Américo Soares, Edmundo Gomes da Costa e Francisco Carvalho (do Comité dos Metalúrgicos), Oscar Lopes (Vice-Reitor da Universidade do Porto), Virgínia Moura, Lobão Vital, Joaquim Felgueiras, Arnaldo Mesquita, Armando de Castro (Director da Faculdade de Economia), Teixeira de Sousa (Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gondomar), Oliveira Dias (Professor Universitário), José Albuquerque (Escultor), Armando Alves (Pintor), Joaquim Ribeiro e João Campelo (sobreviventes do Tarrifa), Álvaro Caneca (Comissão Distrital de Viana do Castelo), José Soares (Comissão Distrital de Braga), Amílcar José Ferreira (Comissão Distrital de Bragança), Agostinho Monteiro (Comissão Distrital de Vila Real), Francisco Osório, Francisco Braga e Fernando Diogo (da Comissão Distrital do Porto), Agostinho Lopes, Fernando Teixeira, Henrique Sousa e Helena Medina (da Direcção da Organização Regional do Norte).

Finalmente, e por entre inúmeros aplausos e saudações, tomaram lugar na tribuna os camaradas José Carlos Almeida (membro suplente do CC e da DORN) e Ângelo Veloso, do Comité Central. Por último, os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, e Carlos Costa, membro do secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, tomaram também lugar na tribuna, tendo sido entusiasticamente recebidos pelos muitos milhares de pessoas presentes.

Vibrantemente aplaudido, abriu o comício o camarada Carlos Costa que, em nome do Comité Central, saudou fraternalmente todos os presentes neste grande comício, «a classe operária, os camponeses, todos os trabalha-

res do Norte, todos os democratas que se dispõem a defender as liberdades contra o terrorismo fascista, todos aqueles que, no dia a dia, defendem firme e abnegadamente as conquistas da Revolução».

É URGENTE DEFENDER AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Seguidamente, o camarada Carlos Costa afirmou: «Liberdades democráticas quase não existem ou estão seriamente comprometidas em muitas regiões do país onde os fascistas e o grande patronato têm procurado impossibilitar a acção dos partidos de esquerda e intimidar vastas camadas populares. Sabeis bem que, aqui mesmo na cidade do Porto, campeia durante a noite o terrorismo fascista que, por vezes, se faz acompanhar de actos provocatórios para melhor confundir as pessoas e justificar posteriores medidas contra as liberdades democráticas.»

E, mais adiante: «Os comunistas condenam o terrorismo e o golpe. Não podem, a tal respeito, subsistir dúvidas. A tática dos fascistas é clara; primeiro provocam o terrorismo, a desordem, a insegurança. Depois reclamam um Governo forte capaz de manter a lei e a ordem. Mas que ordem? A ordem daqueles que, quando no Governo, são a PIDE, quando, fora do Governo, são terroristas.

«Tudo isto mostra que as liberdades democráticas estão em perigo — prosseguiu o camarada Carlos Costa. É necessário, possível e urgente defendê-las. O PCP, o partido da classe operária, o grande partido que neste momento consubstancia os interesses políticos de toda a esquerda portuguesa apela a todos os trabalhadores e a todos os democratas, para que se unam contra o perigo fascista e em defesa da liberdade.»

Após ter afirmado que «o povo unido jamais será vencido», o camarada Carlos Costa saudou, com grande alegria e esperança, «os camaradas socialistas de S. Mamede de Infesta que realizam amanhã um comício contra o avanço da direita.»

SÓ OS TRABALHADORES DEFENDEM A ECONOMIA

Mais adiante, analisando a situação económica, o camarada Carlos Costa acentuou: «No plano económico a viragem à direita, se não se lhe puser cobro rapidamente, irá redundar num desastre para a economia nacional, numa crescente dependência das potências imperialistas e num perigo permanente para a democracia portuguesa.»

Depois de ter relembrado a situação económica existente nos últimos anos da ditadura fascista e as primeiras medidas tomadas na sequência do 25 de Abril, bem como a reacção desencadeada pelos monopolistas e latifundiários contra essas medidas e contra a democracia portuguesa, o camarada Carlos Costa salientou:

«Foi nesta difícil situação que os trabalhadores e técnicos portugueses conseguiram salvar a economia portuguesa do caos profetizado, primeiro por Spínola e Sá Carneiro e, depois, repetido e mentiroso proclamado por dirigentes do PS. Na verdade, foram os sacrifícios e o trabalho abnegado dos operários e técnicos das empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado, dos operários que impediram o encerramento das empresas abandonadas pelos patrões, dos trabalhadores das novas herdades colectivas do Alentejo, dos camponeses de todo o país, quem aguentou a situação económica, impediu o caos, evitou o alastramento do desemprego, permitiu a quase estabilização dos preços e fez com que nunca faltassem géneros no mercado.

«Talvez o dr. Salgado Zenha — disse o camarada Carlos Costa a determinada altura — apenas por confessada incompetência em matéria económica e financeira, não perceba que a política de recuperação capitalista que se pretende seguir (em vez de uma política de reorganização económica rumo ao socialismo) vai, nas condições concretas da nossa situação actual, lançar rapidamente o país num verdadeiro desastre económico, tal como aliás sucedeu com tentativa idêntica realizada no Chile. Esperamos que o CR ponha rápida e decididamente cobro a tal tentativa e que o próprio PS compreenda

que uma tal política é o seu próprio suicídio. Na verdade, a política de indemnizações aos grandes capitalistas irá provocar uma inflação galopante.»

E acrescentou: «A brutal e generalizada subida de preços a que assistimos nas últimas semanas, acompanhada do congelamento dos salários, está já a provocar uma descida dramática do nível de vida dos trabalhadores. Tudo isto gerará uma brusca diminuição do mercado interno com a consequente baixa de produção e aumento do desemprego.»

UNIR OS TRABALHADORES UNIR OS ANTIFASCISTAS

O camarada Carlos Costa afirmou, a determinado passo: «Daqui fazemos um apelo aos trabalhadores socialistas para que se unam aos trabalhadores comunistas na luta pelos interesses comuns dos trabalhadores que coincidem com os mais profundos interesses nacionais.»

«Aliás — continuou Carlos Costa — a recuperação capitalista das empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado, assim como a recuperação latifundiária das herdades colectivas do Alentejo, refazendo a base social do fascismo, levaria em linha recta ao seu regresso. Quando o grande patronato procura pôr o seu tacão de ferro sobre os trabalhadores, ficam ameaçadas as liberdades políticas. Quando as liberdades políticas estão ameaçadas, está ameaçada a situação económica dos trabalhadores que, sem liberdade, não podem lutar eficazmente por uma vida melhor.»

A finalizar a sua intervenção, o camarada Carlos Costa afirmou: «O momento que atravessamos é difícil e perigoso. O segredo da vitória está em sermos capazes de unir os trabalhadores em defesa dos seus interesses e contra a recuperação capitalista; em sermos capazes de unir os antifascistas em defesa das liberdades políticas reconquistadas no 25 de Abril! Para a frente com confiança e entusiasmo!»

A «modificação nos órgãos do poder, com o afastamento de homens que se destacaram na defesa intransigente dos interesses e justos anseios dos trabalhadores» — referiu em seguida o operário metalúrgico Álvaro Vasconcelos, em nome do Comité dos Metalúrgicos —, abre caminho

«à expansão das forças da direita reacçãoária, coloca na ordem do dia a luta contra as tentativas de liquidação do papel dos trabalhadores nos destinos do país e da recuperação pelo patronato reacçãoário das posições que a pouco e pouco a tenacidade dos trabalhadores e os passos decididos da revolução lhe foram retirando.»

GOLPES NA SITUAÇÃO ECONÓMICA DAS CLASSES LABORIOSAS

Dois grandes golpes na situação económica das classes laboriosas foram ainda referidos por este operário metalúrgico: o aumento exorbitante dos preços dos produtos de primeira necessidade e o congelamento da contratação colectiva de trabalho, que abrange 800.000 trabalhadores.

Mas não são só estes dois golpes que foram dados nas amplas conquistas até agora alcançadas. Frisou o camarada Álvaro Vasconcelos: «É também o desenvolvimento de manobras com o objectivo do regresso de alguns patrões fugidos, presos ou saneados, preparadas e executadas pelos seus lacaios». A propósito, apontou os exemplos particulares da Têxtil Manuel Gonçalves, da Rolisol, da Façar, e da Eduardo Ferrelzinha & Irmão.

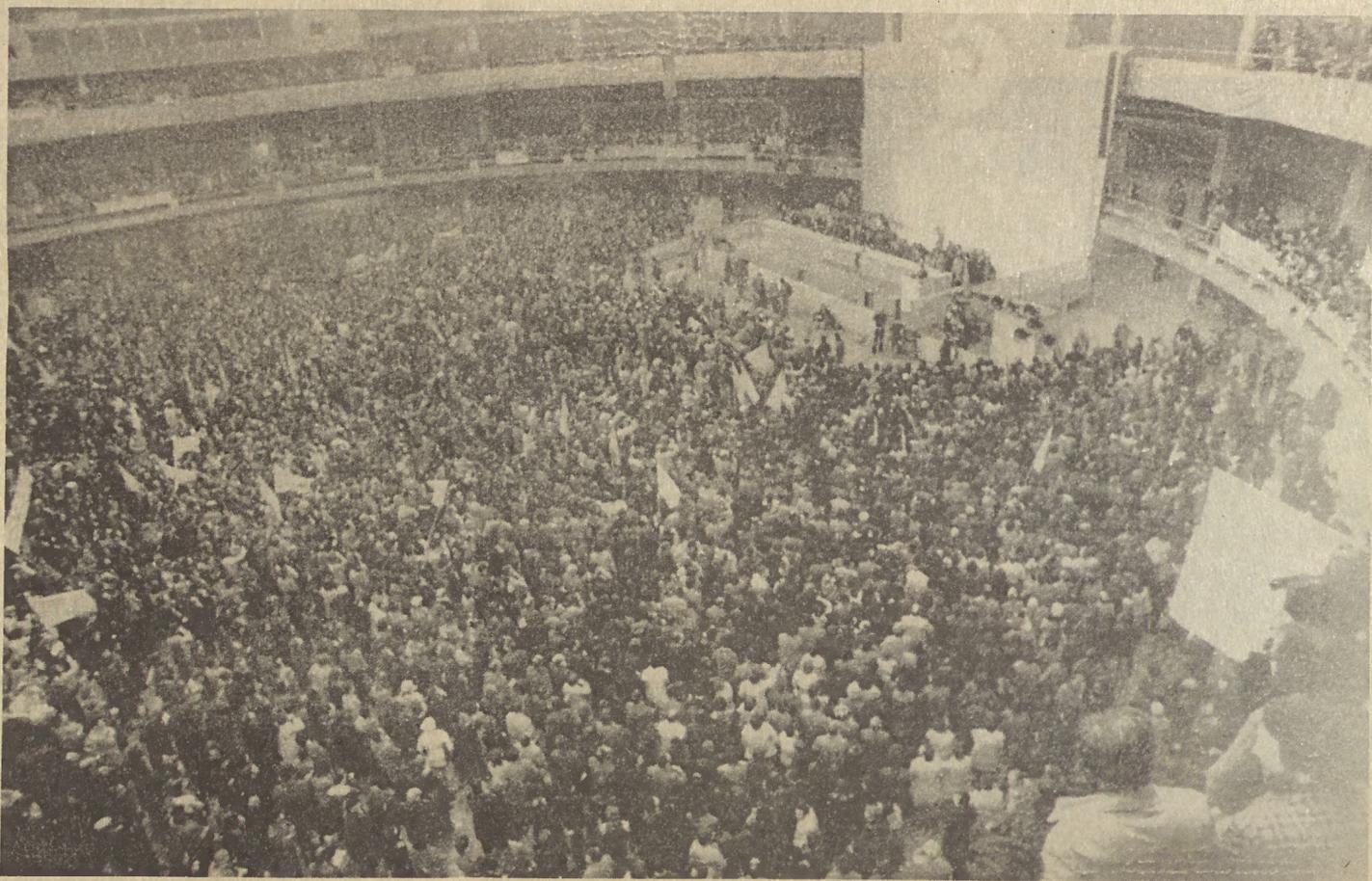
«A tentativa de dividir os trabalhadores e o ataque às suas organizações e o congelamento das credenciais passadas pelo Ministério do Trabalho aos trabalhadores, não foram esquecidos pelo camarada Álvaro Vasconcelos que prosseguiu: «É também o bloqueio ao controlo operário da produção.»

Depois de ter citado mais uma série de exemplos de medidas antiooperárias, e permanentemente interrompido por «Abaixo a reacção» e por frequentes aplausos, Álvaro Vasconcelos disse, a terminar: «Estamos certos que a classe operária e os trabalhadores, unidos e organizados, constituem força bastante, para delatar por terra todos estes planos e fazer avançar decididamente a revolução democrática portuguesa, rumo ao socialismo!»

A terminar o comício falou o camarada Álvaro Cunhal numa longa e importante intervenção em que definiu o momento político actual e em que expôs as perspectivas que o nosso partido aponta. «Esta é a nossa política» — referiu o camarada a dado ponto da sua intervenção que publicamos integralmente.



Em Algés, como noutras partes do país, os trabalhadores apoiam o PCP, porque o PCP é o seu partido de classe



O Palácio de Cristal foi insuficiente para conter os muitos milhares de trabalhadores que ali acorreram para ouvir a voz da classe operária, a voz dos trabalhadores, o PCP

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

K. Marx — F. Engels



aconselhado aos estudantes de HISTÓRIA e de FILOSOFIA das universidades e liceus

Compre nas livrarias ou peça à Editorial «Avante!» Av. Santos Dumont, 57-2.º Lisboa 2

MAIS DE TRINTA MIL TRABALHADORES EM BEJA

Em Beja, no Comício do nosso Partido, mais de trinta mil trabalhadores, assalariados agrícolas e pequenos e médios camponeses, manifestaram, em uníssono, a mesma determinação: a Reforma Agrária não recuará!

Em Beja, coração do Baixo Alentejo, no passado domingo, às 15 horas, mais de trinta mil trabalhadores, assalariados e camponeses pobres, participaram no comício do nosso Partido, subordinado ao tema «A Reforma Agrária não pode recuar», no qual usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

No Largo dos Duques de Beja, uma multidão de gente de trabalho de todas as idades, com uma larga participação feminina, escutou os camaradas oradores. Unidos na

Gervásio adiantou: «Não são aqueles que estão fazendo a Reforma Agrária com duros sacrifícios, que estão desbravando terras de milhares de hectares há 10, 15 e 20 anos inculta, que estão produzindo mais pão, mais carne, mais produtos agrícolas, que querem trabalhar e aumentar a riqueza nacional, que são os inimigos dos camponeses pobres do Norte, também vítimas do mesmo inimigo que oprimiu a nossa pátria durante meio século. Nós dizemos:

os pequenos e médios agricultores, em especial nos concelhos mais avançados! Venham cá ver se há algum pequeno ou médio agricultor que tenha ficado sem a sua propriedade! ou se seareiros e rendeiros foram obrigados a integrarem-se nas unidades colectivas de produção!

«Venham cá ver como começam a nascer as primeiras creches no campo para os filhos dos trabalhadores; como começam a nascer as primeiras casas para recolher velhotes que andam a pedir pelas ruas, trabalhadores já sem forças abandonados pela sociedade capitalista sem conforto e sem carinho. Venham cá ver como se procura fomentar o desenvolvimento de grupos corais; o teatro amador, a poesia ou seja, a cultura popular e criadora do povo destrocada pelo fascismo.

«Venham cá ver como começam a nascer as primeiras lojas das herdades colectivas e cooperativas, nas vilas e aldeias, para vender ao povo por preços mais baratos, os produtos agrícolas.

«Venham cá ver, como é mentira quando vos dizem que as terras não estão semeadas.»

Entre os exemplos citados pelo camarada António Gervásio, destacamos o caso de Avis, onde as sementeiras passaram de 450 mil quilos de trigo para 1 milhão e 200 mil e a cevada distica de 5 mil quilos para 30 mil quilos; Campo Maior e Couço, onde este ano se semeou mais 50% do que no ano passado, Montemor-o-Novo, onde se semearam mais 500 mil quilos de trigo; Mora e Herdade da Chamimé onde, no ano passado, se semearam respectivamente 400 e 25 sacos de cereais e este ano 800 e 180 sacos; no Escoural, onde este ano os trabalhadores semearam mais que todos os agrários da

inimigos da Revolução estão apavorados com as amplas perspectivas que a Reforma Agrária abre à nossa agricultura, abre à nossa economia. Dentro de curtos anos, as vantagens da produção nas herdades colectivas e cooperativas vão esmagar todas as teorias dos nossos inimigos.»

PELA COOPERAÇÃO ENTRE NORTE E SUL

Continuando a abordar o tema da defesa da Reforma Agrária, o camarada Gervásio disse:

«Os nossos inimigos gritam que o Sul vai fazer concorrência ao Norte! Esses inimigos da Reforma Agrária e da liberdade, raciocinam em termos de lucro capitalista. Na verdade, o que realmente temem é a influência que as herdades colectivas e cooperativas agrícolas do Sul possam começar a ter no Norte. O que eles temem é a possibilidade de uma grande e fraternal cooperação entre as cooperativas do Sul e os camponeses pobres do Norte e Centro. O que eles temem é que os camponeses do Centro e do Norte se libertem da influência dos caciques e de outros fascistas e comecem, também, a organizarem-se e a avançar para formas de organização, própria a cada região. Os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores do Sul venham, com profunda alegria, a possibilidade de estabelecer relações de cooperação e interajuda com os seus irmãos de classe do Centro e Norte do país. Em vez de «plenários» em Rio Maior e Braga, dirigidos pela reacção, alirando o Norte contra o Sul, façamos grandes plenários com trabalhadores, pequenos e médios agricultores do Sul, Centro

França e Itália no sentido de eliminarem as centrais sindicais reaccionárias e divisionistas dos seus países, essas mesmas forças insistem neste momento em rever a lei sindical e retirar dela a consagração da Unidade, para posteriormente, tal como aconteceu nos países a que atrás me refiro, poderem mais à vontade dividir os trabalhadores portugueses por vários sindicatos enfiados a linhas ideológicas diferentes, fazendo destes porta-vozes dos seus desejos, para mais facilmente continuarem a explorar os que outra coisa não têm para venda senão a força do seu trabalho. Mas os trabalhadores conscientes deste país já aprenderam que só unidos e organizados serão capazes de vencer as duras batalhas que o actual momento lhes proporciona.

Precisamente neste momento em que assistimos a um avanço das forças de direita, a um aumento espectacular do custo de vida, ao congelamento das contratações colectivas, ao assassinio de dirigentes sindicais, aos trabalhadores portugueses põe-se-lhes o dilema: ou nos unimos e organizamos numa luta comum contra o capital e o fascismo ou uma feroz ditadura tipo chileno cairá sobre nós a curto prazo.

Por isso camaradas: a nossa tarefa é a organização e a consolidação da nossa unidade. UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS.»

Enquanto decorria o comício, continuaram a chegar representantes de diversas cooperativas e herdades e unidades colectivas de produção; delegações sindicais, delegações do nosso Partido de Faro, Portimão e Évora, trabalhadores de Escritórios, delegação do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre, e muitas outras representantes. Presentes, desde o início dos trabalhos, uma representação da DORAA, representantes das comissões concelhias do nosso Partido dos 14 concelhos do distrito: uma delegação da Comissão Distrital de Beja, do PCP, camaradas da União da Juventude Comunista (UJC) e da União dos Estudantes Comunistas (UEC) e como convidados, representantes do MDP/CDE, da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária e comissões de trabalhadores de diversas empresas.

Depois do camarada António Gervásio, usou da palavra, Luzia Verdades, da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, que forneceu dados sobre o aumento da área cultivada em terras do Alentejo, citando casos demonstrativos da ofensiva da reacção também no Sul e, referindo-se ao distrito de Beja, terminou a sua intervenção, dizendo:

«Neste momento, cerca de 350 000 ha estão na mão dos trabalhadores. Estão a ser cultivados.

O desemprego acaba, a produção aumenta. São criados novos postos de trabalho e podemos fazer baixar a altos dos preços dos produtos alimentares.

Temos que defender a Reforma Agrária. Temos que reforçar a nossa Unidade, fortalecer o nosso Sindicato, desenvolver a aliança com os Pequenos Agricultores e bater firmemente a reacção.

Para isso, temos que procurar desenvolver as relações de cooperação com os trabalhadores de outros sectores, e buscar nas forças políticas que sempre nos têm defendido, o apoio e ajuda fraternal que nos conduzam à vitória final.»

Seria então, o momento de maior vibração do comício, quando o camarada Álvaro Cunhal se preparou para intervir. As bandeiras do nosso Partido, recolhidas, abriram-se num ímpeto, balançando ao ritmo do entusiasmo da multidão. Após a intervenção do camarada Álvaro Cunhal os Pioneiros de Plas cantaram várias canções revolucionárias.



O camarada António Gervásio, da Comissão Política do CC do PCP, no decorrer da sua intervenção no grande comício de Beja

mesma experiência de luta, unidos nos mesmos anseios de triunfo da revolução socialista, da qual a Reforma Agrária é uma pedra basilar, falando a mesma linguagem, oradores e multidão viveram cerca de três horas de grande entusiasmo e ardor revolucionário. Um ardor feito de legítima satisfação. Não nos esqueçamos que do Alentejo partiu, em 1918, a primeira iniciati-

«Venham cá ver onde antes só havia estevas e coelhos, hoje vêm-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde antes o desemprego fazia sofrer dezenas de milhares de trabalhadores, hoje vem-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde os agr-



Os trabalhadores alentejanos reafirmaram em Beja a sua confiança no grande partido da classe operária — o PCP

va pioneira da Reforma Agrária em Val de Santiago; não nos esqueçamos que nos anos dolorosos de regime fascista os trabalhadores não quebraram o impulso da resistência e, que após o 25 de Abril, a gente alentejana tem sido dos principais obreiros do avanço do processo democrático.

«Venham cá ver onde antes só havia estevas e coelhos, hoje vêm-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde antes o desemprego fazia sofrer dezenas de milhares de trabalhadores, hoje vem-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde os agr-

«Venham cá ver onde antes só havia estevas e coelhos, hoje vêm-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde antes o desemprego fazia sofrer dezenas de milhares de trabalhadores, hoje vem-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde antes o desemprego fazia sofrer dezenas de milhares de trabalhadores, hoje vem-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde os agr-

«Venham cá ver onde antes só havia estevas e coelhos, hoje vêm-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde antes o desemprego fazia sofrer dezenas de milhares de trabalhadores, hoje vem-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde antes o desemprego fazia sofrer dezenas de milhares de trabalhadores, hoje vem-se lindas searas prometedoras;

«Venham cá ver onde os agr-



Muitos milhares de pessoas ouviram em Beja o camarada Álvaro Cunhal afirmar que a Reforma Agrária não andará para trás



Defender a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução, tarefa dos trabalhadores do Alentejo, reafirmada no comício de Beja.

Presentes em Beja muitas representações das novas herdades fruto da Reforma Agrária. Os seus nomes foram enunciados. Através delas passam parcelas da Revolução que estamos fazendo, páginas da história que um dia se escreverá e na qual o povo trabalhador alentejano aparecerá com o lugar de destaque que tem merecido na prática revolucionária. Eis alguns dos nomes das herdades colectivas, cooperativas e unidades colectivas de produção que tiveram delegações presentes no grandioso comício do passado domingo em Beja: «Freguesia da Unidade» (Ervidel); «Para a Frente Iremos» (Messejana); «Alvito Vencerá» (Alvito); «Alentejo em Luta» (Vila Nova de Baronia); «Fronteira Alentejana» (Barrancos); «Terra de Catarina» (Baleizão); «Seara Nova» (Beringel); «Coração da Revolução» (Cabeça-Gorda); «Vida Nova» (Monbeja); «Pioneiros da Reforma Agrária» (Qintos); «Terra de Pão» (Salvada); «Vanguarda do Alentejo» (Sta Vitoria); «Sol do Alentejo» (S. Matias); «Alentejo Vermelho» (Castro Verde); «Unidade e Alegria» (Santa Barbara dos Padrões); «Grito da Revolução» (S. Marcos de Albufeira); «Álvoro Cunhal» (Cuba); «Terra de Justiça» (Faro do Alentejo); «Papoila Vermelha» (Vila Alva); «Otelos Saraiva de Carvalho» (Vila Ruiva); «Planície Dourada» (Freireira do Alentejo); «Alentejo em Frente» (Figueira dos Cavaleiros); «Ou Vai ou Racha» (Canhestros); «Aqui Lutamos Todos» (Perogarda); «Freguesia sem Medo» (Val do Açor); «Estrela do Guadiana» (Mértola); «Na Unidade os Trabalhadores Avançam» (S. Miguel do Pinheiro); «Trabalho e Paz» (Amareja); «Estrela das Cinco Quinas» (Estrela); «Humberto Delgado» (Safara); «Heróis da Restauração» (Santo Aleixo da Restauração); «A Hora é de Unidade» (Sto Amador); «E Difícil Mas é Nossa» (Sobral da Aditca); «Sombra Negra de Moura Saluquia» (Moura); «A Vitória é Nossa» (Colos); «Vitória do Povo» (Odemira); «Custou mas Foi» (S. Luis) «1918» (Val de Santiago); «União dos Trabalhadores» (Garvão); «Luta dos Camponeses» (Ourique); «Estrela do Alto Sado» (Panoias); «Sol Nascente» (Aldeia Nova de S. Bento); «Esquerda Vencerá» (Pias); «Mergem Esquerda» (Serpa); «Flor do Alentejo» (Vale Vargo); «Os Arraianos Avançam» (Vila Verde do Ficalho); «Planície Heroica» (Pedrogão); «Unidos Venceremos» (Selmes); «26 de Janeiro» (Vidigueira-Vila dos Frades); «Muralhad'Aço» (Marmelar); «Recuar é Morrer» (Relíquias); «Seara Vermelha Com União Venceremos» e «Estrela Vermelha» (Santiago do Cacem); «Força Popular» (Montemor-o-Novo); «Passos de Lenine» e «Che Guevara» (Conqueiros); e tantas outras cujas designações revelam os profundos anseios dos trabalhadores alentejanos, operários e camponeses pobres, em edificar um futuro de trabalho, pão, paz, e liberdade.

VENHAM CÁ VER!

- venham cá ver onde antes só havia estevas e coelhos, hoje vêm-se lindas searas prometedoras
- venham cá ver onde antes o desemprego fazia sofrer dezenas de milhares de trabalhadores, hoje praticamente acabou, e onde a Reforma Agrária está mais avançada começam a faltar braços
- venham cá ver onde os agrários deixavam morrer o gado à fome ou o vendiam ao desbarato para Espanha, o número de cabeças a crescer nas herdades colectivas e cooperativas
- venham cá ver os trabalhadores agrícolas a darem milhares de horas de trabalho grátis para a Reforma Agrária, que é o mesmo que dizer para a economia nacional
- venham cá ver milhares de trabalhadores da indústria, do comércio e serviços, homens, mulheres e jovens, numa magnífica prova de solidariedade, a irem para o Alentejo trabalhar gratuitamente, aos sábados, feriados e domingos, nas herdades colectivas e cooperativas.
- venham cá ver a cooperação entre os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores, em especial nos concelhos mais avançados! Venham cá ver se há algum pequeno ou médio agricultor que tenha ficado sem a sua propriedade! ou se os seareiros e rendeiros foram obrigados a integrarem-se nas unidades colectivas de produção.
- venham cá ver como começam a nascer as primeiras creches no campo para os filhos dos trabalhadores; como começam a nascer as primeiras casas para recolher velhotes que andam a pedir pelas ruas, trabalhadores já sem forças abandonados pela sociedade capitalista, sem conforto e sem carinho. Venham cá ver como se procura fomentar o desenvolvimento de grupos corais, o teatro amador, a poesia, ou seja, a cultura popular e criadora do povo destrocada pelo fascismo
- venham cá ver como começam a nascer as primeiras lojas das herdades colectivas e cooperativas, nas vilas e aldeias, para vender ao povo por preços mais baratos, os produtos agrícolas
- venham cá ver como é mentira quando vos dizem que as terras não estão semeadas.
- Venham cá ver!

Do discurso do camarada António Gervásio no comício do PCP em Beja, em 18 de Janeiro de 1975

ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA PERSPECTIVAS DE LUTA E ACÇÃO

Quem são os amigos e os inimigos das liberdades

Defender as liberdades e assegurar a sobrevivência e a construção de uma democracia em Portugal é tarefa central e decisiva de todas as forças progressistas, de todo o movimento popular e democrático.

A campanha anticomunista da reacção insiste constantemente numa mesma calúnia contra o PCP, que o «PCP é contra as liberdades democráticas», que o PCP quer «um socialismo sem liberdades».

Afirmar que os comunistas pretendem liquidar as liberdades e uma acusação que vale tanto como a afirmação da propaganda mais reaccionária de que os comunistas querem roubar as terras, as casas e as vacas aos pequenos agricultores, de que roubam os filhos às mães e matam os velhos com um tiro através da orelha e no fim de contas só pensam fazer mal à gente pobre.

Vezaes sem conto o PCP tem insistido em que luta por um regime democrático em que sejam reconhecidas as mais amplias liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo a da formação e actividade dos partidos políticos, a liberdade de imprensa, os direitos de associação, reunião e manifestação, o direito à greve.

O PCP tem insistido na defesa do mais escrupuloso respeito pelas crenças e pela prática do culto dos cidadãos contra qualquer ingerência política nas questões da Igreja e também contra a ingerência da Igreja na vida política.

Não se trata porém apenas de pontos programáticos e de afirmações solenes. A luta pela conquista, a defesa e a consolidação das liberdades democráticas sempre tem sido e continua a ser um aspecto essencial da orientação e da actividade do PCP.

Melhor que nas palavras se pode ver na acção quem defende e quem ataca as liberdades. Melhor que nas palavras se pode ver na acção quem são os amigos e quem são os inimigos das liberdades.

Não é em zonas do País da influência do PCP, mas naquelas onde imperam os caciques do CDS e do PPD que foram praticamente liquidadas as liberdades.

Não é o PCP que viola a ordem democrática e que lança ultimatos ao governo com ameaças de acções ilegais e violentas.

Não é de comícios ou manifestações do PCP que partem bandos de incendiários de centros de trabalho.

Não é o PCP que comanda e conduz uma vaga de saneamentos de adversários políticos desde fábricas e empresas a órgãos de Comunicação Social e a repartições dos Ministérios. Não é nas iniciativas do PCP que se grita e exige a morte de dingentes de outros partidos.

Não é com a protecção e inspiração do PCP que grupos terroristas metralham e atiram bombas contra centros de trabalho de partidos a cooperativas culturais, automóveis e residências de democratas, e a outras organizações legais, lançando o alarme, a inquietação, a insegurança entre a população.

Nas zonas onde foram praticamente liquidadas as liberdades, não é o PPD, não é o PPM, nem é o PS, que estão impedidos de exercer as liberdades. Quem é impedido é o PCP e outros partidos e organizações de esquerda.

O primeiro partido visado pelos planos fascistas de liquidação das liberdades não é certamente o CDS, nem será o PPD, nem tão pouco o PS, mas precisamente o PCP.

Alguns partidos falam muito em pluralismo. Mas, na sua acção prática, mostram muito pouco espírito pluralista, mostram querer mandar em tudo e tudo comandar, ocupar lugares, por em toda a parte a genle sua, mostrando-se incapazes de compreender e respeitar os outros, mostrando-se fechados, teimosos e intolerantes.

Desmenindo todas as acusações que lhe fazem, parece afinal que o PCP é o único verdadeiramente pluralista pois não há nenhum outro partido que mais do que o PCP seja capaz de ouvir, seja aberto ao diálogo e ao entendimento com gente de formação diferente da do partido.

A experiência parece mostrar que o PCP acusado de querer um regime de partido único, se mostra na prática pluralista e que partidos gabarolados do seu pluralismo mostram sérios indícios de

desejarem ser na prática partido único.

A batalha pela liberdade atingiu nos tempos próximos uma extrema acuidade.

A vida tem mostrado e vai mostrar novamente e a curto prazo quem atenta contra as liberdades e quem as quer defender. A vida vai mostrar novamente que partidos que se dizem pluralistas inspiram, organizam, promovem ou apoiam iniciativas de violência contra as liberdades dos cidadãos e que é o PCP que defende a ordem democrática e a consolidação da democracia.

As eleições para a Assembleia Legislativa já anunciada em princípio para dentro de poucos meses e os seus preparativos porão uma vez mais em evidência quem ataca e quer liquidar as liberdades e quem as defende.

O PCP considera de forma favorável a realização das eleições já anunciadas.

Embora estejamos muito longe de uma democracia política, económica e social que assegure verdadeiramente a consciência e a independência do voto, o PCP considera que, num momento em que a direita reaccionária pretende cortar o processo democrático e liquidar as liberdades, a realização de eleições pode ser uma valiosa contribuição para isolar os conspiradores fascistas e consolidar a democracia.

A direita reaccionária e fascista não está nada interessada na realização de eleições. Está interessada em agravar ainda mais a crise política, em acentuar as contradições e a instabilidade, em prolongar uma situação de governos inoperantes, incapazes de resolver os graves problemas da hora presente. Está interessada em que se agravem as dificuldades económicas e financeiras de forma a que se levante um descontentamento geral não só contra o governo, mas contra a situação democrática. Está interessada com chantagem, pressões, boatos, acções terroristas, em criar um ambiente de insegurança, de intranquilidade, de pânico se possível, de forma a criar condições para um golpe que apareça como salvador.

É necessário que as forças populares se disponham desde já a

desmascarar e a cortar o passo a tais actividades e encarem como tarefa da mais alta importância, a realização de eleições para a Assembleia Legislativa.

Não basta, porém, que se realizem eleições. É necessário que essas eleições não se possam comparar, em vastas zonas do território, com as tristes mascaradas eleitorais dos tempos do fascismo. E para isso é indispensável por rapidamente termo às actividades terroristas da extrema-direita e assegurar verdadeiramente o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

Esta é uma condição essencial para a realização de eleições e lamentamos não ver das autoridades responsáveis, quaisquer medidas para combater a reacção e corrigir a situação antidemocrática existente nos Açores, Madeira e vários distritos do Continente.

Não basta, porém, reclamar em termos gerais. É necessário por toda a parte organizar a luta para que sejam asseguradas as liberdades. Uma das formas mais importantes da luta pelas liberdades é empreender corajosamente o seu exercício, reclamando firmemente junto das autoridades civis e militares contra quaisquer tentativas reaccionárias para impedir-lo.

Reconstruindo e reabrindo o seu Centro de Trabalho, os camaradas de Familiarão deram um belo exemplo de combatividade e de defesa das liberdades. Já depois da reabertura bombas foram lançadas contra o centro. Outros atentados podem repetir-se. Mas nas condições que vivemos só com coragem, tenacidade, firmeza, conseguiremos defender e consolidar as liberdades.

Os militantes do PCP no Norte do País, por vezes em condições em que estão praticamente rodeados de inimigos, têm dado magníficas provas dessas qualidades revolucionárias e dessa determinação. Por esse combate daqui os saúdo em nome do Comité Central certo de que a luta será coroada de sucesso e as liberdades acabarão por triunfar até ao lugar mais escondido da nossa terra.

A urgência de um esforço unificador

A gravidade, as incertezas e os perigos da situação actual colocam a todas as forças democráticas e progressistas a tarefa urgente de procurarem entender-se para fazerem frente comum à direita reaccionária e ao assalto ao poder que esta preparava, para impedir que Portugal volte ao tenebroso passado fascista, para defenderem as liberdades e as outras conquistas da revolução, para assegurarem a construção de um regime democrático estável ao abrigo de golpes contra-revolucionários.

É possível tal entendimento? Ele tem de ser possível e se todos compreendermos a sua decisiva importância será alcançado. As grandes alterações que sofreu o panorama político e militar nos últimos tempos, particularmente depois dos acontecimentos do mês de Novembro, obrigam sem dúvida a reajustamentos no sistema de alianças das forças democráticas e progressistas. Uma coisa é certa: sejam quais forem as relações entre partidos e sectores políticos, a vida ou a morte da revolução portuguesa continua a depender, como tem sucedido desde o 25 de Abril, de três factores essenciais: a amplitude e pujança do movimento de massas; a intervenção das forças armadas em defesa da democracia e a aliança entre o movimento popular e o MFA entre povo e militares.

Depois dos acontecimentos de Novembro as forças reaccionárias e todas as forças de direita de um modo geral, gritando exaltadamente que o MFA fora destruído, começaram a exigir que os militares voltassem para os quartéis, que os militares deixassem de intervir na política. Isto foi exigido pelo CDS, pelo PPD e até, em certo momento, pelo PS. Pode perguntar-se porque razão as forças da direita tomaram esta atitude no momento preciso em que a esquerda militar sofreu pesada derrota e os sectores reaccionários e conservadores reforçavam as suas posições.

A atitude parece contraditória, mas, é, no fim de contas, corrente. O que a reacção pretende não é que os militares de direita deixem de pesar na política e de intervir mesmo pela força em decisões capitais. O que pretende é que o MFA seja completamente liquidado que desapareça essa força militar democrática e progressista que fez o 25 de Abril, que os elementos reaccionários de direita, a coberto do desaparecimento das estruturas politico-militares tomem conta da hierarquia e do aparelho.

Seja qual for o caminho que tome a politica portuguesa, os militares continuarão ainda por muito tempo a representar um importantissimo papel em muitos aspectos determinante na politica portuguesa.

A direita fascista actua para organizar e desencadear um golpe que instaure uma nova ditadura. As forças democráticas, todo o nosso povo está interessado em que isso não suceda, em que as

Forças Armadas continuem sendo a garantia da defesa militar, interna e externa, das liberdades, da nossa jovem democracia, da independência e soberania nacionais.

Apesar do avanço da direita reaccionária, apesar de que se encontram presos ou afastados muitos valiosos militares que fazem falta para a defesa da revolução, apesar das contradições e divergências existentes, continuamos a pensar que as Forças Armadas podem desempenhar esse papel e que o movimento popular e democrático, pela sua acção, deve fazer o máximo para contribuir para que tal se torne possível.

Não somos defensores de novas rupturas e cisões. Somos contra o ambiente de desconfiança mútua, de conspiração e de golpe. Somos pela cicatrização de feridas, pela reaproximação, aproximação e entendimento. Somos por Forças Armadas unidas e unificadas ao serviço do novo Portugal democrático e independente.

Todos conhecemos, sentimos profundamente e reprovamos com severidade recentes atitudes repressivas que enlutaram o povo do Norte, os democratas do Norte e o nosso próprio Partido, que chorou a perda de três dedicados militantes operários.

Devemos, porém, impedir a todo o preço a formação de um clima emocional que crie um conflito latente e uma barreira definitiva e intransponível entre o movimento popular e as Forças Armadas.

É a reacção que está interessada em opor o povo às Forças Armadas par que estas se oponham ao povo. É a reacção que procura lançar as Forças Armadas contra os trabalhadores e as massas populares. É a reacção que procura criar incidentes sangrentos para que morra num clima de desconfiança e odio, essa aliança Povo-MFA, Povo-Forças Armadas, que, nas condições portuguesas, foi o motor da revolução e a garantia suprema da sua vitória.

O movimento popular e democrático deve na acção prática defender o exercício das liberdades. Deve defender as liberdades exercendo-as. Deve resistir às tentativas para impedir esse exercício. Deve desmascarar e condenar quaisquer acções repressivas.

Mas deve, ao mesmo tempo, estar atento e vigilante para com as provocações, e por provocações entendemos, tanto as provocações da direita fascista e reaccionária como as provocações de grupos e elementos esquerdistas que no fim de contas fazem o jogo da reacção.

O radicalismo esquerdista é altamente responsável de divisões e conflitos que causam profundos danos, e alguns irreparáveis, no processo revolucionário. Com o seu verbalismo exaltado, com as

suas palavras de ordem extremistas, as suas atitudes agressivas para com as Forças Armadas no seu conjunto e para com chefes militares, com as suas pressões no sentido de choques e confrontos, o radicalismo esquerdista leva no fim de contas a água ao moíno da reacção.

É muito difícil por vezes distinguir o esquerdista do agente provocador da extrema-direita. e Custódias é disso mais um claro exemplo.

A defesa, consolidação e avanço do movimento operário, democrático e popular, exige que se combatam e isolem as concepções e pressões esquerdistas que conduziram massas a sérias derrotas.

O movimento operário, popular e democrático, será tanto mais forte quanto melhor souber trabalhar para aproximar o povo das Forças Armadas e as Forças Armadas do povo.

O movimento democrático e popular, inabalável na sua resistência à direita reaccionária, firme nos seus objectivos democráticos e socialistas, determinado na sua acção, insistente na sua luta de massas, ganhará tanto maior força e influência, terá um papel tanto mais importante na construção do novo Portugal democrático, quanto mais esclarecida e responsável for a sua orientação, quanto mais souber atrair forças, sectores e elementos de tendências políticas variadas, quanto mais se transformar no intérprete, no porta-voz, na força actuante de todos os democratas e antifascistas, das classes e camadas sociais (a classe operária, e os trabalhadores em geral, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais e os técnicos, a juventude, as mulheres), de todos aqueles que estão interessados na defesa das liberdades, o que significa também na luta contra a recuperação dos grandes capitalistas e agrários, na luta pela liquidação definitiva do poder dos monopólios e latifundiários, que constituem a principal base social e o apoio material da reacção e do fascismo.

Na situação actual tudo deve ser feito para aproximar e unir mais na luta contra o inimigo com todos os antifascistas, todos os democratas, pertençam a que partido pertençam, dispostos a defender as liberdades e a construir um regime democrático.

Na situação actual, é justo exigir que o Norte, que o Porto, de um novo e grande exemplo de unificação e de unidade de partidos e forças antifascistas, digno das grandes e heróicas tradições de luta unitária do tempo da ditadura.

Tudo deve ser feito para defender as conquistas económicas e sociais que os trabalhadores e as massas populares alcançaram desde o 25 de Abril, opondo-se à congelação dos salários e à alta vertiginosa dos preços, e exigindo que sejam as classes privilegia-

das, sejam os milionários, sejam os parasitas, a pagar o maior preço das dificuldades económicas e financeiras que o País atravessa.

Tudo deve ser feito para defender e reforçar contra o divisionismo e acções repressivas o grande e poderoso movimento sindical, as ligas e as outras formas de organização dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, assim como todas as outras formas de organização popular de massas de carácter unitário, como Comissões de Trabalhadores e de Moradores, certos de que a força dos operários, a força dos camponeses e a força do povo, a força das massas, é tanto maior e mais determinante quanto mais sólidas forem as suas organizações.

O PCP continua a ser ameaçado, atacado, caluniado, insultado pela reacção que, tal como no tempo do fascismo, considera o PCP o seu principal inimigo. O PCP é de facto o principal inimigo da reacção e do fascismo. Mas se o anticomunismo, arma número um da contra-revolução, visa primeiro que tudo o PCP, visa também todo o movimento operário, todo o movimento popular, todas as forças e todos os homens que se mostram firmes nas suas posições democráticas e progressistas.

Aqueles que dizem-se democratas e socialistas participam no anticomunismo, na campanha anti-PCP, arriscam-se a vir a ser vítimas dessa sua própria campanha como exemplos recentes já o estão mostrando.

No mar encapelado da revolução portuguesa o PCP continua a ser o barco seguro que tem uma rota clara e certa, continua a ser a indiscutível vanguarda da classe operária, o maior baluarte organizado do movimento popular, o grande partido da democracia, do progresso social e do socialismo, o unico grande partido da esquerda.

A defesa, consolidação e reforço do PCP é do interesse, não só dos comunistas, não só da classe operária, mas de todas as forças democráticas e progressistas de Portugal.

O PCP sempre esteve e continua estando inteiramente ao serviço do povo. Com a classe operária, com os camponeses, com as massas populares, com os intelectuais, com a juventude, com as mulheres, o PCP é o partido da unidade, é o partido da verdade, é o partido da esperança.

O caminho da revolução portuguesa é acidentado, irregular, contraditório, difícil e perigoso. O povo unido assegurará a vitória final.

■ Porto

A Reforma Agrária, conquista histórica dos trabalhadores

A reforma agrária, a par da conquista das liberdades e da nacionalização da banca e de outros sectores básicos da indústria e dos transportes, constitui uma das grandes conquistas da revolução.

Ela transformou já radicalmente numa vasta região a estrutura agraria primitiva e vergonhosa que vinha de outras eras. Ela pôs fim, em cerca de um milhão de hectares, à propriedade de algumas centenas de parasitas que mantinham grande parte da terra por cultivar enquanto milhares e milhares de trabalhadores rurais e pequenos agricultores viviam na miséria e no desemprego. Ela está já dando origem a explorações agrícolas de novo tipo, cooperativas e herdades colectivas, onde já não existem explorados e onde os trabalhadores, orientando os próprios trabalhos, conseguem magníficos resultados.

A reforma agrária não foi uma prenda que quem quer que seja tenha dado aos trabalhadores. A reforma agrária foi conquistada pelos próprios trabalhadores.

A reforma agrária é uma realização do heróico proletariado rural do sul, aliado aos pequenos e médios agricultores, é uma realização que apenas foi possível pela luta abnegada das mais amplas massas, pela sua organização, pela sua unidade, pela sua firmeza e determinação, pela sua disposição, mil vezes demonstrada, de se bater e de dar a vida se necessário para pôr fim à exploração do povo trabalhador pelos grandes latifundiários.

A reforma agrária é uma conquista histórica alcançada pela luta. Pela luta será defendida, consolidada e levada até à sua completa realização.

Ha quem agora venha dizer que devem ser desocupadas todas as terras onde tenha havido aquilo a que chamam «ocupações selvagens», ou «ocupações ilegais».

Dizem isso (como é natural) os agrários expropriados. Dizem-no (como também é natural) os fascistas em Rio Maior e

em Braga. Mas dizem-no ainda (e isso é que já não é tao natural) altos funcionários e dirigentes políticos que afirmam entretanto ser favoráveis à reforma agrária.

É o que entendem esses senhores por «ocupações selvagens» ou «ilegais»? Para eles são todas aquelas que se efectuaram sem o que o governo e o ministério respectivo tivesse dito antes que as terras podiam ser ocupadas.

É evidente que, se os trabalhadores tivessem ficado de braços cruzados à espera que o governo publicasse uma lei da reforma agrária, que depois fizesse o estudo das terras a expropriar, que depois fizesse o estudo das novas unidades a criar, que depois fizesse o estudo dos trabalhadores para cada nova unidade, e que no fim de tudo isso, desse aos trabalhadores a indicação para tomarem conta da terra, se os trabalhadores tivessem ficado à espera que se desenvolvesse todo esse processo «legal», não selvagem, haveria talvez muitos relatórios, muitos «dossiers», muitos projectos no papel, mas os trabalhadores ficariam à espera eternamente, eles, os filhos e os netos, porque não teriam reforma agrária, nem hoje, nem nunca.

Querer contestar a reforma agrária com o argumento de que as ocupações tiveram lugar sem ordem do ministério é tão absurdo como querer contestar o 25 de Abril porque também o 25 de Abril, que atriu abaixo o fascismo, também foi um acto «selvagem», também foi um acto «ilegal».

O 25 de Abril fez-se e, no quadro do 25 de Abril fez-se a reforma agrária. Os agrários foram compelidos pela revolução a abandonar os latifúndios e os trabalhadores ocuparam as terras e criaram novas unidades de produção. Não são as leis que venham a ser feitas no futuro que poderão alterar esta realidade, que poderão liquidar a reforma agrária.

É pelo menos estranho que repetindo o que já tem dito o secretário-geral do PPD, o secretário-geral do partido Socialista,

numa entrevista dada ao jornal reaccionário «Tempo» do passado dia 15, tenha vindo afirmar que a reforma agrária está ainda dependente do resultado de futuras eleições.

Ha que dizer claramente que a reforma agrária poderá sofrer reajustamentos e pequenas rectificações. Mas que está feita e não volta atrás num regime democrático.

Querer pôr em causa a reforma agrária através de eleições, não é querer assegurar um regime democrático em Portugal. É querer abrir caminho à liquidação da democracia e à instauração duma nova ditadura, porque só uma nova e sangrenta ditadura conseguirá liquidar a reforma agrária e restituir as terras expropriadas aos grandes agrários.

Os trabalhadores é com eles todas as forças progressistas não consentirão que a pretexto de argumentos «legais» ou com a elaboração de novas leis se venha a querer liquidar a reforma agrária.

As ocupações foram feitas em terras abrangidas pela lei aprovada pelo governo, Presidente da República, Conselho da Revolução, são completamente legais, foram confirmadas pelos organismos do Estado responsáveis pelo cálculo das terras a expropriar, tiveram o apoio das autoridades militares e, portanto, ninguém pode legalmente pretender arrancar aos trabalhadores as terras ocupadas onde se constituíram novas explorações agrícolas, cooperativas e herdades colectivas.

Na grande campanha contra a reforma agrária, os agrários e todas as forças reaccionárias procuram também apresentar a situação nos campos alentejanos como de completa desorganização e afirmam que a reforma agrária provocou a quebra do efectivo pecuário, a descida da produção agrícola, a tal ponto que os trabalhadores alentejanos estariam agora ameaçados de fome e o país ameaçado de falta de géneros.

Para os trabalhadores alentejanos essas afirmações causam

militares a intervirem ao lado dos agrários contra os trabalhadores alentejanos.

A reacção impune de concentrações e reuniões regionais provocatórias (em Rio Maior, em Braga, na Merceana e mesmo no Alentejo, como vimos na tentativa de Santiago do Cacém) que lançam ultimatos ameaçando com actos de sublevação violenta, incluindo o corte de comunicações e da água de Lisboa; os assaltos por bandos fascistas armados e tentativas de ocupação de novas unidades e de expulsão de trabalhadores (como aconteceu na Herdade do Roncão, em Odemira, na Cooperativa 1.^a de Maio, em Setúbal, e na Cooperativa Futuro, em Canha), agressões, espancamentos e tentados a tiro e à bomba contra centros de trabalho e militantes do PCP, e sedes de sindicatos, mostram bem as direcções dos ataques da reacção que devemos contar que se intensifiquem contra a reforma agrária.

Lutar pela reforma agrária significa por isso fazer corajosamente frente às ameaças e tentativas de violência reaccionária, dando-lhes a devida resposta, que os trabalhadores alentejanos unidos e firmes têm sabido dar, como sucedeu no Roncão e em Santiago.

Ontem, em Odemira, dois grandes agrários foram pelos ares quando fabricavam ou preparavam uma bomba de grande potência.

Quando temos afirmado que os agrários conspiram e organizam o terrorismo, respondem-nos que não há provas e que por isso nada se faz. Pois bem: aí está a prova de que os agrários são os próprios organizadores dos atentados, de que são eles próprios os terroristas. Se as autoridades em vez de andarem com

Perigos e limites da Reforma Agrária

A conquista e a realização da reforma agrária tem sido uma batalha constante dos trabalhadores e das forças progressistas, contra os agrários, as forças reaccionárias, os partidos de direita.

Ao longo dos meses, para fazer avançar a reforma agrária, têm sido necessário fazer frente às ameaças, pressões e ataques de toda a espécie, incluindo assaltos à mão armada, espancamentos, atentados a tiro e a bomba.

Não é de estranhar que, com a evolução da situação política nos últimos meses, com a viragem à direita na politica portuguesa, com os acontecimentos do mês de Novembro de que resultou uma séria derrota da esquerda militar e um avanço das forças reaccionárias, os ataques à reforma agrária tenham aumentado de intensidade e se tenham transformado numa das direcções principais da ofensiva da reacção contra a democracia portuguesa e as suas principais realizações.

Aumentam por isso os perigos e aparecem novos perigos para a reforma agrária.

Em primeiro lugar, o maior de todos os perigos para a reforma agrária é o principal perigo que tende também sobre toda a revolução: o perigo do assalto da direita reaccionária ao poder, com a instauração duma nova ditadura que tentaria com o terror mais sangrento liquidar a reforma agrária e restituir as terras aos grandes agrários.

Lutar pela reforma agrária significa, por isso, lutar contra os maneios e conspirações reaccionárias em defesa das liberdades de forma a evitar o regresso ao passado fascista.

Em segundo lugar, outro perigo consiste na grande campanha e pressão politica da reacção contra a reforma agrária, acompanhada de iniciativas violentas, de chantagem, ameaças e actos de terrorismo para obrigar o governo e as autoridades

ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA PERSPECTIVAS DE LUTA E ACÇÃO

desconfiança em torno de partidos e gente de esquerda, fossem passar às casas dos grandes agrários que se distinguem pelo seu ódio à revolução, lá encontraríamos decerto arsenais e explosivos.

Em terceiro lugar, é um sério perigo para a reforma agrária a ofensiva dos agrários e da reacção para legalmente, através de modificações da composição dos órgãos de decisão, através de modificações à lei ou de novos decretos, através de novas avaliações da pontuação das propriedades expropriadas, através de esquemas de falsas cooperativas, através de nomeação de gente de confiança para lugares-chave, provocar modificações substanciais na lei da reforma agrária e sabotar a sua aplicação prática.

As novas linhas de orientação do Ministério da Agricultura têm dois aspectos que interessa considerar: por um lado, introduziram alterações à lei da reforma agrária que abrem caminho para a sua contestação e permitem certas recuperações pelos agrários. Por

outro lado, mantêm certas garantias que é necessário agarrar com unhas e dentes para defender as cooperativas e as herdades colectivas dos ataques reaccionários.

Na ofensiva dos agrários e da reacção vemos tentativas para, na vaga de saneamentos a esquerda, afastar gente sincera do Ministério da Agricultura e de todos os lugares que intervêm em matéria de reforma agrária. Iremos assistir a análises, reexames e «inquérito» em que os trabalhadores não participam, a esforços para obter do governo a revisão da classificação das terras e a revisão de decisões já tomadas para obter o exercício do direito da reserva em prejuízo das novas unidades, tudo com o objectivo de provocar a desocupação de terras já expropriadas ou em vias de expropriação e a liquidação das cooperativas e herdades colectivas já constituídas.

É necessário estar extremamente vigilante e não deixar que se altere e desfira nem a lei nem o que foi recentemente determinado. Embora pequenos recuos que a situação torna

inevitáveis, no essencial, a reforma agrária está na lei e mesmo na orientação definida recentemente.

Está assegurado que as cooperativas e herdades colectivas constituídas em terras cuja expropriação já foi reconhecida não podem ser postas em causa. As ocupações ainda não reconhecidas só o não poderão ser se as terras estão abaixo do limite marcado pela lei para as expropriações, o que parece não ser o caso. O direito de reserva dos proprietários não deve afectar a unidade das explorações e, sempre que queiram arrendar terras, as cooperativas e herdades colectivas têm preferência.

Estas garantias devem ser firmemente utilizadas pelos trabalhadores, pois constituem barreiras legais contra a ofensiva da reacção para forçar a desocupação de terras e a sua restituição aos agrários.

Finalmente, um outro perigo para a reforma agrária provém da tentativa de estrangulamento económico e financeiro das novas unidades por parte dos agrários e daqueles que no aparelho de

Estado estão ao seu serviço. Recusa-se o crédito ou concede-se com 6,5% de juro. Boicota-se o escoamento de produtos, tenta-se abafar as novas unidades e tornar a sua vida impossível.

A todos estes perigos têm os trabalhadores de responder com toda aquela firmeza, combatividade e heroísmo que lhes permitiu até hoje vencer numerosos obstáculos, combater o inimigo e avançar na realização da reforma agrária.

Há ameaças e perigos. Há que esperar novos ataques dos agrários e da reacção contra a reforma agrária. Há que esperar complicitades em partidos que se dizem democratas e socialistas. Mas estamos plenamente convencidos de que as ofensivas da reacção se quebrarão de encontro ao muro de ferro da unidade, da firmeza, da determinação e da confiança do glorioso proletariado rural alentejano e dos seus aliados, que pela luta conquistaram a reforma agrária e pela luta, dando a vida se necessário, saberão defendê-la.

A Reforma Agrária com os pequenos agricultores

A feroz campanha que a reacção desenvolve contra a reforma agrária adiante como acusação fundamental que os pequenos e médios agricultores do Alentejo estão a ser vítimas da reforma agrária.

Os acusadores dizem que os trabalhadores roubam violentamente as terras, o gado e as máquinas, aos pequenos e médios agricultores, que estes são expulsos das suas explorações: que são obrigados a integrar-se nas cooperativas e herdades colectivas e outras afirmações do género.

Toda esta campanha é orquestrada e caluniosa. Quem a faz são os grandes agrários que, agitando o caso dos pequenos agricultores que estariam a ser vítimas do roubo das terras, procuram sensibilizar a opinião, ganhar um apoio popular, levantar um protesto de massas contra a reforma agrária.

O PPD continua a ser um dos grandes agitadores e animadores de toda esta campanha, apesar de que em conversações sobre a recomposição do governo, esteve de acordo com as linhas de acção do Ministério da Agricultura, para logo no dia seguinte manifestar a sua discordância e passar ao ataque.

Tudo quanto se conhece indica que a reforma agrária está sendo realizada apenas contra os grandes agrários, que as explorações e os interesses dos pequenos e médios agricultores têm sido respeitados, que ninguém tem sido forçado a liquidar as suas explorações individuais e a entrar em unidades colectivas.

É conhecida a posição do PCP acerca da política a seguir em relação aos pequenos e médios agricultores na reforma agrária. Três princípios são fundamentais.

O primeiro: O PCP defende que a entrada nas cooperativas ou herdades colectivas deve ser completamente voluntária. Ninguém deve ser obrigado a entrar.

O segundo: A reforma agrária não deve tocar nas terras e nas explorações dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros, ou seareiros).

O terceiro: Se o pequeno agricultor tem terra insuficiente e deseja manter a sua exploração independentemente deve ser-lhe atribuída mais terra.

Estes são três princípios fundamentais na atitude para com os pequenos e médios agricultores e sabemos que os trabalhadores rurais os têm observado na reforma agrária. Se há pequenos e

médios agricultores nas cooperativas e herdades colectivas é porque decidiram voluntariamente entrar para essas unidades.

Entretanto, a importância e a complexidade desta questão justifica que não se dê o assunto definitivamente por encerrado e que se considere atentamente se tudo foi bem feito em relação aos pequenos e médios agricultores e se há alguma coisa mais a fazer ou a emendar.

Houve alguma coisa que não foi bem feita? Há pequenos agricultores a quem ocuparam as terras? Há pequenos agricultores que foram obrigados a entrar em cooperativas ou herdades colectivas?

Se há casos desses, pois que se acusem, e estamos certos de que os trabalhadores logo tomarão as justas decisões que se impuserem.

Se foram cometidos erros a esse respeito devem ser rectificadas e os trabalhadores serão os primeiros a rectificá-los. A reutilizar terras indevidamente ocupadas. A facilitar a saída das cooperativas. Para isso não são necessárias comissões de «exame» ou de «inquérito» constituídos por gente possivelmente mais disposta a dar razão aos agrários do que a ouvir os

trabalhadores. O que se não pode admitir é que se desenvolva toda uma campanha contra a reforma agrária, acusando-a de esbulhar os pequenos e médios agricultores e depois não se indiquem casos concretos, para que sejam rectificadas.

Os pequenos e médios agricultores são aliados dos trabalhadores rurais na luta contra os grandes latifundiários.

Todos estão interessados na reforma agrária.

São os agrários e a reacção que procuram separar e opor uns aos outros a fim de os dividir, a fim de arranjar uma base de apoio nos pequenos e médios agricultores, não só contra a reforma agrária como contra a revolução e seu conjunto.

Tem de reconhecer-se que, em vastas zonas do país, a reacção conseguiu em larga medida este objectivo.

Depende em parte considerável dos trabalhadores rurais alentejanos, da sua capacidade para compreender e ajudar os pequenos e médios agricultores e resolverem os seus problemas, depende dessa capacidade impedir que os pequenos e médios agricultores se tornem uma base da reacção e do fascismo e ganhá-los para uma firme e sólida aliança com a classe operária, com os trabalhadores rurais, na luta pela reforma agrária, pela construção dum Portugal democrático a caminho do Socialismo.

Nova fase de desenvolvimento

Alguns inimigos da reforma agrária exigem abertamente a sua liquidação, mesmo que para isso seja necessário dominar o Alentejo a ferro e fogo.

Outros são, porém, mais cautelosos e projectam, em medidas sucessivas, liquidar a nova agricultura libertada dos latifúndios e da exploração.

Alguns vêem essa possibilidade através da reorganização técnica das unidades de produção. Seria o governo a realizar tal reorganização. E, reorganizando, poderia retalhar ou liquidar as cooperativas ou herdades colectivas.

É evidente que os senhores que defendem tais projectos interessam-se muito pouco por aquilo que pensam e querem os trabalhadores. Segundo eles, uma vez que o governo decidisse, o resto estaria feito.

Estão porém profundamente enganados. Em toda a reforma agrária e muito particularmente na organização ou reorganização das novas unidades de produção, um princípio essencial deve ser observado e tem de ser observado: o governo apóia e auxilia, mas quem decide são os principais trabalhadores.

Na realização da reforma agrária entra-se agora numa fase, caracterizada pela estruturação, organização e funcionamento das novas unidades de produção de forma a que estas se tornam viáveis.

Colocam-se a este respeito DUAS SÉRIES DE PROBLEMAS igualmente importantes mas de natureza diversa.

Um dos séries problemas é essencialmente de carácter económico e técnico. É o problema do apoio financeiro com o crédito não só para salários como para investimentos. É o problema do apoio técnico. É o problema da planificação da produção, dos projectos de desenvolvimento, do lançamento, do

lançamento de novas culturas. É o problema da aquisição de máquinas e da formação de parques de máquinas. É o problema das grandes barragens (Alqueva) e das pequenas barragens de terra. É o problema de abertura de escolas profissionais (Benavila, Valverde, Pegões) e da formação de quadros técnicos.

A outra série de problemas é essencialmente de carácter político-económico. É o problema do tipo de exploração a adoptar. A este respeito pronunciamo-nos contra qualquer rigidez.

O PCP não defende um tipo único para as novas unidades de produção. Defende que se formem tanto cooperativas (sobretudo de pequenos e médios agricultores) como herdades colectivas, com trabalhos agrícolas comuns e pagamento de salários, conforme manifestam desejar a grande maioria dos trabalhadores rurais.

Três ideias são fundamentais para se conseguir com êxito vencer a actual fase da realização da reforma agrária.

A PRIMEIRA é que cada unidade de produção (cooperativa ou herdade colectiva) deve produzir normalmente o necessário para a subsistência dos trabalhadores que dela fazem parte e para o seu próprio desenvolvimento.

Numa fase de arranque, as cooperativas e herdades colectivas podem aguentar os primeiros tempos com empréstimos, mas depois têm de ganhar a sua próxima rentabilidade. Cooperativas ou herdades colectivas que não produzem mais do que consomem, estão condenadas a desaparecer.

Esta realidade exige que se lute desde já contra certas tendências que surgem aqui e acolá, para se exigir, numa situação difícil para as novas unidades de produção, aumentos consideráveis de salários e outras regalias sociais, que, a serem concretizados e para as condições actualmente existentes,

conduziriam essas unidades à completa ruína.

Se se gasta tudo quanto se produz nada fica para sementes, adubos, máquinas e materiais, indispensáveis para o futuro das explorações.

E, pois, necessário não ir atrás dessas propostas e reclamações, umas vezes sopradas de fora pelos agrários, outras vezes por esquerdistas pseudo-revolucionários.

O esforço para assegurar a rentabilidade das cooperativas e herdades colectivas é já hoje notável em muitas das novas unidades de produção. Mas estamos certos de que todos os camaradas, todos os trabalhadores vão considerar daqui para diante ainda com mais decisão a boa administração das novas unidades, a fim de terem, através do que produzem, os recursos necessários para assegurar a sua vida presente e assegurar o seu futuro.

A SEGUNDA ideia fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento das novas unidades de produção é que, em cada unidade, devem ser adoptados métodos democráticos de participação dos trabalhadores na responsabilidade da orientação, gestão e trabalho.

Reuniões, plenários, comissões, delegados sindicais, discussão em assembleias dos problemas da cooperativa ou herdades colectivas, de forma a que cada trabalhador possa dar a sua opinião, fazer as suas críticas, contribuir para se encontrarem as melhores soluções para os problemas existentes.

Seria um perigo se os trabalhadores que estão à frente das cooperativas e herdades colectivas se burocratizassem ou ganhassem, nas relações com os seus camaradas, uma mentalidade ou um comportamento de tipo patronal. E seria um perigo não menos grave que os trabalhadores numa cooperativa

ou herdade colectiva procedessem para com os seus camaradas que dirigem as novas unidades como se de patrões ou feitores se tratasse.

Nas cooperativas e herdades colectivas não há patrões nem há exploração. Os trabalhadores que as dirigem são irmãos de classe dos seus companheiros, não são mais nem menos que eles, e as relações entre os trabalhadores devem ser animadas por sentimentos de igualdade, amizade, fraternidade e solidariedade.

A TERCEIRA ideia fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento das novas unidades é a solidariedade e a ajuda mútua entre elas.

O Encontro de Delegados das Comissões de Trabalhadores das herdades colectivas e cooperativas agrícolas realizado em Évora em 28 de Dezembro último, sublinha justamente, nas suas magníficas conclusões, a necessidade de dar «combate ao egoísmo, ao individualismo, e ao isolamento».

Os trabalhadores alentejanos têm sabido compreender no essencial este problema, instauraram nesse clima de interajuda entre as unidades de produção e as várias experiências já obtidas indicam que se deve seguir por esse caminho certo.

Os trabalhadores alentejanos em luta pela reforma agrária estão reforçando ainda mais os laços de amizade fraternal que unem a grande família dos que trabalham a terra.

A solidariedade que a reforma agrária é prestada pela classe operária das cidades e centros industriais, pela juventude trabalhadora e estudantil, mais ainda reforça esses laços e sentimentos de fraternidade e ajuda mútua, esses profundos laços de unidade dos obreiros da reforma agrária, esses laços que unem o glorioso proletariado rural alentejano aliado aos pequenos e médios agricultores num bloco social revolucionário invencível.

Defender a Reforma Agrária é defender as liberdades

A luta em defesa da reforma agrária e pela sua realização completa identifica-se com a luta em defesa das liberdades e pela construção dum regime democrático.

Na situação existente, quem está contra a reforma agrária está contra as liberdades e a democracia, e quem está com as liberdades e a democracia está com a reforma agrária.

A luta pela reforma agrária adquire na situação política actual particular relevo. Em torno da reforma agrária joga-se o destino de Portugal.

A liquidação da reforma agrária seria acompanhada, sem qualquer dúvida, pela liquidação das liberdades, pela instauração duma nova ditadura fascista, pela submissão ao imperialismo. A vitória definitiva da reforma agrária será a vitória da jovem democracia portuguesa e a consolidação do caminho do progresso, do socialismo e da independência nacional.

Na situação complexa e perigosa que se vive, com um real perigo vindo da direita reaccionária, é indispensável, para fazer frente ao inimigo, reforçar a organização, reforçar a unidade e manter bem altas a vontade combativa e a firme confiança no futuro.

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO, dando crescente apoio aos sindicatos agrícolas que, pela sua estrutura, pela sua capacidade de mobilização, pela sua experiência, pelo seu prestígio, representam um papel decisivo na luta pela reforma agrária; animando as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, insubstituíveis para o esclarecimento e intervenção na luta do campesinato pobre e remediado; melhorando as estruturas das cooperativas e herdades colectivas de forma a poderem cumprir a sua complicada tarefa.

REFORÇAR A UNIDADE agindo para tornar coesa e indestrutível a aliança dos trabalhadores com os pequenos e médios agricultores; unido na luta sem qualquer sectarismo homens, mulheres e jovens de todas as tendências políticas, desde que irmanados pelos mesmos objectivos comuns, designadamente a reforma agrária.

MANTER BEM ALTO A VONTADE COMBATIVA E A FIRME CONFIANÇA NO FUTURO porque os agrários e a reacção não aceitarão perder os seus privilégios e estão dispostos a usar de todos os meios e a praticar todos os crimes: porque a luta até à vitória final será dura e difícil, e só com extrema tenacidade,

coragem, prontidão para o combate, se poderá cortar o caminho à reacção e assegurar a construção do novo Portugal democrático.

A defesa é exto final, definitivo e completo da reforma agrária é do interesse, não apenas dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores do Alentejo, mas da classe operária e de todo o povo de Portugal, de todas as forças democráticas e progressistas (civis e militares), de todos os portugueses e portugueses que querem que Portugal não volte mais ao tenebroso passado fascista, que querem que Portugal viva em liberdade e em paz e que construa uma vida melhor e mais feliz para os seus filhos.

Por isso, os trabalhadores alentejanos recebem dia, a dia constantes demonstrações de apoio, ajuda e solidariedade de cidades e aldeias de outras regiões.

Por isso, recebem crescentes manifestações de solidariedade de irmãos de classe e das forças progressistas dos países socialistas, de outros países que compreendem de forma esclarecida que apoiar e ajudar a reforma agrária é uma forma (de capital importância de apoiar e ajudar o novo Portugal democrático.

O PCP, vanguarda revolucionária da classe operária e de todos os trabalhadores, Partido da liberdade, Partido da democracia, Partido da independência nacional, está inteiramente com os trabalhadores alentejanos na luta pela reforma agrária.

Sabem os trabalhadores e sabem-no por longa experiência e por longa história. Sabem-no por dezenas de anos de luta, sabem-no pelo número de mártires e heróis, que os comunistas estão tão profundamente ligados à vida e à luta do Alentejo revolucionário, que não se pode falar da luta dos trabalhadores alentejanos sem falar do Partido sem, falar da poderosa fortaleza dos ideais do comunismo e do socialismo que é o Alentejo vermelho, o Alentejo que hoje está profundamente empenhado na exaltante realização da reforma agrária, abrindo à democracia portuguesa nos campos do Sul o caminho do socialismo.

Em todas as circunstâncias, mesmo as mais duras, o PCP sempre esteve e estará com o Alentejo do trabalho e da revolução. Por isso o Alentejo está com o PCP.

■ Beja

O fascismo é um perigo real

O perigo da reacção tem sido permanente desde o levantamento militar vitorioso de 25 de Abril de 1974.

Não se conhece outra revolução que tenha sido mais descendente para com o inimigo. Se o governo fascista foi derrubado no dia 25, a conspiração fascista pôde começar logo no dia 26. A concordância tem-se pago caro e bem caro desde o 25 de Abril.

A actividade de grupos clandestinos, hesitante nos primeiros meses que se sucederam ao derrubamento da ditadura, foi-se estruturando e desenvolvendo. O imperialismo e a reacção mundial, mobilizaram numerosos recursos, influências, pressões e alianças para liquidarem a revolução portuguesa. Por isso o perigo do regresso ao passado fascista, com a mesma ou com outra gente, nem um só momento deixou de pairar sobre a nossa jovem democracia.

Todos lembramos as horas de inquietação que se têm vivido nestes quase dois anos decorridos. Todos vivemos as vigilâncias, as mobilizações, as acções de massas para defender as liberdades contra aqueles que ameaçavam liquidá-las.

Se não fora essa luta tenaz, corajosa e confiante das massas populares, da juventude, dos militares, as liberdades não teriam durado muitos meses depois do 25 de Abril. Em muito complexas situações foi contida a reacção. Agora também, temos confiança em que o será, a fim de que o nosso povo não volte mais ao pesadelo fascista que o tiranizou durante quase meio século, a fim de que o nosso povo possa viver em paz, segurança e liberdade.

Entretanto, devemos ter todos plena consciência de que se avolumaram ultimamente os perigos da direita reaccionária, que conquistou posições, que faz exigências, que multiplica os atentados à bomba, que se manifesta aberta e arrogantemente contra a democracia.

Nesta situação é inquietante ouvir de novo falar na imprensa em golpes que estariam em preparação. Golpes de quem e contra quem? Aqueles que falam em golpes deveriam tornar claro do que se trata, para se poder fazer frente ao perigo.

De qualquer forma, como provocação tem de considerá-se desde já uma notícia do «Primeiro de Janeiro» do Porto, de 29 de Dezembro, na qual se afirma que segundo «círculos políticos geralmente bem informados», estaria a ser preparado um golpe para o mês de Janeiro. Os mesmos «círculos» não teriam porém ficado por aí e teriam informado de quem estaria preparando o golpe. O ELP? A extrema direita? Não. Segundo os tais «círculos bem informados», quem estaria a preparar o golpe seria nem mais nem menos que o Partido Comunista Português.

Na situação que se atravessa, trata-se da mais grave acusação que se pode fazer. Mas ela é feita, e feita com completa impunidade.

Um dos grandes males do exercício da liberdade de imprensa desde o 25 de Abril tem sido precisamente a impunidade. Somos pela mais ampla liberdade de imprensa, somos contra a censura, mas somos também pela responsabilidade por aquilo que se afirma. A realidade é que foram permitidos os mais torpes ataques, invenções, insultos, injúrias, calúnias contra o PCP e seus dirigentes, contra o MFA e os seus chefes, um pouco contra tudo e contra todos. Tudo foi permitido tanto às forças da direita como aos grupos esquerdistas pseudo-revolucionários. Esses abusos contribuíram para criar dificuldades no processo revolucionário e para degradar a situação política. É necessário combater com energia e prontidão os ataques e calúnias anticomunistas que se multiplicam, porque é sabido que das mentiras reaccionárias alguma coisa acaba sempre por ficar.

Quando de novo se fala em golpes e quando há quem

impunemente lance acusações ao PCP é caso para pensar que nova provocação está no choco, uma vez que, desde o 25 de Abril de 1974, nos habituámos a ouvir falar em golpes da esquerda sempre que a direita prepara os seus.

Só quem ignore completamente a situação actual pode admitir que haja neste momento qualquer hipótese de tentativa de um golpe vindo da esquerda, por muitos aventureiros que aí possa haver. Numa situação como a actual, qualquer iniciativa golpista (pequena ou grande), qualquer acto de violência a partir da esquerda, apenas serviria à direita reaccionária, a direita fascista.

Por isso é necessário estarmos atentos à provocação a fim de desmascarar qualquer suposto «golpe» da esquerda fabricado para justificar um golpe da direita.

Perigo de golpe da extrema direita existe e é o único que realmente existe. Isso é afirmado pelos próprios conspiradores. As publicações clandestinas do ELP e do MDLP e as declarações dos seus homens no estrangeiro não deixam a esse respeito lugar a dúvidas.

O perigo não é apenas para o Partido Comunista e o movimento operário, embora o PCP e o movimento operário sejam hoje o alvo número um da reacção.

Embora afirmando-se apenas anticomunista e desfraldando a bandeira da democracia, um tal golpe, a desenvolver-se e a triunfar, acabaria por atingir todas as forças progressistas, todas as forças e elementos antifascistas, tanto civis como militares. O perigo é para todos os defensores das liberdades e de um regime democrático em Portugal. Muitos dos que hoje menosprezam o perigo fascista e hesitam em assumir posições claras e em tomar sérias medidas contra a direita reaccionária, podem vir a pagar bem caro, com a liberdade e até com a vida, a sua imprudência.

Que todos os militares de sentimentos democráticos meditem no significado das exigências impiedosas da reacção. Que todos os socialistas meditem nos exemplos de alguns dos seus militantes que começam já a ser insultados, atacados, por vezes espancados pelos bandos fascistas. Certos socialistas e certos militares abusaram em tempo de acusação de «comunista» lançada contra pessoas progressistas sem partido. Vítimas agora do processo, são esses próprios que começam a ser acusados de comunistas pela extrema direita.

Na luta contra as actividades e o perigo do fascismo estão interessados os mais amplos sectores sociais e políticos. Há possibilidades de fazer frente a esse perigo. Mas para isso é necessário que não seja mais ignorado ou menosprezado. É necessário que os dirigentes do PS não insistam na sua aliança à direita nem na sua orientação segundo a qual «não há perigo à direita». orientação que é altamente responsável pelo avanço das forças reaccionárias. É necessário vencer as reservas e desconfianças anticomunistas de certos sectores responsáveis das forças armadas.

Urge fazer frente às actividades terroristas, localizando grupos, prendendo e fazendo julgar os responsáveis. Urge impedir as grandes provocações reaccionárias.

O perigo continua a estar à direita, na direita reaccionária que prepara o salto. A tarefa fundamental é fazer recuar esse perigo e para o fazer recuar é necessário, desde já, dar combate às manifestações mais evidentes, incontestáveis, de actividades fascistas, violentas e terroristas.

Para que este objectivo fundamental seja atingido estamos dispostos a unir-nos a todos quantos impedir o regresso de Portugal ao fascismo, a todos quantos queiram salvaguardar as liberdades e as outras conquistas da revolução.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA PERSPECTIVAS DE LUTA E ACÇÃO

O esquerdismo, detonador da reacção

Para combater o perigo da direita reacção é necessário combater o esquerdismo.

Apesar dos grandes perigos da situação actual, apesar de que o esquerdismo pseudo-revolucionário nas palavras e nas formas de acção, fornece pretextos ideais para exigências e acções repressivas da direita reacção, esse esquerdismo continua a manifestar-se no seio do próprio movimento democrático e popular.

É necessário advertir em termos que não deixem lugar a dúvidas, de que esse esquerdismo pseudo-revolucionário, hoje mais do que nunca compromete a defesa das liberdades e dos interesses dos trabalhadores e facilita o desenvolvimento de ofensivas da reacção.

O esquerdismo, não dá, nem pode dar a justa orientação ao movimento popular. O esquerdismo é incapaz de analisar os factos e as situações. Não tem em conta as modificações que se registam na armadura e correlação das forças sociais, políticas e militares. Fala sempre a mesma linguagem. Insiste sempre nas mesmas palavras de ordem e nas mesmas formas de luta. É incapaz de compreender a necessidade de recuar em ordem e disciplinadamente quando isso se impõe. É incapaz de estabelecer acordos com os aliados para o alargamento da frente de combate. Indica sempre o caminho do ataque, mesmo quando está em franco recuo. Indica sempre acções radicais, voltadas para o choque e o confronto. Exagera o papel das minorias activas, despreza os acordos e as alianças e tende assim a conduzir ao isolamento os elementos da vanguarda, a conduzir ao corte da ligação entre a vanguarda e as massas e a consequente derrota do movimento popular.

O esquerdismo actua muitas vezes para com a reacção como o toureiro com a capa em relação ao touro. Com uma diferença. O bom toureiro provoca o touro com a capa, mas depois crava-lhe os ferros ou mete-lhe o estoque. E o esquerdismo provoca a reacção com a capa vermelha, o que parece muito bonito aos assistentes, mas não estando em condições de proceder como o toureiro adestrado, acaba por fugir ou ser colhido, fazendo colher em qualquer caso aqueles que o acompanham.

Incitar o inimigo e provocar a sua ofensiva quando não se está

em condições de o suster e vencer nada tem de revolucionário: é irresponsabilidade, aventura ou provocação.

Na situação que vivemos depois dos acontecimentos militares de Novembro, ainda mais nocivo e perigoso pode ser o esquerdismo.

Esquerdistas e provocadores, com as suas palavras de ordem exaltadas a as suas pressões para choques e confrontos, com os seus sistemáticos insultos a militares, devem ser isolados nas acções de massas. Nós gostaríamos de não ter novamente de chorar camaradas nossos, trabalhadores inteiramente dedicados à causa da liberdade, abatidos por balas da repressão, disparadas a pretexto das provocações conjugadas de esquerdistas e reacçãoários.

Em relação a acções previstas para os próximos dias devemos prevenir contra eventuais iniciativas e influências esquerdistas.

Em torno do comício convocado para o dia 17 no estádio 1.º de Maio contra o aumento do custo de vida e contra a congelação de salários, desenvolvem-se especulações para que se deve estar atento.

Já há quem diga que se trata de manifestações não permitidas, quando, pelo que conhecemos, não se trata de manifestação nenhuma, mas de um grande comício, em recinto fechado, no exercício do direito de reunião.

Já há quem procure provocar confusões da manifestação do dia 17 no Estádio 1.º de Maio com outra de carácter esquerdista e anunciada com o habitual verbalismo divisionista para o Terreiro Paço, manifestação esta que não serve nem a unidade, nem a luta dos trabalhadores, nem a consolidação das liberdades na situação actual.

Estamos convencidos de que a manifestação promovida pelos sindicatos para o Estádio 1.º de Maio, será uma grande manifestação dos trabalhadores, cuja força poderosa se revelará, não na exaltação de palavras, mas na serenidade, na firmeza, na disciplina e na confiança.

Estamos convencidos de que quaisquer eventuais tentativas do radicalismo esquerdista em relação com esta manifestação seriam completamente isoladas pelos trabalhadores.

O esquerdismo, o radicalismo verbal, é o caminho não do

sucesso e da vitória, mas da derrota e do desastre.

É tempo de compreender que o esquerdismo, o radicalismo verbal, tem grandes responsabilidades em sérias derrotas sofridas pelas forças revolucionárias após o 25 de Abril, tanto no movimento operário e popular como nas forças armadas.

A situação poderia ser hoje incomparavelmente mais vantajosa para as forças progressistas, se não tivessem sido as influências e as actividades esquerdistas pseudo-revolucionárias e através ou a par dessas actividades as tendências radicais e sectárias.

O radicalismo esquerdismo, tanto como a radicalização de direita tem grandes responsabilidades na cisão que se verificou no MFA e nos obstáculos postos ulteriormente à reaproximação e reunificação de todas as tendências a fim de se entenderem na acção comum contra a reacção fascista, em defesa das liberdades, na construção dum Portugal democrático a caminho do socialismo.

O radicalismo esquerdista tem grandes responsabilidades na desorientação e no excesso de optimismo verificados em alguns sectores do movimento popular, onde se alimentaram ilusões acerca da passagem à revolução socialista e da instauração dum poder popular revolucionário paralelo, no preciso momento em que o balanço das forças (particularmente militar), se inclinavam em destravar dos sectores mais progressistas.

O radicalismo esquerdista tem grandes responsabilidades na situação de anarquia, contestação sistemática, falta de operatividade de unidades militares que, no essencial, estavam com o povo e com a revolução.

O radicalismo esquerdista tem grandes responsabilidades na expansão de concepções, ilusões e métodos golpistas tanto em sectores militares como em sectores do movimento popular (em empresas, em sindicatos, em manifestações).

Tem de dizer-se que as influências do radicalismo esquerdista tocaram sectores válidos do movimento revolucionário (tanto militares como civis) e sentiram-se como factor negativo, em certas palavras de ordem no movimento de massas, na orientação imediata e exaltada de alguns órgãos de comunicação social, na euforia social, na euforia verbalista em alguns sectores militares.

Essas influências tocaram inclusivamente alguns camaradas do nosso Partido que confundiram momentaneamente os seus desejos com as realidades.

Todas estas influências do radicalismo esquerdista facilitaram a deslocação de sectores e elementos mais moderados para uma aliança com a direita reacção e deram a esta as justificações e pretextos ideais para avançarem colados ao Grupo dos nove e ao PS, de princípio apoiando posições sem uma plataforma política própria, mas ganhando terreno e acabando por querer ultrapassar, querer submeter, e aprontar-se para liquidar se necessário os seus antigos aliados.

Poderá parecer que, num momento em que existem perigos reais da direita reacção, não é adequado fazer este ataque ao radicalismo esquerdista.

Mas não é assim. Precisamente porque existem esses perigos é que o radicalismo esquerdista deve ser sujeito a severa crítica neste preciso momento. O radicalismo esquerdista contribui para concretizar esses perigos. O radicalismo esquerdista pode servir de detonador de novas operações provocatórias e de novas ofensivas da direita reacção.

O combate às concepções, aos métodos, às formas de luta do radicalismo esquerdista é indispensável na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução.

Se algum erro cometemos em relação ao esquerdismo no decurso de 1975, não foi certamente termos combatido as suas concepções e actividades, como combatemos, mas não as termos combatido com suficiente vigor, com suficiente esclarecimento, com suficiente advertência às massas acerca das consequências que previamos.

Não devemos repetir tal erro. Demasiado mal nos causou já o radicalismo esquerdista. Demasiados prejuízos (alguns irreparáveis) causou já à revolução portuguesa. Precisamos de conduzir vigorosamente, no movimento operário e popular, a luta ideológica contra o radicalismo esquerdista de forma a que seja assegurada uma orientação, que permita fazer frente aos perigos da contra-revolução, que conduza o nosso povo, não à derrota, mas à vitória final na luta pela liberdade pela democracia e pelo socialismo.

O VI Governo Provisório e as eleições

O perigo da direita reacção explica a posição do PCP em relação ao VI Governo Provisório e às eleições.

Na altura da formação do VI Governo Provisório, o PCP esteve de acordo que nele participassem membros do Partido por duas razões fundamentais.

A primeira é que a plataforma governamental negociada era aceitável e os membros do PCP que ficassem no governo, defenderiam os interesses dos trabalhadores e as conquistas da revolução, defenderiam no próprio governo, tal como defendemos nas fábricas, nos campos ou nas ruas, a justa orientação do Partido.

A segunda razão da participação dos comunistas no VI Governo é que, na conjuntura então existente, a não se ter constituído o VI Governo, a alternativa teria sido, não um governo de esquerda, mas um governo abertamente da direita, com uma política abertamente reacçãoária.

Estas duas razões persistem na situação actual depois dos acontecimentos de Novembro e das suas consequências políticas e militares.

A participação de membros do PCP no VI Governo Provisório é muito reduzida e alguns lugares que tinham sido encardados para membros do PCP acabaram por ser ocupados por PSs e PPDs.

As medidas tomadas pelo governo não podem deixar de reflectir a preponderância PS-PPD e a modestia dos sectores confiados a comunistas.

O PCP é por uma política de livre informação e não pelo controlo dirigista e partidário dos meios de comunicação social por partidos governamentais.

O PCP entende que uma política democrática se realiza com democratas e não impondo uma vaga de saneamentos de gente da esquerda para dar lugar a gente conservadora ou a cliés de tal ou tal partido governante.

O PCP defende uma política económica baseada em reformas antimonopolistas, na defesa das nacionalizações e da reforma

agrária, assente no interesses dos trabalhadores, fazendo pagar mais a quem mais pode pagar e não uma política de recuperação capitalista, de austeridade para os pobres e de regabofe para os ricos.

O PCP, que não foi ouvido nem achado para as recentes decisões de congelamento de salários e de aumento de preços, defende uma política económica segundo a qual o maior peso das dificuldades seja suportado pelas camadas mais ricas e privilegiadas que são os maiores responsáveis por essas dificuldades, e não uma política de congelação de salários e de cavágada de preços que caem sobre as massas trabalhadoras. É certo que perante a geral e vigorosa reacção popular, os autores desta política de aperta-o-cinto, aqueles que fizeram os cálculos, que anunciaram aos quatro ventos terem adoptado uma orientação realista e salvadora, que redigiram e aprovaram as decisões e as puseram em vigor envolvidos num nuvem de ameaças, de repressão, vieram dizer terem sido completamente estranhos a tais decisões! Desaprovando esta política antipopular, os militares obrigam os tecnocratas e os programadores da austeridade a fazerem correcções. E então assistimos a um autêntico ballado em que todos se apressam a sacudir a água do capote. O PS diz que não foi. O PPD diz também que não foi. E um Ministro, por mais absurdo que pareça, afirma em público que só soube do aumento dos preços resolvido em conselho de Ministros por informação da respectiva esposa.

Esta fuga geral às responsabilidades é um sério recuo da política de salários e preços lançada pelas alianças PS-PPD e confirma a força dos protestos e da indignação populares.

Os trabalhadores, estão dispostos a sacrifícios para contribuir para se vencer a crise económica. Mas não estão dispostos a ver agravadas subita e violentamente as suas condições de vida para que possam ser pagas indemnizações aos grandes agrários e aos grandes capitalistas, para que os ricos continuem uma vida parasitária em que gastam milhões, para que

os seus sacrifícios deem ao capital instrumentos económicos e financeiros para redobrar a exploração. Os trabalhadores como têm demonstrado em numerosos casos e situações, estão dispostos a trabalhar mais e até a passar privações na perspectiva duma sociedade melhor e mais justa, numa perspectiva do socialismo, mas não estão dispostos a mais trabalho, a menor salário, a pior alimentação, a mais privações para que os seus exploradores recuperem posições perdidas e voltem a ter o poder económico e através do poder económico o poder político em Portugal.

Todas estas reservas não significam que coloquemos neste momento a palavra de ordem de demissão do VI Governo Provisório. Neste momento a queda do VI Governo poderia significar uma viragem ainda mais à direita.

Só a direita reacção pode estar interessada em provocar neste momento uma crise e um novo vazio do poder. Só esquerdistas irresponsáveis podem lançar «a palavra de atirar abaixo o governo» sem sequer terem a ideia de um outro para substituí-lo.

O povo português deve lutar para que se verifiquem mudanças positivas ao nível dos órgãos de poder. Mas não se deve deixar arrastar pelo radicalismo esquerdista para posições contestatárias, que acabem por provocar não o recuo, mas novos avanços da reacção.

Até quando irá este governo? Se ele agir dentro da plataforma acordada, haveria que admitir que governasse até à entrada em vigor da nova Constituição, até à realização de novas eleições. Depois haverá que ter em conta os resultados.

Na delicada e perigosa situação política actual, as anunciadas eleições para a Assembleia Legislativa têm um particular significado.

Ante os perigos da direita reacçãoária e de um golpe fascista, as eleições, realizadas-se em condições de liberdade, poderão

contribuir para a consolidação das instituições democráticas contra as tentativas e os planos de liquida-las.

Na situação actual, são os fascistas que querem impedir a realização de eleições, e são os democratas, são os comunistas, são todos os sectores progressistas que defendem a realização de eleições e através das eleições a consagração e consolidação de um sistema democrático.

O PCP manifesta-se favorável à realização de eleições como um acontecimento positivo e mesmo muito importante no complexo processo da construção do novo regime democrático.

Apenas é necessário sublinhar que queremos eleições livres, realizadas com uma lei eleitoral verdadeiramente democrática, com um recenseamento sério e fiscalizado, com condições de liberdade e de propaganda, e não eleições realizadas em certas regiões com centros de trabalho do PCP fechados e com a sua acção proibida por decisão das autoridades ou por imposição da reacção como é o caso dos Açores, da Madeira e de vários distritos do Continente. Queremos eleições livres, nas quais o povo vote tranquilo segundo a sua consciência e não sob a ameaça de golpes, de ultimatus, de concentrações reacçãoárias e ao som das sombras que cada dia colocam e lançam os terroristas do MDLP e do ELP e ainda outros que não deixam assinaratura.

O PCP sempre tem afirmado e repete que está de acordo com a realização de eleições livres e por isso insiste como primeira condição que é urgente garantir o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

O PCP não tem recelo do voto popular em condições verdadeiramente democráticas. Liberdade da chantagem económica, da coacção física, moral e mesmo religiosa, de campanhas de mentira e de intoxicação anticomunista, informado e esclarecido, o povo saberá distinguir os seus amigos dos seus inimigos e estamos certos comprová-lo pelo seu voto o grande apoio de massas ao Partido Comunista Português.

A unidade e as alianças necessárias

A situação actual exige que todos os que querem impedir o regresso ao tenebroso passado fascista considerem com seriedade e urgência a formação de uma ampla e sólida barreira unitária em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução.

A situação actual é muito diferente da que existia antes dos acontecimentos militares de Novembro. Se já então se impunha um esforço um esforço unitário, nas novas condições depende largamente do sucesso desse esforço a própria sobrevivência da democracia portuguesa.

Se as forças da esquerda, designadamente o PCP e o movimento operário no seu conjunto se isolassem numa posição sectária, a revolução estaria perdida.

O sectarismo é doença infantil e morte das organizações revolucionárias. É necessário procurar, nas várias frentes de luta a aproximação, o entendimento, o acordo para a acção prática com todos os que possam estar interessados nos mesmos objectivos essenciais.

O esforço unitário tem de ser considerado no que respeita a cada uma das duas componentes da Revolução portuguesa (a militar e a popular) e no que respeita às relações entre as duas.

Há que ter presente que os aspectos mais graves da crise da revolução foram as cisões surgidas tanto no movimento democrático e popular como no MFA e as dificuldades surgidas nas relações entre movimento popular e as forças armadas.

Iludem-se os que se querem convencer de que vivemos já uma situação democrática estável e definitiva. Está-se delineando uma legalidade democrática. Mas o futuro político de Portugal será ainda em grande parte decidido pelo jogo das forças (incluindo a militar) que intervêm no processo.

O processo específico da revolução portuguesa é inseparável da aliança do movimento popular com o MFA, apesar das contradições, irregularidades e acidentes tanto no movimento popular como no MFA e nas Forças Armadas.

A defesa das liberdades e da democracia exige que se evite a todo o preço a criação dum conflito aberto ou latente entre as massas populares e as forças armadas. Exige que tudo se faça para manter a aliança que foi e continua sendo (embora com novos aspectos) o motor da revolução e a melhor garantia da sua salvaguarda.

A história do MFA foi muito acidentada desde o 25 de Abril. As dificuldades internas resultantes da sua heterogeneidade política culminaram na cisão que se verificou entre a Esquerda Militar e o Grupo dos Nove, cisão que conduziu a um trágico enfraquecimento das forças progressistas militares no seu conjunto.

A cisão no MFA, o conflito entre sectores que poderiam e deveriam ter encontrado uma plataforma comum é uma severa condenação tanto dos perigos de alianças conjunturais com a direita reacçãoária como do sectarismo e da estreiteza esquerdista que tendem a condenar ao isolamento os sectores da esquerda.

Defrontando por vezes a incompreensão e até acusações dos sectores mais radicalizados, o PCP defendeu persistentemente uma solução política e negociada das dificuldades e conflitos, incluindo os existentes no MFA, a reaproximação e a reunificação dos vários sectores. Fê-lo desde que as dificuldades surgiram. Fê-lo ainda no tempo do V Governo. Fê-lo depois com insistência tanto mais quanto mais se foram radicalizando e cristalizando posições, concretizando perigos dum confronto violento e avolumando as ameaças da direita. Fê-lo mesmo nas horas em que as sublevações e confrontos estavam já em desenvolvimento.

E continua a fazê-lo depois do 25 de Novembro, porque no entendimento dos militares de sentimentos liberais, no entendimento das foras democráticas (civis e militares) está (não tenhamos disso dúvidas) a salvação da nossa jovem democracia.

Este objectivo deve estar sempre presente nas atitudes a tomar nas relações entre o povo e as forças armadas. Apesar dos fenómenos negativos que surgiram, sem prejuízo da luta contra a repressão, tudo deve ser feito para impedir que as reservas, as desconfianças, as barreiras, os confrontos, os choques, as más recordações afastem o povo dos militares e os militares do povo.

É esta ideia central que deve orientar o comportamento dos trabalhadores, das massas populares em relação às forças armadas e apelamos também para que estas tenham sempre um comportamento amistoso para com os trabalhadores, para com as massas populares.

O futuro indicará as reais perspectivas e o melhor caminho a seguir.

No que respeita aos partidos políticos, a formação duma frente democrática é hoje extremamente difícil.

O CDS é um partido da direita reacçãoária e conservadora embora por vezes se cubra dum leve verniz de tolerância liberal.

O PPD, apesar das contradições internas que revelou a cisão de numerosos dirigentes e deputados, prossegue uma política reacçãoária, violentamente antioperária, de recuperação capitalista, sistematicamente oposta a tudo quanto significa progresso social.

No PS os dirigentes insistem numa política de aliança à direita e de hostilização do PCP e do movimento operário, que dificulta seriamente a unidade e a defesa de forças democráticas, que agrava os perigos da reacção e que, na sua perspectiva a médio prazo, pode ser suicida para o próprio PS.

Entretanto, (uma vez mais o reafirmamos), no panorama político do nosso país, um PS voltado para uma política de esquerda e de aliança com a esquerda, voltado para a aliança com o PCP, poderia dar uma relevante contribuição para a estabilização e consolidação da situação democrática e a construção do novo Portugal.

Nos últimos tempos, um número crescente de organizações regionais e locais assim como de militantes do PS ou gente influenciada pelo PS procuram aproximar-se do PCP, com naturais hesitações mas com manifesta vontade de encontrar uma base de entendimento. O nosso desejo é que estes exemplos

acabem por fortalecer, por ganhar os socialistas e por se impôr como linha de conduta do PS no seu conjunto.

Os socialistas e os que têm estado com eles devem ter consciência de que a continuação de uma política anticomunista e de alianças à direita (já hoje responsável dos progressos da reacção) acentuará ainda mais as ameaças dum golpe contra-revolucionário, poderia arrastar à derrota a nossa jovem democracia e com ela, tanto a liberdade e a vida dos comunistas e de militares de trabalhadores e pessoas progressistas, como a liberdade e a vida dos socialistas que se recusassem, como seria de esperar, a serem colaboradores duma nova ditadura.

A aproximação, o entendimento, se possível a unidade, de comunistas e socialistas e outros democratas deve ser preocupação constante no momento presente, se queremos impedir o regresso ao passado e assegurar a construção da democracia.

É também importante um esforço para a aproximação e entendimento (nas fábricas, nas empresas, nos campos, em todos os locais de trabalho, nos sindicatos e em todas as organizações de massas, onde quer que seja) com os trabalhadores e gente sincera de partidos e grupos de tendência de esquerda ou esquerdista, ganhando-os para a ideia de que a sua obstinação anti-PCP e o seu feroz sectarismo só favorecem as forças da direita. Não deve porém haver ilusões acerca do que tal trabalho poderá significar como peso político, pois os partidos e grupos de esquerda radical encontram-se enfraquecidos e defrontam problemas de reorganização e readaptação a uma situação nova.

Esta situação pouco favorável no que respeita aos partidos, resulta a importância, para a formação de uma barreira de defesa da revolução, das formas não especificamente políticas, da organização dos trabalhadores e das massas populares: os sindicatos, as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores, as Assembleias Populares e outras formas de organização.

Aqui, na freguesia de Carnaxide, há uma boa experiência deste trabalho e é indispensável continuá-lo com confiança, apesar de agora contar com menos apoios e estímulos.

Também nestas várias frentes de luta, é necessário e urgente travar uma grande batalha unificadora.

Tal o caso dos sindicatos.

Na nova situação, com a nova Constituição, o princípio de unidade sindical será fortemente contestado e o movimento sindical no seu conjunto e numerosos sindicatos correm o risco de divisões e cisões.

Devê esperar-se, não só que o PS e grupos esquerdistas procurem criar os seus feudos sindicais, mas que o próprio patronato reacçãoário procure à maneira do tempo do fascismo, a constituição de sindicatos, cujos dirigentes sejam autênticos lacaios, autênticos mercenários sindicais servindo os exploradores contra os explorados.

O próprio PPD tem já os seus planos e a sua actividade sindical, os seus projectos de central sindical, embora seja tão

absurdo admitir que o PPD possa dirigir organizações de trabalhadores como seria absurdo que o PCP pretendesse dirigir as organizações do patronato reacçãoário.

Os trabalhadores têm diante de si uma nova grande batalha pela unidade sindical, pela unidade em cada sindicato, pela unidade do movimento sindical no seu conjunto.

Aqui também é necessário empreender corajosamente a batalha contra o sectarismo e estender a mão aos companheiros de trabalho e de exploração (qualquer que seja a sua maneira de pensar) para que todos se unam na batalha da classe contra o inimigo da classe.

Nesta situação tão complexa, o PCP, grande partido revolucionário da classe operária e das massas populares, continua a ser uma força indispensável, uma força determinante para a defesa da liberdade e da revolução.

O PCP continua a ser alvo dos mais violentos ataques da reacção, das maiores calúnias, de discriminações, de atentados terroristas. De tudo se acusa o PCP.

Há quem chegue a acusar-nos, como se fosse um crime, não agradarmos aos capitalistas e aos agrários, aos partidos que os defendem assim como à social-democracia internacional. Se esse é o nosso crime, orgulhamo-nos dele, porque a nossa política não é definida para agradar aos exploradores do nosso povo, e aos seus representantes, para agradar aos imperialistas e aos seus representantes mas para defender os interesses dos trabalhadores e das massas populares, os interesses do nosso país como nação independente e soberana.

O PCP como partido da classe operária, toma a vanguarda da defesa dos interesses, não apenas da classe mas também dos pequenos agricultores, comerciantes e industriais, dos intelectuais, dos técnicos, da juventude, de todas as classes e camadas antimonopolistas e antiinflacionistas.

O PCP é a força política mais decidida, experiente e dedicada na luta em defesa das liberdades e das conquistas da revolução, na construção dum Portugal democrático a caminho do socialismo.

A vida nacional, os factos, as atitudes, os acontecimentos políticos, cada vez revelam mais claramente que o PCP não só é o grande partido dos trabalhadores como o único grande partido da esquerda.

O PCP existe para servir o povo. O povo pode contar hoje, como contou nos duros tempos do fascismo, como poderá contar no futuro, sejam quais forem as circunstâncias, com o PCP, o único partido que tem um glorioso passado de luta e aquele ao qual o futuro pertence.

ANGOLA PROGRIDE NO CAMIHO DA PAZ EXPULSANDO O AGRESSOR ESTRANGEIRO

Enquanto muitos milhares de voluntários se apresentam nos postos de alistamento das FAPLA, em Luanda e noutras cidades, os combatentes do MPLA tornam mais próximo o fim da guerra libertando vastas zonas do território invadido

Firmes nas fortes posições reconquistadas ao norte, as FAPLA desçam para sul e contraatacam na frente centro-leste. Os combatentes do MPLA rodeiam o Luso, assediam a Cela, perto, de Nova Lisboa, e dirigem os seus carros de assalto para as áreas de Mussende e Quibala, a norte de Benguela e, a leste, para Teixeira de Sousa.

Para a FNLA é a derrota. O avanço das FAPLA é irresistível em direcção a Santo António do Zaire. Fontes governamentais, em Washington, declararam que o secretário de Estado, Henry Kissinger, fora informado pelos seus aliados europeus que o grupo de Holden Roberto estava a ser empurrado para o outro lado da fronteira.

de Angola, numa entrevista ao jornal «Izvestia», assinalava que o traço mais frásante da actual situação na RPA é a enérgica resistência à vasta agressão imperialista, por parte do povo unido em torno do MPLA. As tropas regulares da África do Sul e os destacamentos de mercenários, tipicamente financiados pelos monopólios ocidentais, procuram ampliar a sua intervenção no território de Angola. Para a área sob a sua ocupação, são transportados novos contingentes de tropas e armas moderníssimas procedentes dos arsenais do Pentágono e da NATO e transportadas em aviões americanos.

Os últimos dias foram marcados por importantes vitórias do povo angolano em todas as frentes, trouxe o embaixador. O povo de Angola, além de defender de armas na mão a sua liberdade e independência, já empreendeu os primeiros passos nas frentes da construção pacífica. No país são postas em prática reformas sociais. Foi sancionada a nova constituição democrática e aprovada a lei segundo a qual todas as riquezas naturais de Angola foram proclamadas património do povo. De acordo com decretos do MPLA, são fundadas novas escolas, hospitais, postos de combate ao analfabetismo. Nos campos são organizadas cooperativas.

«Estamos a sustentar uma luta árdua — disse a concluir P. Luuvialu — mas não duvidamos da nossa vitória, pois do nosso lado temos toda a humanidade progressista e em primeiro lugar, a União Soviética e outros países socialistas.

UM RELATÓRIO SECRETO

Enquanto a ingerência imperialista é denunciada em todo o mundo, nos Estados Unidos a Comissão da Câmara dos Representantes encarregada de fazer um inquérito sobre as actividades dos serviços secretos norte-americanos elaborava um relatório sobre a escalada da ingerência americana nos assuntos de Angola, ao lado dos grupos separatistas da FNLA e da UNITA.

Falando para a televisão, D. Shorr, conselheiro do ministro americano, afirmou sobre o assunto que o presidente Gerald Ford está disposto a intervir para evitar que o relatório seja publicado, a pretensão de que poderia comprometer «os interesses nacionais dos Estados Unidos».

Em face do relatório — prossegue o documento apresentado pela Comissão — conclui-se que foram precisamente os Estados Unidos que contribuíram para o que se passa actualmente em Angola, mediante o fornecimento aos separatistas de armas no valor de centenas de milhares de dólares. Essa imiscuição nos assuntos internos de Angola, levada a efeito na Primavera de 1975, constituiu o primeiro passo na escalada da intervenção americana no país.

Os factos concretos citados no relatório provam a inconsistência das tentativas feitas pelas entidades oficiais americanas no sentido de apresentar a ajuda dos EUA aos separatistas e a intervenção directa das tropas sul-africanas como um acto de resposta ao auxílio concedido por certos Estados africanos independentes e pelos países socialistas às forças patrióticas angolanas, a pedido do governo legítimo da República Popular de Angola.

Desse relatório ressalta a certeza de terem sido os Estados Unidos a contribuírem, decaladamente, para deteriorar a situação na República Popular de Angola. O auxílio da CIA aos movimentos fantoches e a intervenção armada directa das tropas regulares da África do Sul constituem a «reação» desejada pelas forças imperialistas à ajuda internacionalista e fraterna dos países socialistas às forças patrióticas angolanas e ao Governo legal do país.

Angola passou a ser a arena de uma luta sem quartel pela liberdade. Já que o ideal de libertação nacional, chegou à própria África do Sul, pondo em causa, com toda a acuidade, a existência do racismo na zona austral do Continente. Billões de dólares, investidos pelos EUA e pelos seus aliados da NATO na economia e na indústria militar desse país, foram mobilizados pelo imperialismo para invadir o território angolano com milhares de soldados, batalhões de tanques e dezenas de unidades blindadas sul-africanas.

Contra Angola luta todo o odioso sistema do imperialismo que estrangulava e oprimia a liberdade dos povos africanos com os grilhões do colonialismo. Hoje em dia, os representantes mais reacionários deste sistema em vias de desaparecimento, procuram impedir, pela violência, a sua vinda a estes legítimos governos africanos que defendem os justos interesses nacionais, na luta contra os monopólios e os seus agentes. A agressão imperialista tem um único objectivo: o de transformar o povo angolano em laçao obediente, eliminando-lhe os seus heróicos filhos, como fez ao heróico Lumumba.

«O Governo da República Popular de Angola é o único órgão legal do poder em Angola e o MPLA o único e verdadeiro intérprete dos interesses e das aspirações do povo do país» — declarou George Vyanwe, numa entrevista a um correspondente da Tass. Nyandoro presidiu à delegação do Conselho Nacional Africano, do Zimbabwe, na assembleia extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo dos países da OUA, tendo nela participado a título de observador.

«Para nós, Conselho nacional Africano — prosseguiu George Nyandoro — a questão de saber quem devemos apoiar em Angola não coloca a mínima dúvida. Estamos inteiramente ao lado do MPLA. Consideramos que é de facto a única força que em Angola permaneceu fiel à causa da libertação da África do colonialismo, do neo-colonialismo, do racismo e da influência imperialista.

«Surpreende-nos a posição de certos países africanos que se declaram oficialmente prontos a colaborar com a FNLA e a UNITA que não são mais do que agentes do imperialismo e do racismo.

«É importante que a África forme uma frente unida para esmagar os intervencionistas e as forças do imperialismo em Angola.

«Sempre considerámos e continuamos a considerar muito importante a assistência material e política concedida aos movimentos de libertação em África, e em particular ao MPLA, pela União Soviética e os outros países socialistas», declarou o representante do Zimbabwe. Graças a essa assistência, inúmeros países do continente acederam à independência política. Estamos, pois, inteiramente de acordo com a coerente linha de auxílio económico e político seguida pelos países socialistas.»

VESTÍGIOS COLONIAIS E DIREITOS DOS PORTUGUESES NO NOVO MOÇAMBIQUE

A defesa dos legítimos direitos dos cidadãos portugueses residentes nas ex-colónias não deve servir a pessoas e organizações que dela pretendem extrair um efeito político em defesa dos interesses colonialistas.

Prisões recentes de portugueses em Moçambique foram consideradas «arbitrárias» por um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros português. A arbitrariedade não foi explicada.

«No entanto — segundo as palavras do mesmo porta-voz — a forma como o problema tem sido agitado por algumas organizações pode sugerir que essas pessoas e organizações pretendem obter um efeito político e só secundariamente um efeito prático, ou seja, a libertação dos cidadãos portugueses presos.»

Ratificamos este «efeito político» as «pessoas» e «organizações». Embora não identificadas pelo MNE, não é difícil perceber quais as pessoas e organizações que continuam interessadas em perturbar por todos os meios as boas relações com os governos legítimos das ex-colónias portuguesas. Os vestígios do colonialismo não desaparecem de um dia para o outro. Moçambique, como Angola, como os outros jovens Estados inde-

pendentes são forçados a combater diariamente esses vestígios.

Mercenários brancos, marginais, facções infiltradas ao serviço do colonialismo, privilégios adquiridos que custam a abandonar, sabotadores, «pídes», tudo isso é ainda possível encontrar hoje em Moçambique e em Angola.

A informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que veio publicada, a única a que tivemos acesso, não lomença elementos sobre os portugueses detidos em Moçambique, nem menciona os motivos alegados para a detenção. Não podemos, por conseguinte, julgar do bom fundamento da arbitrariedade alegada, nem tão-pouco identificar as prisões com este ou aquele motivo considerado delituoso pelas autoridades de Moçambique.

Compete-nos lembrar, todavia, que um Estado saído recentemente do domínio colonial-fascista tem, mais do que nenhum outro, sólidas razões para se proteger dos inimigos que não desarmam nas

ex-colónias como não desarmam em Portugal. Exemplos recentes estão bem vivos na memória de todos.

Assim, e tendo em conta esses exemplos, que o MNE, por seu turno, terá bem presente, devemos destacar a posição desse departamento governamental ao manifestar a intenção que sempre foi a sua de «resolver esses problemas sem provocar o agravamento das relações entre os dois países, o que não interessa a qualquer das partes». Preferíamos que não se tratasse de evitar o agravamento, mas de melhorar as boas relações. Muito importante seria esta atitude no interesse dos dois povos. Mas ainda assim é de notar a intenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, entretanto, «não prescindia de intervir energeticamente na protecção dos direitos dos cidadãos portugueses que se encontram em Moçambique». Esperemos que esses direitos sejam legítimos e não afectem a soberania de um Estado independente.

Nas zonas libertadas pelo MPLA, cumprem-se normalmente as tarefas da guerra e da paz. Segundo legislação recentemente aprovada, todas as riquezas naturais de Angola foram proclamadas património do povo. Nos campos, organizam-se cooperativas. As escolas e os hospitais funcionam. Novas leis e postos de combate ao analfabetismo. Amplas reformas sociais estão a ser iniciadas.

FORÇAS DE PAZ PORTUGUESAS CONTRA OS INIMIGOS DE ANGOLA

Nessa linha de preocupações se insere a reunião de emergência do Conselho da Paz sobre a situação em Angola, que decorreu em Helsingin, de 16 a 18 do corrente, com a presença de uma delegação das forças de paz portuguesas da qual fizeram parte o escritor José Cardoso Pires, em representação do Conselho Português para a Paz e a

A MEDALHA DA PAZ PARA AGOSTINHO NETO

O presidente da República Popular de Angola, dr. Agostinho Neto, foi distinguido com a Medalha da Paz, que tem o nome do eminentemente cientista e combatente da liberdade, Frederic Joliot-Curie. A distinção foi atribuída pelo Conselho Mundial da Paz ao líder do MPLA na sua qualidade de chefe do novo Estado africano.

Entretanto, o secretário daquela organização mundial, Romesh Chandra, apelava para a necessidade de intensificar a solidariedade internacional para com o governo legítimo e legal da República Popular de Angola.

Chandra fez esse apelo em Helsingin, sede do Conselho, ao inaugurar uma sessão extraordinária do bureau da Conferência Mundial da Paz com o objectivo de elaborar um programa de acção internacional que ajude o povo angolano e o MPLA a responder à agressão imperialista.

Os participantes na sessão, provenientes de trinta países, decidiram, por unanimidade, enviar um telegrama de saudações ao presidente Neto, congratulando-se pela distinção de que foi alvo ao ser-lhe atribuída a Medalha da Paz.

Cooperação e o tenente Brandão Alves, da Marinha e do MFA, membro do Gabinete do Comandante Vitor Crespo.

«Muitos dos inimigos do socialismo português — afirmou Cardoso Pires — têm um pé em África e outro em Portugal. O ELP e a PIDE, que enquadram as forças mercenárias antiangolanas — lembrou o escritor — também organizam a reacção que nos ataca, dentro e fora da nossa pátria».

Na reunião, aberta pelo presidente da República da Finlândia, participaram também delegações da República Popular de Angola e da Guiné-Bissau. Eduardo Santos, ministro dos Negócios Estrangeiros da RPA documentou o Conselho acerca da situação político-militar do MPLA e identificou os grupos fantoches da UPA/FNLA-UNITA como «forças operacionais do dispositivo mercenário da África do Sul e dos interesses expansionistas dos Estados Unidos».

Um dos resultados mais positivos da reunião parece ser o previsto reconhecimento da República Popular de Angola, do seu governo legítimo e do MPLA por parte dos países ocidentais que ainda o não fizeram. Formas de mobilização foram indicadas para atingir esse objectivo, nomeadamente no que respeita ao governo francês.

Quanto à Grã-Bretanha, o deputado trabalhista James Lamond informou o Conselho de que James Callaghan, ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país, manifestara recentemente o desejo do seu governo de rever a posição até agora adoptada para com a RPA no sentido de reconhecer a nova República, os seus dirigentes e o MPLA.

Entretanto, Pascal Luuvialu, membro da direcção do MPLA e embaixador para missões especiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular

presente, aos seus olhos, a chegada ao poder em Angola das forças democráticas e patrióticas. Através da imprensa escrita e falada e mesmo na OUA, os racistas sul-africanos incitam os países da NATO e, antes de mais, os EUA, a apoiarem por todos os meios a sua «missão sagrada», mandar mais armas para os divisionistas e até mesmo intervir directamente nos assuntos angolanos.

O QUE NÃO CONVÉM AO REGIME DE PRETÓRIA

Contudo, um número cada vez maior de países africanos compreende o que está por detrás das acções da África do Sul em Angola e exige uma luta decidida contra os racistas. O jornal «Ethiopian Herald», por exemplo, escreve num editorial que «a África do Sul que procura, mais do que os outros, provocar desordens no país africano agora nascido». Uma Angola forte e independente na fronteira da Namíbia não convém ao regime de Pretória.

Em declaração oficial, o Secretário da Organização de Unidade Africana sublinhou que a intervenção sul-africana é um acto de agressão directa. É ridículo falar-se em condições para o seu termo. A OUA não pode aceitar também a ocupação da Namíbia e vai lutar, como sempre o fez, pela sua libertação.

Na África alarga-se o movimento pelo reconhecimento e apoio ao MPLA, que é o único representante dos interesses do povo angolano. Como se destaca na mensagem da Organização de Solidariedade Afro-Asiática, o reconhecimento

DIRIGENTES DA GUINÉ-BISSAU REAFIRMAM A FORÇA DA LUTA COMUM ANTI-FASCISTA

Coincidindo com as homenagens à memória de Amílcar Cabral, assassinado pela ditadura fascista em 20 de Janeiro de 1973, a presença em Lisboa de uma delegação de dirigentes da República da Guiné-Bissau foi motivo para a reafirmação dos firmes princípios que presidiram à luta comum contra o fascismo e o colonialismo

«O nosso povo, os militantes do nosso Partido, os nossos combatentes distinguiram sempre muito claramente o colonialismo do povo português. Nós achávamos que o povo português nada tinha a ver com o colonialismo e separámo-lo sempre». Reafirmada por Vasco

missário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação, e dela fazemos parte mais cinco ministros daquela República africana de expressão portuguesa. Do lado português, as negociações são dirigidas pelo comandante Vitor Crespo, ministro da Cooperação.

que era, digamos, o mesmo objectivo e o mesmo combate. Particularmente quero lembrar aqui alguns amigos neste momento em que vive o enorme contentamento de os encontrar, em particular a nossa querida amiga e camarada Maria Lamas, com quem tive oca-

sião de participar em congressos da paz.

Em 1953, participámos numa reunião do Conselho Mundial da Paz em Budapeste no mês de Junho. Mas depois disso tive vários contactos com a Maria Lamas, em Paris tivemos ocasião de nos encontrar várias vezes, bem como também com o nosso querido amigo Silas Cerqueira, naturalmente também uma figura destacada do Movimento da Paz».

Interrogado por um jornalista, Vasco Cabral definiu a reunião de convívio com os camaradas portugueses como um acto de solidariedade para com o povo da Guiné e salientou «a posição tomada pelos melhores representantes do povo português, os combatentes antifascistas, os combatentes anticolonialistas, aqueles que lutavam pela independência nacional, os combatentes da Paz» na luta comum que «era a mesma que a nossa».

O camarada Silas Cerqueira, saudando a delegação guineense, manifestou o desejo de que as negociações oficiais deem resultados concretos no interesse do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde e também no interesse do povo português, pois «toda a nossa experiência política está a demonstrar que efectivamente a própria causa da consolidação da democracia em Portugal, até da paz interna em Portugal, vai de par com uma política de anticolonialismo e de solidariedade com os povos africanos consequente, como de par estão ligados».



A delegação da Guiné-Bissau, que se deslocou ao nosso País para negociações com o Governo português, encontrou-se com membros da direcção do nosso Partido. Na visita que fizeram ao Partido Comunista Português a delegação da Guiné-Bissau, chefiada por Vasco Cabral, foi recebida pelos camaradas Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes e Albano Nunes. No encontro que decorreu em ambiente de fraternal cordialidade foram abordadas questões relativas às relações de amizade entre os dois povos e os dois partidos

Cabral, comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação da Guiné-Bissau, esta posição, tantas vezes defendida pelos dirigentes da nova República africana, serve-nos aqui para recordar a memória de Amílcar Cabral, que foi vítima do colonialismo português há três anos.

O dia 20 de Janeiro, data em que o fundador da nacionalidade do povo da Guiné e de Cabo Verde tomou assassinado, manter-se-á na lembrança dos trabalhadores, de todos os patriotas e dos povos que lutam pela libertação. Comemorada no nosso país, essa data foi assinalada, em Lisboa, com uma sessão na Aula Magna da Reitoria da Universidade. Nela colaboraram a Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses, a Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) e o Centro de Informação e Documentação Anti-colonial (CIDAC). A sessão, em que ficou bem marcada a determinação de caminhar para a independência total dos novos países africanos, teve o patrocínio das Embaixadas da Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

A MESMA LUTA NO INTERESSE DOS POVOS

Aproveitando a permanência em Lisboa, a delegação guineense reuniu-se, há dias, num almoço de convívio com os membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Vasco Cabral afirma na:

«Devo dizer que é para mim uma enorme alegria poder encontrar velhos amigos que fizeram o combate em comum conosco. E digo conosco, e não comigo, porque evidentemente nós tínhamos nesse momento já uma luta ligada também com a libertação dos nossos povos da Guiné, Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Como digo, é um grande prazer porque nessa altura estabeleceram-se laços bastante sólidos que eram derivados exactamente do mesmo combate. O nosso combate era também um combate pela paz, e os nossos amigos que lutavam contra o fascismo estavam também a fazer esse combate pela paz».

Vasco Cabral lembrou seguidamente a sua passagem por Portugal, nos tempos da ditadura salazarista e da luta na clandestinidade, afirmando:

«Em particular eu queria lembrar alguns amigos que estão aqui. Como sabem, fui dirigente do Movimento da Paz em Portugal, exactamente no tempo em que havia a clandestinidade, em que, embora nós, considerando o movimento da paz como um movimento legal, o nosso combate era também um combate contra o fascismo. Os meus laços com certas pessoas vêm dessa altura também, independentemente daquilo que eu já disse

ASSINA AVANTE! LÊ * DIVULGA

edições Avante!

DO SOCIALISMO TOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO

30500

edições Avante!

CAMPO DA MORTE LENTA

15500

edições Avante!

UMA CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONARIA

30500

Edições SEARA NOVA

NOVIDADES

- PROBLEMAS DA CULTURA EM CUBA COLEÇÃO GADERNOS SEARA NOVA 30500
- A REVOLUÇÃO AGRÁRIA NA BULGÁRIA BLASCO HUGO FERNANDES COLEÇÃO NOVA REALIDADE 50500
- A FLORESTA EM BREMERHAVEN OLGA GONÇALVES COLEÇÃO FICIONISTAS PORTUGUESES 60500
- UNS COMEM OS FIGOS VÁRIOS AUTORES COLEÇÃO ECOLOGIA E SOCIEDADE 100500

EXPOSIÇÃO E VENDA DO LIVRO SOVIÉTICO

Livros técnicos, científicos, políticos, sociais e infantis de origem soviética estarão em exposição e poderão ser adquiridos até ao fim do mês na Avenida da Liberdade, n.º 170 em Lisboa.

NAS COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO: A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA CONTINUA

A classe operária recordou no dia 18 o 42.º aniversário do levantamento dos trabalhadores da Marinha Grande contra a tentativa de fascização dos sindicatos por parte do governo de Salazar

As comemorações do 18 de Janeiro de 1934, que levaram milhares de trabalhadores de vários pontos do País, no domingo passado, a juntarem-se à classe operária da Marinha Grande, ganharam novo significado perante a luta que as classes trabalhadoras desencadeiam presente e futura contra a ingerência na vida interna dos sindicatos e pela verdadeira liberdade sindical que, nos últimos tempos, começa a ser amordaçada.

O congelamento da contratação colectiva, pretendendo-se assim ganhar para as classes exploradoras a justa dos trabalhadores os benefícios perdidos, foi igualmente contestado por todos os que no domingo recordaram a luta heroica dos operários marinhenses que, de armas na mão, se levantaram contra a fascização dos sindicatos empreendida logo a seguir ao início do regime ditatorial salazarista, a qual começou também por meios lútosos até atingir a mais completa opressão das classes trabalhadoras.

Foi para recordar a importante data da história do movimento operário português e para reafirmar a sua decisão de não se perderem as conquistas alcançadas pelos trabalhadores com a Revolução de 25 de Abril de 1974, que alguns milhares de pessoas se reuniram na Praça Stephens, na Marinha Grande, defronte ao edifício da Câmara, onde decorreram as cerimónias comemorativas do movimento grevista de 1934.

A LUTA CONTINUA

As comemorações do 18 de Janeiro de 1934, que pela segunda vez se realizaram em liberdade,

18 de Janeiro de 1934, e que se concentraram na Praça Stephens, em frente ao edifício da Câmara, depois de uma romagem ao cemitério da vila, onde se encontram enterrados muitos dos operários marinhenses que participaram na revolta contra o regime fascista.

Depois dos dirigentes dos sindicatos promotores das comemorações terem saudado as delegações de trabalhadores presentes e após terem sido lidas muitas saudações enviadas por diversos sindicatos e outras organizações, foram entregues medalhas alusivas ao 18 de Janeiro a dois sobreviventes da sublevação de 1934, Manuel Baridó e Adriano Neto Nobre, procurando-se, assim, homenagear todos os que participaram naquela jornada de luta da classe operária e que ainda estão vivos. Seguidamente e depois do apelo feito por Adriano Nobre, muitos homens que lutaram naquela época contra as forças fascistas, e que se encontravam entre a multidão que enchia a praça, subiram à varanda, sendo aclamados.

«APREENSIVOS MAS DETERMINADOS»

Durante a tarde a Praça Stephens voltou a encher-se. Falou em primeiro lugar Manuel Baridó, na sua qualidade de dirigente sindical vidreiro quando da ofensiva salazarista contra os sindicatos e atualmente membro do nosso Partido na Marinha Grande.

Recordando que é a segunda vez que se comemora o 18 de Janeiro e que desta vez ante a ofensiva generalizada das forças do capital o faziam «um pouco

do 18 de Janeiro mantêm um significado muito actual na luta dos trabalhadores portugueses», e que aquela data permanece «como símbolo da luta da classe operária pelas liberdades sindicais, hoje de novo ameaçadas».

Continuando a sua intervenção, o camarada Vitoriano, que foi operário corticeiro, destacou a repressão que se fez sentir logo após os acontecimentos da Marinha Grande e as orientações que surgiram na luta, muitas das quais não conduziram à mobilização das largas camadas de trabalhadores para a acção sindical. E acrescentou:

«A acção que se abria à luta sindical de massas não podia ser dos sindicatos legais, mas os próprios sindicatos fascistas. Era necessário transformá-los em campos de luta dos trabalhadores pelas suas justas reivindicações.

«Apesar de correcta esta nova orientação, como veio a ser sobejamente comprovado, só foi concretizada na prática já na década de 40 devido à forte resistência que lhe opuseram todos os sectores e esquerdistas de então, e ainda por outras dificuldades. E foi em 1945 que os trabalhadores acorreram em massa às eleições sindicais e apresentaram listas de oposição às listas fascistas. Apesar das falhadas mais grosseiras dos laços fascistas uma grande vitória foi obtida: em mais de 50 sindicatos foram eleitas direcções de confiança dos trabalhadores».

Saliendo posteriormente que os trabalhadores tinham compreendido a importância da utilização dos sindicatos fascistas como organização de massas que eram na luta pela defesa dos seus interesses, o camarada José Vitoriano apontou o papel do Partido Comunista Português como

trabalho colectivo e de inter-ajuda. O sectarismo no movimento sindical unitário reduz a sua base de massas, torna-o mais permeável às investidas dos que o combatem e cria-lhe novos adversários».

Destacando a importância de se realizar um amplo trabalho de massas, voltado para a discussão com os trabalhadores dos muitos problemas que os preocupam, pois só assim o movimento sindical se alargará e consolidará, o camarada José Vitoriano afirmou, a terminar:

«O movimento sindical unitário foi no passado e no presente e continuará a ser no futuro uma grande arma dos trabalhadores na luta pela defesa dos seus interesses económicos e sociais. O movimento sindical unitário tem sido e continuará a ser um forte esteio de defesa da revolução e das suas conquistas».

INTERSINDICAL: OBRA EXCLUSIVA DOS TRABALHADORES

Abordando depois as lutas e as acções dos trabalhadores portugueses durante o período do fascismo usou da palavra Daniel Cabrita, que foi dirigente do Sindicato dos Bancários nos últimos anos da ditadura. Referindo-se à intersindical, cuja criação «resultou directamente do desenvolvimento da luta nos sindicatos nacionais e procurou responder à necessidade de coordenar e articular essa mesma luta», salientou:

«O aparecimento da intersindical representa ainda a criação em pleno regime fascista de um órgão sindical livre, obra exclusiva dos trabalhadores, controlada pelos trabalhadores e destinada a servir os seus interesses contra a exploração capitalista».

«Quer isto dizer que já antes do 25 de Abril de 1974 os trabalhadores conseguiram reunir as condições para criar e manter alguma coisa daquilo por que se lutava na altura: a liberdade sindical».

«Importa ainda realçar o significado da luta nos sindicatos nacionais, pois sendo estes criados pelo fascismo para servir os interesses dos capitalistas, os trabalhadores ao conquistarem as direcções e desenvolvendo um trabalho de massas, mudam a sua natureza, transformando-os de órgãos ao serviço do patronato em instrumentos de luta dos trabalhadores contra esse mesmo patronato».

«O movimento sindical desenvolvido no período de 1969 até ao 25 de Abril saldou-se por uma indiscutível vitória dos trabalhadores, pois se por um lado, através das suas lutas, foi possível defender os interesses imediatos destes, melhorando assim os seus salários e as suas condições de trabalho, também no plano político ele teve grande importância, na medida em que, enquadrado na luta geral dos trabalhadores, abriu uma nova frente de combate contra o regime fascista: a frente sindical».

Daniel Cabrita salientou ainda que para o êxito dessa luta muito contribuiu o carácter unitário e de massas que o movimento sindical sempre soube manter, frisando por fim que se os trabalhadores mantiverem, hoje como ontem, a sua unidade, vencerão».

Usaram ainda da palavra Alfredo Cateão, membro do Secretariado da Intersindical e Juvelino Colaco, igualmente do Secretariado e dirigente do Sindicato dos Vidreiros do Distrito de Leiria, o qual afirmou:

«Hoje, como antes do 25 de Abril, há os que procuram destruir a intersindical e aqueles que procuram dar-lhe um rumo que eles pensam ser o melhor para nós trabalhadores. Aos primeiros teremos de combatê-los firmemente: quanto aos outros são trabalhadores como nós, com os quais deveremos discutir e traçar as linhas de acção que nos permitam chegar seguramente, quanto antes, unidos e vitoriosos, ao fim do capitalismo e da exploração».

A encerrar as comemorações alguns artistas participaram numa sessão de canto livre que se prolongou pela tarde fora até que as delegações dos pontos mais distantes começaram a partir. A filarmónica de Patia deu igualmente o seu contributo.

Reportando-se, depois, ao momento presente e recordando que alguns perigos ameaçam as conquistas dos trabalhadores, nomeadamente o «pluralismo» que parece agora disfarçado do direito de tendência, as liberdades sindicais ameaçadas e a independência dos sindicatos em relação ao Governo, ao patronato e aos partidos políticos começa a ser violada, o camarada José Vitoriano destacou que o movimento sindical não tem apenas inimigos externos que pretendem provocar a desunião entre os trabalhadores, mas conta igualmente com inimigos internos, «que não são menos perigosos e que urge combater». Referiu-se deste modo ao sectarismo que é um mal tremendo em qualquer organização de massas e que não podia deixar de ser assim no movimento sindical, acrescentando:

«O sectarismo está profundamente instalado no espírito e na prática de muitos dirigentes e activistas sindicais. O sectarismo leva esses elementos a fecharem-se em si mesmos em vez de se voltarem para as massas, levam-no a rigidez nas posições em vez de maleabilidade, às atitudes individualistas em vez da abertura ao diálogo e à cooperação, à auto-suficiência nas decisões e ao menosprezo das opiniões dos outros em vez de um espírito virado para o

trabalho colectivo e de inter-ajuda. O sectarismo no movimento sindical unitário reduz a sua base de massas, torna-o mais permeável às investidas dos que o combatem e cria-lhe novos adversários».

Destacando a importância de se realizar um amplo trabalho de massas, voltado para a discussão com os trabalhadores dos muitos problemas que os preocupam, pois só assim o movimento sindical se alargará e consolidará, o camarada José Vitoriano afirmou, a terminar:

«O movimento sindical unitário foi no passado e no presente e continuará a ser no futuro uma grande arma dos trabalhadores na luta pela defesa dos seus interesses económicos e sociais. O movimento sindical unitário tem sido e continuará a ser um forte esteio de defesa da revolução e das suas conquistas».



effectuaram-se num período em que o panorama se apresenta com ameaças para o futuro das classes trabalhadoras.

Congelamento da contratação colectiva, aumento desenfreado do custo de vida, encerramento de sindicatos e ingerência na vida interna dos órgãos dos trabalhadores, ameaças e provocações que levaram já à morte de alguns dirigentes sindicais fazem recordar aos mais antigos, o panorama que após o golpe fascista de Salazar se instalou na vida das classes trabalhadoras.

Mas, como nessa altura, e na Marinha Grande, os milhares de trabalhadores presentes reafirmaram expressamente, a classe operária lutará sempre para pôr termo à exploração do trabalho pelo capital. Ontem, como hoje, a luta continua.

A luta continua porque os trabalhadores, face à exploração desenfreada do grande capital, compreendem que só através da sua acção organizada podem assegurar a vitória. A luta continua porque os operários e camponeses, melhorado que foi o seu nível de vida após o 25 de Abril, não estão dispostos a voltarem à situação de miséria. A luta continua porque enquanto houver exploração e repressão, enquanto alguns homens continuarem a viver do trabalho da maioria, enquanto as forças repressivas continuarem a defender os interesses dos grandes capitalistas e latifundiários, nunca os trabalhadores abandonarão o combate até alcançarem os seus direitos.

«A luta continua!», foi o grito unânime de todos os que no domingo passado comemoraram o

apreensivos, mas determinados», o camarada Baridó fez a história do que foi o movimento operário, salientando os aspectos mais importantes que se vieram e apontando os erros cometidos, para afirmar:

«Que a lição nos sirva de exemplo. Que não sejamos impacientes. A impaciência na luta pela satisfação das nossas reivindicações, por muito justas que sejam, pode criar condições propícias à reacção fascista, que será ainda mais cruel do que aquela que sofremos até Abril de 1974».

E apelou ao terminar:

«Que todos lutem pela manutenção dos seus sindicatos independentes, de modo a que possamos conservar as liberdades já alcançadas e caminhar na conquista de outras. Que os nossos filhos, amanhã, tenham orgulho do exemplo de luta e unidade que sempre norteou a nossa vida de trabalhadores».

UM SIGNIFICADO MUITO ACTUAL

Dirigiu-se a seguir à assistência o camarada José Vitoriano, membro do Comité Central do nosso Partido que participou nas comemorações na qualidade de antigo sindicalista que também viveu o 18 de Janeiro.

Frisando a importância da jornada de luta daquela data, contra a fascização dos sindicatos e cuja expressão mais significativa se registou na Marinha Grande, embora se tivesse estendido a outras terras do País, o camarada José Vitoriano destacou que «apesar de ocorridos há 42 anos os acontecimentos

«grande obreiro desta viragem na orientação sindical».

O SECTARISMO ISOLA DAS MASSAS

Reportando-se, depois, ao momento presente e recordando que alguns perigos ameaçam as conquistas dos trabalhadores, nomeadamente o «pluralismo» que parece agora disfarçado do direito de tendência, as liberdades sindicais ameaçadas e a independência dos sindicatos em relação ao Governo, ao patronato e aos partidos políticos começa a ser violada, o camarada José Vitoriano destacou que o movimento sindical não tem apenas inimigos externos que pretendem provocar a desunião entre os trabalhadores, mas conta igualmente com inimigos internos, «que não são menos perigosos e que urge combater». Referiu-se deste modo ao sectarismo que é um mal tremendo em qualquer organização de massas e que não podia deixar de ser assim no movimento sindical, acrescentando:

«O sectarismo está profundamente instalado no espírito e na prática de muitos dirigentes e activistas sindicais. O sectarismo leva esses elementos a fecharem-se em si mesmos em vez de se voltarem para as massas, levam-no a rigidez nas posições em vez de maleabilidade, às atitudes individualistas em vez da abertura ao diálogo e à cooperação, à auto-suficiência nas decisões e ao menosprezo das opiniões dos outros em vez de um espírito virado para o



COMÍCIO UNITÁRIO EM SILVES

A classe operária de Silves comemorou o 18 de Janeiro de 1934, na qual teve uma participação muito activa

A semelhança do que se verificou em diversos pontos do País, realizou-se no passado domingo, em Silves, uma jornada comemorativa das lutas do 18 de Janeiro de 1934, nas quais a classe operária de Silves participou activamente, bem como em muitas outras jornadas pela paz, pelo pão e pela liberdade.

As comemorações iniciaram-se pela manhã com concentração no Largo do Município, seguindo-se uma romagem ao cemitério da cidade em homenagem aos camaradas antifascistas falecidos, que foram recordados pelo camarada António Estrela e por João Ventura Duarte do MDP/CDE. O piquete que se seguiu, no castelo da cidade, foi pretextado para animado convívio.

As comemorações prosseguiram depois com um comício, em que usaram da palavra os camaradas António Estrela, corticeiro, que participou nos acontecimentos do 18 de Janeiro de 1934 em Silves, Conceição Matos e Domingos Abrantes, do Comité Central do PCP.

O camarada António Estrela começou por recordar a jornada de luta levada a cabo em Silves, há 42 anos, que se caracterizou por paralização do trabalho, com greve de braços caídos.

Após ter levantado algumas questões sobre a viabilidade e correcção do movimento insurrec-

cional de 18 de Janeiro de 1934, salientou a importância que, apesar de todos os erros cometidos, desempenharam as lutas das massas trabalhadoras para o derube do fascismo. A terminar, sublinhou o papel decisivo da unidade de todos os antifascistas na construção de uma sociedade mais justa.

Falou em seguida a camarada Conceição Matos que se referiu em especial ao papel das mulheres na luta contra o fascismo, contra a exploração, por uma vida melhor.

Numa breve resenha do que foi e ainda continua a ser — a vida da mulher, em especial a mulher trabalhadora, nas duras condições de opressão e exploração criadas pelo fascismo, Conceição Matos falou da possibilidade de uma vida numa sociedade mais justa, mais livre, que está na nossa mão construir, afirmando nomeadamente:

Não queremos mais fascismo, não queremos mais prisões nem torturas, por isso, mulheres, daí apelo para que todas participem activamente na batalha pela liberdade, na defesa das conquistas alcançadas e que tudo façam para trazer outras mulheres à luta, que ombro a ombro com os seus companheiros engrassem as fileiras das forças democráticas e socialistas. É na luta que está a nossa libertação.

A terminar, usou da palavra o

camarada Domingos Abrantes que começou por fazer um historial das lutas das massas trabalhadoras no seio do movimento sindical e das grandes vitórias alcançadas, ainda durante o fascismo, nomeadamente com a eleição de direcções sindicais da confiança das massas e com a transformação de diversos e importantes sindicatos em órgãos de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Referindo-se depois à situação actual, Domingos Abrantes afirmou:

O movimento sindical unitário é hoje uma poderosa força com grande influência nas massas. A constituição da Central Única dos Trabalhadores, a Intersindical, e uma das maiores conquistas dos trabalhadores, reforça a sua organização e unidade. Não é por acaso que os agentes da burguesia tanto atacam a unidade sindical.

Chamando a atenção para os ataques que está de novo a sofrer a unidade sindical e a necessidade da sua defesa pelos trabalhadores como uma das mais importantes vitórias alcançadas depois do 25 de Abril, Domingos Abrantes referiu-se ao continuo «levantar cabeça» do patronato reaccionário que, estranhamente, encontra compreensão e apoio no Ministério do Trabalho — a denúncia da política antioperária, do Ministério do Trabalho deve ser feita

com todo o vigor. Neste ministério, ao contrário do que acontece até há alguns meses, as portas abrem-se para os patrões e fecham-se para os trabalhadores».

Denunciando depois os saneamentos à esquerda que o referido ministério tem vindo a realizar, nomeadamente no que se refere ao afastamento na semana passada dos delegados em Bragança, Braga, Porto, Viseu, Aveiro, Coimbra e Santarém, homens que haviam ganho a confiança dos trabalhadores e o ódio do patronato, Domingos Abrantes afirmou:

Não camaradas, a democracia não se constrói com fascistas e contra os democratas, como o socialismo não se constrói com os exploradores e contra os trabalhadores».

Após se referir às recentes medidas ditas de austeridade, medidas antipopulárias que pretendem fazer pagar aos trabalhadores a crise económica provocada pelo capitalismo, o camarada Domingos Abrantes terminou a sua intervenção apelando para a unidade de todas as forças progressistas, única forma de defender as conquistas tão duramente alcançadas e deliquidar definitivamente o fascismo, criando assim condições para a construção de uma sociedade democrática a caminho do socialismo

TRABALHADORES DA COVILHÃ EM LUTA CONTRA AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Unidos e organizados, os trabalhadores da Covilhã lutam contra o aumento do custo de vida

A classe operária e as massas trabalhadoras, de norte a sul do País, protestam vigorosamente contra o aumento do custo de vida, que atinge principalmente as camadas mais laboriosas da população. Na região da Covilhã, os trabalhadores deram, na passada semana, uma grande prova da sua unidade e da sua combatividade, descendo à rua e protestando contra as medidas antipopulárias que visam fazer pagar aos trabalhadores a ruína económica provocada pela sabotagem capitalista.

Correspondendo aos apelos dos Sindicatos dos Lanifícios, dos Metalúrgicos, da Construção Civil, dos Escritórios e Comércio e da Panificação, realizou-se um plenário de delegados sindicais e de comissões de trabalhadores e de moradores que decidiu convocar para o passado dia 14 uma paralização de trabalho de duas horas, a partir das 14 horas, com a realização de uma grande concentração. A esta iniciativa aderiu a União dos Sindicatos de Castelo Branco.

Entretanto, pode afirmar-se que a paralização de trabalho decretada constituiu um pleno êxito da classe operária da região. Com efeito, das 109 fábricas existentes, apenas 18 não paralisaram o trabalho. Além disso, registaram-se ainda paralizações nos sectores da construção civil, nos bancários e em algum comércio.

Por sua vez, na localidade de

do Peourinho, tendo-se aí realizado um comício, durante o qual usaram da palavra representantes dos sindicatos promotores da manifestação, além de um representante da União dos Sindicatos de Castelo Branco.

Entretanto, pode afirmar-se que a paralização de trabalho decretada constituiu um pleno êxito da classe operária da região. Com efeito, das 109 fábricas existentes, apenas 18 não paralisaram o trabalho. Além disso, registaram-se ainda paralizações nos sectores da construção civil, nos bancários e em algum comércio.

Por sua vez, na localidade de

Tortozendo, a paralização foi total. Por determinação expressa dos seus habitantes, mais de mil pessoas dirigiram-se a pé e em manifestação de Tortozendo para a Covilhã, numa distância de mais de sete quilómetros, engrossando deste modo o número daqueles que, naquela cidade, elevavam bem alto a sua voz contra o aumento do custo de vida.

Entretanto, as populações das aldeias do Borralheiro, Teixeira e Carvalhal, próximas da Covilhã, têm vindo a desenvolver uma exemplar luta contra o aumento das tarifas dos transportes colectivos que servem aquelas localidades.

Com efeito, a Empresa de Transportes do Zêzere decidiu aumentar as tarifas de 2550 para 4500 e de 4500 para 6500.

Não podendo suportar estas medidas antipopulares que afectam a sua magras bolsos e após a realização de plênários de ajuda, as populações daquelas localidades decidiram boicotar o uso dos transportes colectivos, passando a fazer as suas deslocações a pé de camionetas de carga e em automóveis particulares, como forma de pressionar a empresa de camionagem. Esta parece ter recuado nos seus intentos e neste momento desenvolvem-se conversações, com vista à redução de tarifas

ENCONTRO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES UNITÁRIAS DO CONCELHO DE ALPIARÇA

Um dos objectivos propostos — ganhar as populações para as tarefas da Revolução e para as lutas que se avizinham

«A crise que já se vive, agudizada dia a dia e, como é evidente, o governo pretende, com o sacrifício dos trabalhadores, reconstruir o capitalismo e refazê-lo das machadadas do 25 de Abril. Para impedir isso, será necessária uma forte barreira na qual as organizações populares unitárias terão de ter um papel preponderante e, mesmo, fundamental».

Foi com este objectivo e por decisão da Assembleia Popular de Alpiarça que se realizou, naquela localidade, a 1.º Encontro das Organizações Unitárias Populares do concelho.

A discussão e conclusões centraram-se em volta de diversas secções, nomeadamente respeitantes a Comissões de Moradores, Cooperativas Industriais, Cooperativas Agrícolas e Comissões de Trabalhadores, Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, Ensino e Colectividades e Saúde e Assistência.

Nas discussões travadas não se deixou de ter em conta a situação política criada depois do 25 de Novembro no plano de abertura, «põe em perigo as conquistas alcançadas pelos trabalhadores, assim como todas as organizações unitárias, as quais também foram conquistadas pelos trabalhadores, sendo estes o motor das mesmas».

No plenário de abertura afirmou-se ainda: «É preciso termos consciência de que, há meses atrás, lutávamos para o desenvolvimento das organizações unitárias numa perspectiva da tomada do poder popular para a instauração da democracia e do socialismo em Portugal. Hoje, devido à correlação das forças militares, estamos mais distanciados desses objectivos e colocados na posição de defesa das liberdades e das outras conquistas alcançadas, as quais, se as quisermos defender, nos permitirão avançar. Para isso, é necessário encontrarmos em conjunto formas de dinamização, trocando experiências entre as diversas comissões, de modo a conquistar as populações para as tarefas da Revolução e para as lutas que se aproximam».

nização, a obrigação de venda de terrenos ou sua construção e a legalização de obras e caixas.

Por sua vez, a secção respeitante às Cooperativas Agrícolas e Comissões de Trabalhadores aprovou diversas conclusões, nomeadamente a criação de um secretariado ou comité de trabalhadores a nível de unidades colectivas, devendo as comissões velar pelo aumento de produção e boicotar todas as falsas informações da imprensa agora nacionalizada mas ao serviço do capital, que dizem que as propriedades administradas pelos trabalhadores estão a dar menos rentabilidade. Discutiu-se o papel das Comissões Sindicais. Analisou-se a importância do controlo operário, nomeadamente na vigilância sistemática sobre o boicote feito pelos agrários. Discutiu-se, igualmente, o estado actual da Reforma Agrária, tanto no que diz respeito à região como a situação em todo o País, tendo os presentes repudiado todas as acções tendentes a indemnizar os agrários, uma vez que as terras «estão pagas e mais que pagas».

Na secção dedicada aos pequenos e médios agricultores, os participantes repudiaram os saneamentos feitos pelo actual governo das direcções da Junta Nacional dos Vinhos e da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

Edições SEARA NOVA

OS ROMANCISTAS PORTUGUESES ATENTOS À NOSSA REALIDADE SOCIAL

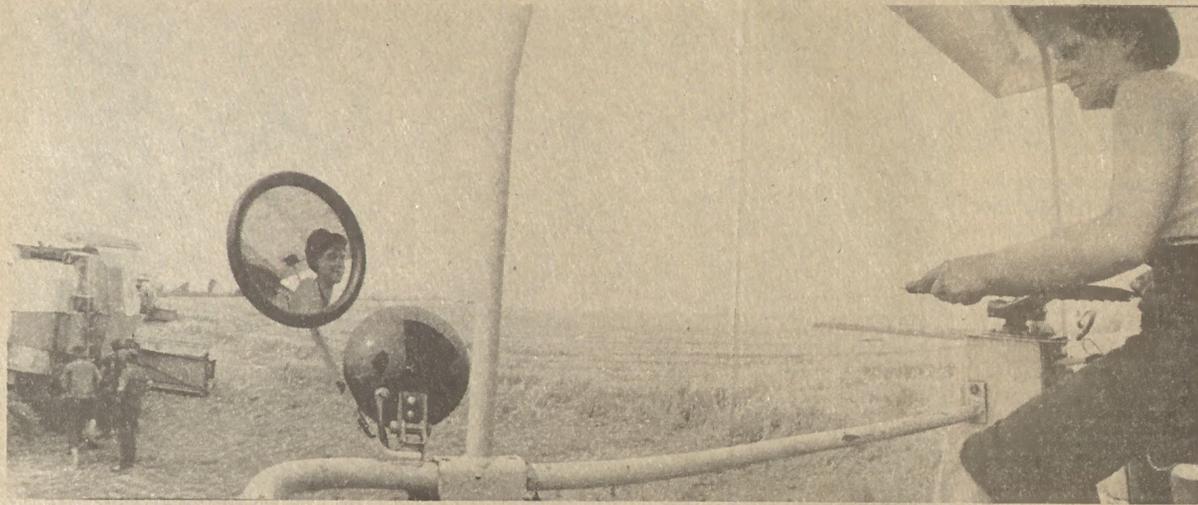
- A FLORESTA EM BREMERHAVEN
- OS PUTOS

de Olga Gonçalves

de Altino do Tójal

LÊ-ASSINA-DIVULGA

CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO



A REFORMA AGRÁRIA NA RDA

A reforma agrária democrática foi a pedra fundamental para o aumento crescente da produção agrícola na RDA

Para os camponeses cooperativistas e trabalhadores da agricultura socialista da República Democrática Alemã, assim, como para todos os demais cidadãos do nosso país, o trigésimo aniversário da reforma agrária democrática é visto como ponto de ligação entre as actuais e futuras tarefas. Com a reforma agrária foi resolvida, na República Democrática Alemã, uma questão básica da política de aliança da classe operária com o campesinato trabalhador. Essa primeira acção revolucionária de massas dos trabalhadores e camponeses, depois da libertação pelo glorioso Exército soviético, correspondeu ao anseio secular da

mente, pelo incremento dos meios produtivos que a classe operária, como aliada dos camponeses, depois da reconstrução das empresas, colocou à disposição, em volume sempre crescente. Assim, entre outros, aumentou o abastecimento de adubo azotado, passando de 27,8 quilos por hectare de terra utilizável, no período de 1949/50, para 104,1 quilos, no ano de 1975.

A crescente assistência da agricultura através de meios produtivos, pela classe operária, foi uma parte essencial para o aumento da produção e da produtividade do trabalho, de conformidade com a política agrária marxista-leninista

trigo soviético, altamente rentáveis, que ocupa 61 por cento da área cultivada e produtora desse cereal, a União Soviética prova e confirma, também nesse sector, o aporte de uma ajuda inestimável.

As transformações operadas nas aldeias da RDA, nos últimos 30 anos, são muito substanciais em relação às que se efectuaram nos séculos anteriores decorridos. As novas formas de produção, as mudanças condições de vida e de trabalho são um testemunho a respeito. As premissas iniciais para tanto foram estabelecidas com a reforma agrária democrática e com o desenvolvimento das Estações Estatais de Empréstimo de Máquinas (MAS).

No seio do campesinato da República Democrática Alemã, o desejo de assimilação de conhecimentos políticos e técnicos cresceu sempre. Com as transformações socialistas operadas, notadamente na agricultura, que corresponde à sociedade socialista desenvolvida, devem e são atendidas as demandas crescentes no campo da qualificação. Os camponeses cooperativistas e os trabalhadores agrícolas cumpriram e cumprem esse dever.

O CAMINHO FUNDAMENTAL

população camponesa trabalhadora, almejando uma existência segura na base do apossamento da terra. Receberam terras os que sempre as trabalharam. O poder dos Junkers e dos grandes agrários foi liquidado lançando-se as bases para a democratização das aldeias, trilhando-se o caminho rumo a uma agricultura altamente produtiva.

Os inimigos imperialistas não deixaram de fazer tudo no sentido de impedir o desenvolvimento democrático no actual território da República Democrática Alemã. Um método muito usado foi o de, diariamente, no processo da divisão e distribuição da terra, propagar a ameaça do fantasma da fome. Porém, a vida marchava rapidamente, suplantando as tentativas de estorvarmento dos inimigos, pois a reforma agrária era uma necessidade política, económica e social extremamente urgente. Confirmou-se o velho ensinamento de Marx, Engels e Lenin de que também a questão da terra é uma questão de poder e que "somente a queda do capital faz o camponês subir".

Não foram os reaccionários com as suas prédicas anunciando a fome os que triunfaram, mas a classe operária e o seu aliado, o campesinato trabalhador, dirigidos pelo partido de luta marxista-leninista, os que saíram vitoriosos. Da ordem democrática e antifascista, que teve também um fundamento na reforma agrária, da criação das bases do socialismo até ao actual estabelecimento da sociedade socialista desenvolvida, para o qual o VIII Congresso do PSUA, realizado em 1971, delineou os critérios e directrices, houve e há um progresso permanente.

AS INICIATIVAS DOS CAMPONESES FORAM INCENTIVADAS

A situação material inicial, após a guerra fascista de roubo, era péssima. O abastecimento da agricultura de adubos minerais, no exercício de 1944/45, em comparação com o de 1938/39, evidenciava uma sensível redução como, por exemplo, de nitrogénio foi de 34 por cento; de fósforo, de 17 por cento e de potassa, de 41 por cento. Também a área destinada à produção de cereais, no mesmo período, foi reduzida de 18 por cento; a de beterraba, de 33 por cento e a reservada ao plantio de batata, de 19 por cento. Extensas regiões estavam devastadas e minadas.

Como resultado do extermínio de importantes forças produtivas pelo fascismo reduziu-se, de ano para ano, a produção de produtos agrícolas. A queda da produção alcançou o seu nível mais acentuado no ano de 1945. Em relação ao período de 1934/38, o rendimento da produção de cereais, por hectare, caiu de 2006 quilos para 1480; de batata, de 1730 quilos para 1533 e de beterraba, de 2910 quilos para 2320. O número de rétes, em comparação com o existente em 1939, sofreu sensível redução. Do total existente em 1939, em 1945 só restavam 65,7 por cento de gado bovino; 20,7 por cento de suínos; 72,3 por cento de cavalos e 42,5 por cento de ovelhas. Os poucos tractores existentes em 1945 eram, de modo geral, muito antigos e a carência de peças de reposição era também enorme. Tal foi o ponto de partida para o reinício da produção.

A reforma agrária abriu o caminho livre para o aumento da produção. Ela despertou as iniciativas e a energia dos camponeses, especialmente dos camponeses novos, contribuindo essencialmente para a superação da fome, passo a passo. Desde então, as forças produtivas desenvolveram-se permanentemente na agricultura. Isso é evidenciado, principal-

mente, pelo incremento dos meios produtivos que a classe operária, como aliada dos camponeses, depois da reconstrução das empresas, colocou à disposição, em volume sempre crescente. Assim, entre outros, aumentou o abastecimento de adubo azotado, passando de 27,8 quilos por hectare de terra utilizável, no período de 1949/50, para 104,1 quilos, no ano de 1975.

A transição à agricultura intensiva, a contínua transição às formas industriais de produção, uma parte essencial do desenvolvimento proporcional e regular da economia nacional da República Democrática Alemã. Actualmente, cerca de 25 por cento dos produtos da indústria química, cerca de 20 por cento da produção da indústria de máquinas, 18 por cento da energia produzida e 14 por cento da produção de materiais de construção são empregados na agricultura.

Gracias à consequência da política de aliança do Partido da classe operária e à integração económica socialista, na base do programa completo do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), a agricultura dispõe, actualmente, de uma base técnica que se caracteriza sempre e em grande escala, pela eficiência do sistema maquinário e por instalações produtivas altamente mecanizadas na produção vegetal e animal. Como expressão da mecanização, apontamos a progressiva eficiência dos tractores procedentes da União Soviética, como os 220-PS K 700 que, em número de 1011 passaram a trabalhar recentemente nos campos da República Democrática Alemã. Do total dos tractores existentes na RDA, os de fabricação soviética perfazem 27,5 por cento.

A colheita, no início da década de 1950, ainda era feita através de meios rudimentares, com máquinas cortadoras e amarradoras, e também para arrancar e recolher batatas muito simples. Mas, hoje, as máquinas moderníssimas como as ceifeiras-debulhadoras E 512 e também as talhadeiras E 280, bem assim como as colhedoras e transportadoras de beterraba KS 6, marcam a paisagem da nossa agricultura, evidenciando uma efectividade muito elevada.

Os cereais são recolhidos quase exclusivamente pelas 10 100 ceifeiras-debulhadoras E 512 que se encontram à disposição. O grau de mecanização dos trabalhos de colheita de cereais alcançou 99,9 por cento; na de batata, 91,1 por cento e na de beterraba, 96,2 por cento.

O melhoramento de grandes áreas é de grande importância para a preservação e intensificação da fertilidade dos solos agrícolas e para colheitas elevadas e estáveis. Um milhão e 300 mil hectares de terras utilizáveis encontram-se drenados até agora. 570 000 hectares podem, segundo as necessidades, ser irrigados, dos quais 270 000 por chuva artificial.

O domínio sempre melhor da economia de água revela-se como de grande significação para os próximos anos.

A efectividade do potencial dos vegetais tem permitido que os cientistas e trabalhadores, no sector da criação, desenvolvam novas qualidades e raças, representando importantes premissas para tanto. Através do cultivo de qualidades de

cereais, isto reduz-se a 20 ou a 35 minutos.

É de grande significação, para a ulterior intensificação e introdução dos processos de produção, a existência das secções cooperativistas de produção vegetal que se formaram desde o VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha. O facto de que, hoje, mais de 88 por cento da área agrícola utilizável sejam comandados e trabalhados por 345 000 trabalhadores e camponeses cooperativistas, integrantes das 1189 secções cooperativistas de produção vegetal, por 47 cooperativas de produção agrícola e 5 Uniões (VEG), é uma expressão do fortalecimento e do desenvolvimento das relações de produção socialistas no campo.

Os trabalhadores e camponeses cooperativistas da agricultura da República Democrática Alemã contribuem, na base do desenvol-

vimento estável da produção e da elevação essencial da efectividade, a melhoria do abastecimento da população, com o fornecimento de viveres e de matérias primas à indústria. Colectivamente, comandam e realizam a emulação sob o lema: «Em homenagem ao IX Congresso do PSUA... Tirar o máximo proveito de cada marco, de cada hora de trabalho, de cada grama de material».

Tudo isto concorre para florescer a agricultura da República Democrática Alemã, corporificando a elevação permanente da produtividade do trabalho e da efectividade, estabelecidas na sempre estreita cooperação com a União Soviética e com os demais países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME). Com a elevação da produção agro-industrial, os trabalhadores e camponeses cooperativistas da República Democrática Alemã realizam, assim, seu dever classista internacionalista.

A REFORMA AGRÁRIA EM CUBA E NO VIETNAME DO NORTE

Breves apontamentos do que foi a luta por uma vida mais feliz nos campos de dois povos sob a ameaça permanente do imperialismo

A reforma agrária foi a pedra angular da revolução cubana.

Em 1961 foram cultivados, em oito meses, 308 000 hectares de terras incultas que faziam parte dos latifúndios expropriados.

Não só se conseguiu acabar completamente com o desemprego como se começou mesmo a notar uma certa falta de mão-de-obra para a agricultura.

Os pastos começaram a desenvolver-se. Em 1963 foram semeados 64 300 hectares de pasto e em 1964 a área semeada passou para 175 700 hectares.

A produção açucareira aumentou mais do que qualquer outra, chegando mesmo a criar problemas para a exportação, dada a dependência de Cuba em relação aos Estados Unidos, país este que lhe deixou de comprar açúcar

após a revolução. Todavia, o problema acabou por ser resolvido através da conquista de novos mercados, principalmente entre os países socialistas, que passaram a ser os mais importantes consumidores do açúcar cubano.

A cultura do café também sofreu um grande incremento, tendo triplicado, ao mesmo tempo que se desenvolvia a do algodão. O aproveitamento de subprodutos foi igualmente intensificado, como por exemplo no que respeita ao mel da cana, de que em 1964 se aproveitava apenas 175 000 toneladas, passando já para 353 400 em 1966.

Propriedade privada do solo agrícola em 1961

Com menos de 70 ha existiam	154 703 proprietários
De 70 a 140 ha	6 062 »
De 140 a 280 ha	3 105 »
De 280 a 420 ha	1 456 »
Com mais de 420 ha	592 »



Por Heinz Kuhrig, Ministro da Agricultura, Silvicultura e da Indústria Alimentícia da RDA

O TRABALHO E A TERRA NO PAÍS DOS SOVIETES

O desenvolvimento constante da agricultura, bem como a formação e elevação do nível cultural e educacional dos camponeses é uma preocupação permanente da União Soviética

• CHUVA POR ENCOMENDA

Os cientistas do Instituto de Hidrometeorologia de Kiev começaram uma nova série de experiências, tendo já provocado aguaceiros influenciando as nuvens com diversas substâncias químicas. Estabeleceu-se, por exemplo, que umas quantas grammas de iodeto de prata lançadas por um avião sobre uma pequena nuvem, podem ocasionar uma grande chuva. Também se experimentou outro método: o avião dá voltas abaixo da nuvem, as correntes de ar quente que se elevam da terra arrastam o iodeto de prata e a nuvem, como que um aspirador de pó, absorve os cristais do reactivo. Pela sua estrutura, estes assemblam-se ao gelo, e, passados uns minutos, começa a chover.

As experiências realizam-se nas áreas estepes da Ucrânia. A perspectiva de emprego destes métodos deve-se a circunstância de que as correntes de ar quente que passam sobre a URSS transportam anualmente em humidade quase o dobro de água que os rios do país conduzem.

• MILHO DO FUTURO

Na região do Kubão, começaram-se a cultivar em grande escala dois novos híbridos de milho que possuem elevadas propriedades nutritivas. As novas espécies foram seleccionadas no Instituto de Agricultura de Krasnodar e destinam-se ao cultivo no Sul da parte europeia da URSS. Estas plantas, que os cientistas denominam «milho do futuro», possuem qualidades mais valiosas que as espécies correntes. A albumina dos seus grãos contém mais de 50% de lisina, aminoácido valioso, e o rendimento é muito mais alto. Assim, um hectare do novo cereal pode proporcionar alimentação a um maior número de animais e ao mesmo tempo permitirá reduzir o consumo de valiosos foinos que hoje se juntam à ração habitual por esta ser pobre em aminoácidos, particularmente em lisina.

Para transformar a natureza do grão de milho utilizam-se plantas com propriedades genéticas artificialmente modificadas e seleccionam-se mais de 50 híbridos com elevado conteúdo de lisina.

Actualmente, os seleccionistas soviéticos trabalham para criar espécies completamente novas de milho com alto conteúdo de lisina. Desenvolvem-se já o seu modo de seleccionar o novo cereal.

• NOVAS VARIEDADES DE TRIGO OUTONAL

Grandes superfícies cobrir-se-ão nos próximos anos de novas variedades de trigo outonal obtidas recentemente nas parcelas experimentais. A sua colheita alcança grandes quantidades.

Como até agora, seguir-se-á cultivando amplamente a famosa «bestocaria-L», que ocupa 18 milhões de hectares na URSS. Cultivando esta variedade, a União Soviética recebe suplementarmente de 5 a 6 milhões de toneladas de grão. A «bestocaria-L» utiliza-se também na URSS e no estrangeiro como semente para seleccionar variedades de trigo outonal mais produtivo.

Os agricultores depositam grandes esperanças na «triticaria», obtida pelos seleccionadores ucranianos, que é um híbrido de trigo duro e de centeio. Os funcionários do Instituto de Selecção da Ucrânia conseguiram imprimir ao novo cereal as propriedades das duas culturas.

A «triticaria» contém 3 ou 4% mais proteínas que o trigo, é mais resistente às doenças e às temperaturas baixas e proporciona colheitas estáveis e altas. Uma classe da «triticaria» utiliza-se para obter massa verde, cuja colheita alcança 500 quilos por hectare.

• ALTA COLHEITA DE ALGODÃO NO UZBEKISTÃO

O Verão deste ano nas Repúblicas Soviéticas da Ásia Central foi excessivamente seco. Só o elevado equipamento técnico dos agricultores e fontes suplementares de água encontradas pelos geólogos asseguraram, como nos anos precedentes, uma alta colheita de algodão.

Segundo diagnósticos prévios dos especialistas, o Uzbequistão, a principal República algodoeira do País, colherá, este ano, não menos algodão do que no ano passado.

O algodão da nova colheita distingue-se pela sua elevada qualidade. A mecanização completa das colheitas permite, conservando a qualidade da fibra, reduzir consideravelmente os prazos da nova colheita.

O algodão uzbequo goza de grande procura no mercado mundial. Quinze países já firmaram contratos para a sua compra.

• A INDÚSTRIA AO SERVIÇO DA AGRICULTURA

Em 1974, os kolkozes (cooperativas agrícolas), e os sovkozes (empresas agrícolas estatais) entregaram mais 23% de produção do que em dez anos.

Então, em Março de 1965, o Comité Central do PCVS planeou elevar a agricultura a um nível que permitisse satisfazer por inteiro as crescentes procura da população em produtos alimentícios e da indústria em matérias-primas, tendo considerado necessário e prioritário consolidar os fundos económicos da agricultura e intensificar a base material e técnica dos kolkozes e sovkozes.

Durante dez anos (1955-1974), no período de fomentação da agricultura, asinaram-se investimentos no montante de 195 000 milhões de rublos, ou seja, 2,8 vezes mais que no decénio anterior.

A indústria socialista equipou as aldeias com 3000 tractores, 1600 000 camiões e máquinas e automóveis especiais, 906 000 máquinas para colheita do cereal e outras máquinas agrícolas no valor de 23 000 milhões de rublos.

• ESPECIALISTAS PARA A AGRICULTURA

A escola técnico-profissional de Varen (na República Soviética de Lituânia, no Báltico), que prepara tractoristas e motoristas qualificados, matricula os jovens enviados pelos kolkozes (cooperativas agrícolas) e sovkozes (empresas agrícolas estatais), locais.

Todos os alunos têm gratuitamente, residência, alimentação e roupa de trabalho. Além disso, recebem uma remuneração.

Os futuros monocultores dominam hábitos profissionais e estudam também as disciplinas do programa do ensino geral, e terminados os estudos, recebem certificado de ensino secundário geral e de especialista.

Passados os três anos de estudo, regressam às suas terras natais, onde os espera o trabalho da sua especialidade.

As escolas técnico-profissionais da União Soviética diplomam anualmente para a agricultura mais de meio milhão de especialistas.

• ELEVA-SE O NÍVEL EDUCACIONAL DOS CAMPONESES

De cada 1000 trabalhadores agrícolas, perto de metade possuem instrução superior ou média (em 1939 eram 18) — comunica o Serviço Estatal na sua informação ordinária.

O crescente nível educacional dos camponeses soviéticos está condicionado sobretudo pela intensificação da produção agropecuária. Na agricultura e na pecuária introduzem-se modernos métodos industriais de trabalho. E cada vez maior a quantidade de maquinaria moderna que chega aos estabelecimentos agrícolas. Para manejá-la, formam-se especialistas em numerosas escolas rurais técnico-profissionais, nas quais, além de aprender a sua profissão, os alunos frequentam a escola secundária.

Também nas escolas rurais aumenta a promoção de quadros qualificados para as fazendas agrícolas. Além das disciplinas de ensino geral, os programas incluem o estudo de diversos ramos de produção agrícola, os hábitos de manutenção da maquinaria moderna agrícola e pecuária.

Muitas escolas rurais possuem os seus próprios parques de automóveis e tractores, as suas «quintas-escolas» e campos experimentais.

O estudo nestes centros docentes é grátis, o mesmo que nos outros tipos de instrução na URSS. Imediatamente depois dos exames de fim de curso, propõe-se a cada aluno trabalhar segundo a sua especialidade.

Quando ao Vietname do Norte, sendo um país onde até há pouco a situação rural era bastante primitiva, em que os meios técnicos eram escassos e a cultura do povo mínima, será interessante debruçar-mo-nos sobre a forma como lá se processou a reforma agrária.

As pequenas e médias propriedades foram mantidas e até incentivadas, citando-se em cerca de 200 000 o número de famílias de camponeses que possuíam pequenas explorações.

O Vietname do Norte não dispunha de meios para a aquisição de maquinaria, nem tão pouco de meios para outras obras de valorização da agricultura colectiva. Por isso, apesar do baixo rendimento da propriedade individual, houve que mantê-la, ao mesmo tempo que se procuravam os meios de ganhar os agricultores para a realização de obras conjuntas, em busca de melhores resultados.

Assim, recorreu-se em primeiro lugar à entreejada mútua, procurando reunir vários trabalhadores, donos de terras, em tarefas comuns. Seguidamente, criaram, meios de produção comuns tais como gado, alfaias e outras máquinas que foram sendo adquiridas. Estas mesmas cooperativas passaram depois ao arrendamento de terras, cujo maior rendimento entusiasmou muito os camponeses que começaram a juntar as suas terras às já exploradas pelas cooperativas, segundo contratos estudados para o efeito.

Quando à preparação de quadros técnicos para a gestão das cooperativas, foram preparados agricultores pobres, em vez dos antigos grandes proprietários, também sócios, mas com defeitos e vícios anticoooperativistas e anti-socialistas.

Mais tarde, criaram-se uniões de cooperativas regionais reunindo todas as cooperativas de uma região, para realizações de interesse comum.

E foi assim que, entre 1955 e 1965 se verificou um aumento de produção agrícola de cerca de 31%.

Por outro lado, novos métodos de cultura foram sendo introduzidos, conseguindo-se resultados excelentes. Por exemplo, na cultura do arroz, houve um aumento de produção por hectare que se cifra nos seguintes números: em 1966 a produção por hectare era de 5000 toneladas, contra 4 em 1960 e 3 em 1959.

informação

«Desde a proclamação da República no Laos a Revolução deu, no nosso país, um grande passo em frente» — declarou o primeiro-ministro da República Democrática Popular do Laos na sua mensagem ao povo laociano. Keyson Phomvihon exprimiu o seu reconhecimento aos governos e aos povos dos países socialistas e, antes do mais, da URSS e da República Democrática do Vietnam, cujo auxílio permitiu ao Laos reduzir as dificuldades do bloqueio económico. Quanto às tarefas que o povo laociano tem de encarar, o primeiro-ministro preconizou o reforço e o aperfeiçoamento dos órgãos revolucionários de poder, insistindo na derrota definitiva da reacção feudal e de todos os resíduos do imperialismo.

Quanto maior é o crédito internacional da República Popular de Angola, reconhecida actualmente por mais de 40 países, mais os meios imperialistas se agitam, tentando alterar o curso dos acontecimentos. A calúnia é uma das armas utilizadas. De entre muitas destacase a recente afirmação do líder do Partido Liberal Inglês, Thorpe, segundo o qual a União Soviética andaria a comprar por terras de África apoios de dirigentes africanos ao MPLA.

Cerca de 500 jornalistas brasileiros denunciaram as contradições das versões oficiais sobre o assassinato da Vladimir Herzog, ocorrido há cerca de três meses numa prisão de São Paulo.

O Japão e a União Soviética concordaram em continuar as suas negociações com vista à conclusão de um tratado de paz que se encontra pendente desde o fim da segunda guerra mundial. O comunicado emitido no fim da visita de Andrei Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, a Tóquio, afirma ainda que os dois países concordaram também em promover as suas relações no âmbito comercial, económico e cultural.

No ano de 1975, o aumento do custo de vida no Chile foi da ordem dos 340,7 por cento.

No quadro da lei sobre investimentos estrangeiros decretada pelo regime de Bordaberry, as empresas textéis nacionais «Campomar y Soulas», foram vendidas a capitalistas brasileiros e da RFA.

Em 1975 morreram em São Paulo, de meningite, mil 629 pessoas. O número de hospitalizados ultrapassou os 15 mil. Em 1974, registaram-se três mil mortos em São Paulo.

Na opinião de William Schaufele, subsecretário norte-americano de Estado para questões africanas, «a continuação da presença de soldados sul-africanos em Angola poderia auxiliar os três movimentos em guerra nesse país a resolverem por meio de negociações as suas diferenças» (!)

O pessoal do aeroporto da sociedade «National Airlines», de Nova Iorque atingiu os objectivos da sua luta reivindicativa. A seguir a uma das mais importantes greves na aviação americana, que durou mais de quatro meses, os trabalhadores obtiveram aumentos salariais.

Os trabalhadores das empresas navais de Cannes, em França, «Alloa Marine» ocuparam durante 13 meses a empresa para protestar contra a intenção do patronato de reduzir a produção. A luta — em que os trabalhadores saíram vitoriosos — foi um dos mais longos conflitos que, em França, opôs o trabalho ao capital. De Janeiro a Novembro de 1975, mais de 250 empresas francesas foram ocupadas pelos trabalhadores. Desde o Outono, registaram-se 94 conflitos de trabalho, 58 deles com ocupação das empresas. Os operários e empregados ocuparam 39 empresas durante mais de 6 meses.

Um esforço para melhorar as condições de habitação dos trabalhadores, a FRELIMO lançou uma campanha de construção de prédios modernos, com a colaboração popular. O Governo concede a assistência técnica e os materiais de construção, ficando a mão-de-obra a cargo da população. O programa prevê a mudança de mais de 900 000 pessoas, nos próximos anos, para novas habitações.

O secretário-geral do Partido Socialista Portorriquenho (PSP), Juan Mari Bras, no início da campanha eleitoral que se está a processar em Porto Rico, exortou à unidade popular pela independência nacional. Porto Rico continua a ser, actualmente, uma verdadeira colónia dos Estados Unidos. «Afirmamos às massas trabalhadoras — declarou Mari Bras — que se nos unirmos e organizarmos, seremos capazes de vencer os nossos inimigos, os capitalistas e os imperialistas, tal como os trabalhadores conseguem vitórias sobre os seus patrões, quando se unem na greve».

De Janeiro a Setembro, o nível de vida dos ingleses baixou 3,5% em relação ao mesmo período de 1974. Segundo os números oficiais, os ingleses compraram menos 25% de televisões e menos 10% de automóveis que em 1974. As suas despesas em aquecimento e electricidade reduziram-se 5%.

Na Suécia, a produção reduz-se, o desemprego aumenta, sendo os jovens os mais afectados. Actualmente, segundo os dados oficiais, 31 000 jovens suecos procuram emprego. Só no mês passado, este número aumentou em 10 000 pessoas.

Segundo os números do Sohyo (Conselho Geral dos Sindicatos Japoneses), o número de desempregados atingiu, no fim do ano, os 3,5 milhões de pessoas.

MANOBRAS IMPERIALISTAS NO MÉDIO ORIENTE

Numa mensagem publicada pela imprensa egípcia, Yasser Arafat, presidente executivo da Organização de Libertação da Palestina (OLP), exprime uma «grave preocupação face ao perigoso evoluir da situação interna no Líbano».

A OLP dispõe nomeadamente de informação sobre a existência de um plano visando preparar uma larga intervenção anti-palestina do exército libanês ao lado das forças de direita. Na verdade, uma parte do Exército libanês participava já, com os «comandos» do partido da direita Kataeb, no cerco ao campo palestino de Tall Zaatar. O movimento da resistência palestina tem provado a sua moderação ao guiar-se pela salvação da integridade territorial e da segurança do Líbano.

Os acontecimentos no Líbano inserem-se inteiramente na complexa situação que se criou no Médio Oriente. Não é por acaso que os militaristas israelitas lançam sistematicamente bombas sobre o Líbano. Não é por acaso que o representante israelita nas Nações Unidas, Herzog, vem acusando a Síria de, através de uma «organização terrorista», estar a fomentar o conflito.

O que na verdade está em causa é uma descarada ingerência do imperialismo, através da sua ponta de lança no Médio Oriente — Israel — nos problemas internos do Líbano, o fomentador e articulador de um conflito, de forma a que tenha consequências vantajosas para os senhores de Londres ou Washington.

As acções empreendidas pelos generais israelitas inscrevem-se em objectivos estritamente políticos. Os meios imperialistas e os seus lacaios de Tel Aviv, procuram aprofundar o precipício entre as comunidades religiosas libanesas, para trazerem a água ao seu moinho.

Assim, as forças imperialistas e sionistas pretendem simultaneamente: em primeiro lugar precipitar o Líbano no sorvedouro da guerra civil, procurando desviar assim a atenção da opinião pública mundial e, em primeiro lugar, dos países árabes, da necessidade imperiosa de solucionar o conflito do Médio Oriente, o que é impossível sem a evacuação das tropas israelitas dos territórios ocupados, o respeito dos legítimos direitos dos árabes palestinos e sem a garantia de segurança para todos os Estados desta zona; segundo, dar um novo golpe na resistência palestina; e finalmente, apostar na divisão do Líbano e na criação de um «Estado cristão», que desse as forças que vão faltando ao imperialismo e sionismo, criando um novo instrumento contra o movimento libertador e do progresso social em que se encontram empenhados os povos árabes do Oriente.

A FOME: UM DOS FRUTOS DO IMPERIALISMO

A linha da fome passa pelos países a que o imperialismo sugou as riquezas e a capacidade de trabalho do seu povo. Passa em particular por onde regimes reacçãoários, expressão das várias facetas que o neocolonialismo assume nos nossos dias, entregam de mão beijada povos e terras à voragem das multinacionais.

As calamidades naturais são sempre o argumento invocado, o véu com que se pretende encobrir as verdadeiras raízes dos males que afectam as massas populares de vastas regiões da terra. Calamidades naturais que são um elemento da fome e da miséria. Um simples elemento circunstancial. Nada mais.

Neste momento — no martirizado nordeste brasileiro, nos Estados da Bahia e Pernambuco — cento e cinquenta mil pessoas estão ameaçadas de fome.

O governo brasileiro culpa a seca. Exime-se de responsabilidades. E manda a polícia contra as massas de camponeses esfomeados.

Na vila de Uricuri, a 600 quilómetros do Recife, 3 000 camponeses procuram comida, água e trabalho. A «solução» foi o envio de reforços policiais.

A situação é igualmente grave no Estado da Bahia. Em muitas aldeias do interior não existe mais água potável e estão esgotadas as reservas de soja, alimento base da população.

Na aldeia de Irece, seis mil pessoas estiveram mais de nove horas ao sol e à temperatura de 40 graus, esperando receber umas diminutas rações de arroz, açúcar e carne seca, distribuídas gratuitamente pelos serviços de socorros.

O Brasil fascista de Geisel, é um caso. Um dos muitos casos que vicejam no planeta da fome.

O Haiti de Claude Duvalier, é um caso idêntico.

Foi recentemente anunciado no Haiti que no Noroeste do país se criou uma catastrófica situação alimentar. Se antes os habitantes desta região sofriam de subnutrição crónica, agora a fome — a fome que não mata só aos poucos, e um pouco cada dia, mas a que mata em massa —, intensifica-se. Segundo o diário dominicano «El Nacional», de há muito que os camponeses se alimentam de sementes de cultivo, comem ervas e raízes de árvores. O gado tem morrido em massa e regista-se uma infinidade de vítimas humanas.

Duvalier acusa a seca da catástrofe.

Mas a causa do atraso da agricultura está de facto no completo desinteresse do governo do Haiti por uma população rural vivendo em condições miseráveis. A densidade da população no Haiti é uma das mais altas dos países das Caraíbas. A terra está dividida em parcelas tão pequenas que frequentemente é impossível utilizar o próprio arado de mão. Os campos estão cortados por leitos de rios secos, quase todos os bosques foram fruto da obra humana, e durante as chuvas as torrentes de pedras e barro que descem das montanhas próximas arrancam aos campos terra valiosa.

Quanto aos latifundiários e às companhias estrangeiras — dispõem de colossais extensões de terreno nas zonas mais férteis, mais bem cuidadas. Aí a seca não é espectro. Nem os lucros nem o estômago destes senhores se vêem atingidos.

Nessas terras imensas, apenas se cultivam hortaliças, cereais e cana de açúcar exclusivamente destinados à exportação. Uma exportação que proporciona lucros elevadíssimos, pois o custo de produção no Haiti (dada a desenfreada exploração a que o seu povo se encontra sujeito) é muito mais baixo que o dos países que importam esses produtos.

Entretanto, o Estado haitiano importa esses mesmos produtos dos Estados Unidos e do Canadá, mas pelo dobro ou pelo triplo do preço.

Contra esta política antinacional erguem-se as massas camponesas. A sua luta contra os impostos, contra as

empresas estrangeiras, contra os grandes latifundiários — é um traço característico do Haiti dos nossos dias.

Brasil e Haiti — dois exemplos, entre muitos outros, dos frutos da dominação imperialista. Frutos de que a fome se destaca como um dos males maiores. Como a guerra. E o analfabetismo.

PERÚ: POLÍTICA ECONÓMICA E INTERESSES DE CLASSE

Programas de recuperação económica são elaborados em todo o mundo capitalista, em todos os países, em que a crise económica da sociedade capitalista se reflecte de uma forma particularmente aguda.

Pela lógica do capital internacional, os países mais duramente afectados são os que neste momento se encontram numa fase de desenvolvimento, vítimas tradicionais dos grandes monopólios, que sufocaram o seu desenvolvimento interno e reduziram nações inteiras a mera fonte de lucro.

Numa reunião extraordinária do Conselho de Ministros peruano, recentemente realizada, foi adoptado um conjunto de medidas económicas que visa superar as dificuldades da economia nacional, e, em particular, de frontear as repercussões da crise capitalista internacional nas fronteiras do Peru.

As medidas adoptadas constituem em si um programa, e clarificam de uma forma inequívoca quais as classes que se pretende favorecer.

O conjunto das medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros prevê o agravamento e lançamento de novos impostos sobre os sectores económicos que auferem maiores lucros. Estabelece a centralização do controlo das importações, o aumento dos investimentos do Estado para o desenvolvimento e um severo programa de austeridade pública, destinado a reduzir todas as despesas não essenciais. O programa, que inclui alguns aumentos de



preços, de par com aumentos salariais, visa uma melhor distribuição da riqueza nacional e permitirá ao Estado manter os níveis de investimentos necessários para encorajar a actividade produtiva.

A partir deste ano as grandes empresas pagarão maiores impostos, o que alterará substancialmente as escalas de impostos.

As novas escalas estabelecem um aumento progressivo de impostos, podendo atingir 65 por cento dos rendimentos que atinjam os 11 bilhões de dólares. Na escala anterior o mais elevado limite de impostos atingia apenas os 52 por cento.

Por outro lado, as importações estão sujeitas a uma autorização específica para cada produto em particular — autorização que só pode ser concedida pelo Ministério do Comércio.

De entre as medidas aprovadas figura igualmente uma redução de cinco por cento nas despesas públicas, enquanto o orçamento destinado aos trabalhos de infraestrutura, e aos investimentos para o incremento da produção e para a habitação será aumentado — o que irá beneficiar as condições de vida da população.

Entretanto foi determinado o congelamento das rendas de casa, até à promulgação de uma nova lei sobre a habitação.

O programa ora elaborado no Peru reflecte, antes do mais, todo um processo de libertação dos países subdesenvolvidos — libertação das grandes potências imperialistas, libertação do cerco das multinacionais — processo em que o Peru se pode justamente inserir como uma vanguarda. Processo que pressupõe profundas alterações internas, uma política dirigida fundamentalmente contra os interesses do grande capital, pela melhoria das condições de vida da população, contra a intervenção externa — por uma via que abra a perspectiva do socialismo.

O plano económico destinado ao novo ano — pelas medidas que preconiza — enquadra-se nesta orientação. Os problemas económicos com que se debatem os países em vias de desenvolvimento são muito reais e agudos. As repercussões da crise económica do capitalismo internacional, a debilidade da estrutura económica, as próprias contradições internas de uma estrutura ainda não bem definida ou em transição, as pressões e a chantagem económica, mesmo o boicote por parte do imperialismo — constitui um somatório de dificuldades que não é fácil superar.

Mas entre os planos de recuperação económica de um Brasil ou de um Peru, medeia o incomensurável abismo que divide os que se encontram ao serviço das multinacionais e os que defendem os interesses populares. Se as perspectivas que se abrem ao povo peruano são de austeridade, mas não de angústia e miséria, isso se deve a que Lima e Brasília olham em direcções diferentes. Em Lima pretendem-se a libertação das amarras do capital. Em Brasília chora-se as repercussões da crise económica sobre os investimentos estrangeiros.

Esta a grande, a inconciliável diferença. Uma política económica constitui sempre justo

barómetro dos interesses de classe defendidos por um governo, por esta ou aquela força política.

No Peru, a solução para as dificuldades económicas foi encontrada no agravamento de impostos dos que mais possuem, na independência económica face ao poder dos monopólios, dificultando as importações, e promovendo investimentos do Estado, em particular em sectores em que mais se reflectirão na melhoria das condições de vida da população. Tal não significa, nem poderia significar, a ausência de sacrifícios por parte do povo peruano. Sacrifícios que tão pouco serão regateados pois se inserem numa política geral que tem como objectivo a defesa dos seus próprios interesses.

Não se congelaram salários, agravando simultaneamente o custo de vida — solução normal entre os defensores do capital. Não se colocou a economia na dependência de suspeitos auxílios externos — que vindos das mãos do capital internacional, quando não se verifica equilíbrio de condições que permita negociar em termos de igualdade, significa, frequentemente, a quebra da independência nacional, a sujeição a interesses estrangeiros.

Face ao crescendo de dificuldades económicas dos quais ainda se encontram ligados ao capitalismo internacional, o Peru optou pela solução que favorece os interesses do seu próprio povo em detrimento dos interesses do capital internacional, dos grandes rendimentos nacionais.

O agravamento das condições de vida das massas populares, a sujeição da economia nacional à «benemerência» da CEE ou dos Estados Unidos — nunca será via que aponte para o socialismo. Está na linha de defesa dos inconciliáveis interesses do capital.

O POVO ESPANHOL LUTA CONTRA FRANQUISMO SEM FRANCO

Espanha vive neste momento momentos de luta intensa. As massas trabalhadoras empreenderam uma vigorosa ofensiva contra a demagogia do novo governo espanhol, por melhores condições de vida, por uma efectiva democratização da vida nacional (que naturalmente nunca poderá ser empreendida pelos mesmos que se esforçam por prolongar um fascismo com máscara, ou no máximo manter a defesa dos interesses dos exploradores sob uma fachada mais liberal).

O fulcro inicial da luta — fulcro que se mantém como um dos seus elementos —, a batalha pela libertação de todos os presos políticos, desdobrou-se num bem mais vasto leque reivindicativo, em que também as exigências mais vinculadas economicamente adquiriram um cunho abertamente político. Neste momento o povo espanhol bate-se de facto contra o franquismo sem Franco.

Na área de Madrid, encontram-se em greve 200 000 trabalhadores, incluindo os operários da construção civil, metalúrgicos, empregados bancários e o pessoal dos serviços de manutenção das companhias de caminho-de-ferro e dos telefones, pertencentes ao Estado. Avizinha-se nova paralisação no metropolitano de Madrid.

Nem só em Madrid a luta organizada das massas trabalhadoras enfrenta o velho-novo governo espanhol. Toda a Espanha vive jornadas de intensos conflitos de trabalho, com progressivo aumento do número de greves, paralisações de trabalho, manifestações, que se alargam a cidades como Barcelona, Pamplona, Málaga, Oviedo, Vigo, Vitória, Sevilha, Santander, evidenciando-se sectores como o da construção civil, metalúrgico, bancário, dos seguros, telefones e correios de Madrid. Novos sectores, novas empresas, vão progressivamente aderindo ao generalizado movimento operário.

Sucedem-se as represálias do «democrático» governo de D. Juan e Navarro ao intenso movimento operário. As principais fábricas do sector de metal de Madrid fecharam por determinação dos patrões. Centenas de operários estão sancionados com a perda de emprego e salário.

A polícia espanhola age com a brutalidade tradicional nas Universidades, nos bairros operários, nas ruas das cidades. No bairro operário de Vilaverde, no centro de Madrid, a polícia carregou e lançou bombas de fumo quando milhares de pessoas se queriam manifestar pacificamente em frente do Ministério da Fazenda, junto da Puerta del Sol, pedindo a demissão do ministro, a revogação do decreto sobre medidas económicas conjuntivas, que congelou os salários, liberdade para os trabalhadores presos, reabertura das fábricas e levantamento das sanções.

As tentativas do governo para liquidar a luta operária tem passado também pelo ataque a uma estrutura sindical, criada para defender interesses patronais, mas que hoje, em alguns casos, se votou a defesa dos trabalhadores. Foram seladas sedes de diversos sindicatos, presos dirigentes sindicais. A velha tática de Franco para furar greves — a sujeição dos grevistas à disciplina militar — voltou a ser utilizada, e com particular relevância.

«O cumprimento do programa será tanto mais fácil quanto menos maximalistas sejam as posições. Os que pedem tudo agora estão apenas a tentar arruinar o nosso programa» — proclama o ministro do Interior, Fraga Iribarne. «Grupos extremistas — afirma o primeiro-ministro Arias Navarro — têm tentado provocar o próprio governo e a generalidade dos cidadãos. Caso mantenham os seus desígnios, estarão apenas a lançar o descrédito sobre si próprios. O Governo prosseguirá, serenamente, o caminho traçado, certo de que serve a Monarquia e a Espanha».

Palavras que traduzem o esforço de apontar como acções isoladas de «grupos minoritários» a reacção popular à senda da demagogia. Velho método, aplicado nas mais diversas circunstâncias pelas forças da reacção, que apodam invariavelmente as forças mais conscientes, as camadas mais politizadas da população, de grupos extremistas e minoritários, reduzindo a punhados de agitadores as massas trabalhadoras em luta.

Neste momento trava-se em Espanha, um renhida batalha. A morte de Franco agudizou todas as frentes de luta. A Espanha dos trabalhadores bate-se por uma pátria nova e progressista. A Espanha dos monopólios, a Espanha joguete nas mãos dos magnates internacionais esforça-se por surgir com nova face, mantendo o essencial intacto. Mas mesmo nas cedências de pormenor encontra já escolhos difíceis de superar. Um povo de — minorias — combativas faz-lhe frente.



CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS

Respondendo ao apelo dos sindicatos milhares de trabalhadores manifestaram em massa o seu profundo repúdio pelo aumento do custo de vida e pelo congelamento de salários. Com o apoio de 300 organizações populares, a concentração-comício no estádio 1º de Maio, foi a demonstração vigorosa de um povo que quer a liberdade, a democracia e o socialismo

Numa resposta firme e decidida contra as recentes medidas antipopulares, a força mobilizadora e organizativa da classe operária e do povo trabalhador promoveu no passado dia 17, pelas 16 horas, no Estádio 1º de Maio em Lisboa, uma grandiosa jornada de luta unitária contra o aumento do custo de vida e o congelamento de salários.

Cerca de 47 Sindicatos, 5 Unões e Federações Sindicais, meia centena de Comissões de Trabalhadores, 43 Comissões de Moradores realizaram, ainda com o apoio militante de 48 plenários e grupos de trabalhadores, 7 assembleias populares e também de 7 organizações operárias (Secretariado Provisório das CT da Cintura Industrial de Lisboa, Secretariado Provisório do Conselho dos Trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas, Conselho dos Trabalhadores de Santa Iria de Azeitão, Comissão de Trabalhadores da Freguesia de Odivelas, Secretariado Provisório dos Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa, União Revolucionária do Trabalho e Secretariado Provisório dos Trabalhadores do Concelho de Almada), uma concentração, cujo carácter apertado e unitário ficou bem patente, pela forma exemplar como a Comissão de Luta organizadora desta jornada definiu e orientou os trabalhos. A demonstração evidente de que a classe operária, em estreita aliança com o proletariado rural, continua a lutar decididamente pelo avanço do processo democrático e do movimento popular, rumo ao socialismo, ficou bem registada com a participação entusiástica de milhares de trabalhadores portugueses no estádio 1º de Maio.

As numerosas adesões previamente registadas (na ordem das 300), juntaram-se ainda as seguintes: Secretariado Nacional da FUR, CRAPA (Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária), Conselho Revolucionário dos Trabalhadores, Soldados e Camponeses — Fafe, União das Cooperativas Agrícolas Seara Vermelha; Movimento Revolucionário de Alunos da Casa Pia de Lisboa — Secção Maria Pia; Comissão de Juventude de Apoio às Intercómuns de Moradores das Freguesias de S. Vicente, S. Estêvão e S. Miguel, MUTI — Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais para a Defesa da Revolução; Estudantes-trabalhadores da Escola Comercial e Industrial Josefa de Óbidos; Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Arratela; Juntas de Freguesia de S. Estêvão, Graça, S. Vicente de Fora, S. Miguel, S. Tiago, Madalena, Comissão Administrativa da Câmara do Seixal; Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Beato; Secretariado da Associação pró-Comissões de Juventude da Brandão, e muitas outras organizações de base.

Partidos da esquerda portuguesa (PCP, MDP, FSP, LCI, MES e PRPP) deram também o seu apoio a esta histórica concentração popular.

UMA ADESAO DE MILHARES DE TRABALHADORES

Muito antes do início desta grandiosa realização do povo trabalhador, já os acessos ao Estádio 1º de Maio se encontravam inundados por compactas massas de multidão. Trabalhadores, homens, mulheres e jovens que na unidade, firmeza e coerência revolucionárias, vieram testemunhar o seu repúdio pelas medidas antipopulares e antidemocráticas que pretendem fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise económica.

Fazendo frente e combatendo consequentemente as ameaças da direita terrorista e as manobras divisionistas e provocatórias da ultra-esquerda (evidenciadas uma vez mais com a manifestação do dia 16), os trabalhadores da zona de Lisboa e margem sul responderam em massa ao apelo dos sindicatos e da Comissão de Luta. As análises que bem cedo se lançaram sobre esta concentração popular (apoiadas em certos órgãos de informação pluralista)

não tiveram qualquer influência nas adesões ou na mobilização das organizações representativas das classes trabalhadoras para esta histórica iniciativa. Dos sindicatos que recusaram abertamente a sua participação na jornada de luta contra a carestia de vida (cerca de 17), alguns destes ainda acabaram por aderir, devido à pressão da classe, nomeadamente o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa e o dos Metalúrgicos do Distrito de Aveiro.



Presentes na tribuna, membros dos Sindicatos promotores da grande concentração: Metalúrgicos e Construção Civil de Lisboa e de Setúbal, Trabalhadores Agrícolas de Setúbal, Químicos de Lisboa, Ferroviários do Centro, Rodoviários de Lisboa, Transportes Urbanos de Lisboa, Têxteis, Lanificios e Vestuário do Sul, Estivadores de Setúbal, Electricistas do Sul e representantes do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, da Comissão Organizadora das mulheres dirigentes sindicais e ainda duas companheiras da Madeira, que se encontram entre nós a fim de exporem às autoridades político-militares do Governo Central, as condições de vida do proletariado rural madeirense.

O CAPITAL: ÚNICO RESPONSÁVEL PELA CRISE ECONÓMICA

A intervenção do primeiro orador, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, seria precedida pela leitura de uma moção enviada pela Intersindical do seguinte teor:

«A Comissão de Luta, 95 Sindicatos reunidos no plenário da Intersindical Nacional, a decorrer hoje em Coimbra, aprovaram a seguinte moção:

«O povo das regiões de Lisboa e Setúbal reuniu no Estádio 1º de Maio durante a grandiosa concentração de 17 de Janeiro decide:

- «1 — Fortalecer por todas as formas as suas organizações de classe a fim de fazer frente com êxito à ofensiva da direita que ameaça liquidar as conquistas duramente alcançadas na luta pelas massas trabalhadoras;
- «2 — Manifestar o seu vivo repúdio perante a política actualmente seguida pelo Ministério do Trabalho e expressar a mais profunda e total desconfiança nos actuais responsáveis por este Ministério;
- «3 — Denunciar a política divisionista, partidária e repressiva do capitão Tomás Rosa e do dr. Marcelo Curto, e exigir órgãos do poder que seja posto cobro à ingerência do Ministério do Trabalho nas organizações dos trabalhadores;
- «4 — Exigir que sejam renovadas as credenciais passadas às Comissões de Trabalhadores e que seja vedado ao patronato sabotador o regresso às empresas com interesse do Estado ou geridas pelos trabalhadores;
- «5 — Exigir imediata publicação do decreto-lei sobre o controlo operário nos termos em que foi aprovado há meses em Conselho de Ministros;
- «6 — Exigir que sejam tomadas medidas imediatas que façam pagar ao essencial aos capitalistas o preço da crise económica que provocaram e que só não é mais grave devido à vigilância, à iniciativa e à dedicação dos trabalhadores;
- «7 — Exigir a imediata suspensão do congelamento da contratação colectiva.
- «8 — Exigir a reposição dos preços dos produtos de primeira necessidade aos níveis praticados à data da formação do VI Governo Provisório (Setembro de 1975).

Reunindo os pontos fundamentais que levaram à realização desta grandiosa jornada de luta, a moção aprovada pelo povo que ocorreu ao Estádio 1º de Maio, simboliza desde já, o repúdio das massas populares face à acção «partidária, divisionista e repressiva da actual equipa do Ministério do Trabalho» e a sua firme determinação de avançar na unidade, com o controlo operário, a Reforma Agrária, as nacionalizações e as outras conquistas democráticas.

«Face ao aumento do custo de vida — prosseguiu — o Governo decreta o congelamento de salários e a política demagógica dos diversos ministérios, manifesta-se sem cessar. O sacudir a água do capote começa a caracterizar na globalidade, a acção governamental. Ninguém tem culpa! A castanha quente da política antoperária, vai sendo lançada de mão em mão.

«Secretários de Estado, ministros e quadros do aparelho governamental, falam de crise e de austeridade. Acaretam para os trabalhadores todos os sacrifícios. Depois, acusam falsamente as classes laboriosas desta mesma crise económica e acabam por condenar o processo democrático (desde o 25 de Abril até à formação do VI Governo Provisório) das dificuldades de hoje.

«No entanto, a crise económica iniciada após o derrubamento da ditadura fascista foi fomentada pela acção sabotadora do grande capital, com o encerramento de várias empresas, o desvio de dinheiro, a propagação interna e externa contra a Revolução Portuguesa e o desenvolvimento de acções terroristas.

«Nos trabalhadores, não precisamos que nos viessem falar de crise económica para lhe conhecer a existência; é que, quando aqueles que hoje não falam de outra coisa, a conhecem dos livros ou de ouvido, nós sentimos-lhes os efeitos e sofremos as consequências do dia-a-dia», salientou, calorosamente ovacionado pela multidão presente.

«Mas adiante, diria ainda: «Por isso fomos nós trabalhadores, os primeiros a procurar caminhos e a propor soluções para a crise económica que não podiam ser encontradas num quadro de economia de lucro e exploração, mas sim avançando a passos firmes na construção da sociedade sem exploradores nem exploráveis, fazendo pagar aos responsáveis pela crise, os capitalistas, a maior parte dos custos da reconstrução económica. Se assim fosse, se o caminho apontado fosse o Socialismo, os trabalhadores portugueses não se pousariam a esforços e sacrifícios; mas não é isso o que hoje sucede. Hoje, exigem-nos sacrifícios não para que a nossa sorte melhore amanhã, mas para que o capitalismo recupere dos golpes sofridos, para benefício dos parasitas...»

«Após a denúncia da actualização do

MOÇÃO APROVADA

«O povo das regiões de Lisboa e Setúbal reuniu no Estádio 1º de Maio durante a grandiosa concentração de 17 de Janeiro decide:

«1 — Fortalecer por todas as formas as suas organizações de classe a fim de fazer frente com êxito à ofensiva da direita que ameaça liquidar as conquistas duramente alcançadas na luta pelas massas trabalhadoras;

- «2 — Manifestar o seu vivo repúdio perante a política actualmente seguida pelo Ministério do Trabalho e expressar a mais profunda e total desconfiança nos actuais responsáveis por este Ministério;
- «3 — Denunciar a política divisionista, partidária e repressiva do capitão Tomás Rosa e do dr. Marcelo Curto, e exigir órgãos do poder que seja posto cobro à ingerência do Ministério do Trabalho nas organizações dos trabalhadores;
- «4 — Exigir que sejam renovadas as credenciais passadas às Comissões de Trabalhadores e que seja vedado ao patronato sabotador o regresso às empresas com interesse do Estado ou geridas pelos trabalhadores;
- «5 — Exigir imediata publicação do decreto-lei sobre o controlo operário nos termos em que foi aprovado há meses em Conselho de Ministros;
- «6 — Exigir que sejam tomadas medidas imediatas que façam pagar ao essencial aos capitalistas o preço da crise económica que provocaram e que só não é mais grave devido à vigilância, à iniciativa e à dedicação dos trabalhadores;
- «7 — Exigir a imediata suspensão do congelamento da contratação colectiva.
- «8 — Exigir a reposição dos preços dos produtos de primeira necessidade aos níveis praticados à data da formação do VI Governo Provisório (Setembro de 1975).

Ministério do Trabalho, agora transformado no das Corporações — como seria apelidado na maioria das intervenções — o orador referiu-se ao Ministério das Finanças — ao mesmo tempo que aumenta os impostos sobre os trabalhadores, vai pagar aos accionistas dos bancos nacionalizados mais de 4 milhões de contos.

«O assim se pode entender — prosseguiu o representante sindical da Construção Civil — que o Ministério do Comércio Interno aumente a subida de preços, ao mesmo tempo que o Governo congela a contratação colectiva.»

«No final da sua intervenção apelou para a unidade e preparação das massas,

17 DE JANEIRO: UMA ETAPA HISTÓRICA NO MOVIMENTO POPULAR

Esta grandiosa jornada popular e unitária que levou ao Estádio 1º de Maio, em Lisboa, milhares e milhares de trabalhadores, que independentemente da filiação partidária ou do credo religioso, sentem no dia-a-dia a carestia da vida e a intensificação das medidas antipopulares, foi o resultado de um amplo e profundo trabalho de massas e dedicação revolucionária.

«Homens e mulheres empunhando cartazes, dísticos ou bandeiras em representação dos locais de trabalho, dos órgãos de vontade popular ou com algumas palavras de ordem inscritas, bem cedo começaram a chegar ao Estádio 1º de Maio. Olhando em redor, já as bancadas, as pistas e todo o parque aglomeravam um imenso bloco humano que gritava:

COMBATER O TERRORISMO/COMBATER A REACÇÃO; CONTROLO OPERÁRIO/CONTROLO DA PRODUÇÃO; ABAIXO A VIDA CARA/FIM AOS CONGELAMENTOS.

«Depois, para a sensação verdadeira, estampada nos rostos destes milhares de portugueses, que ninguém está sozinho no combate à exploração, à demagogia burguesa, aos ataques sistemáticos do terrorismo da direita.

«Confiante, organizado e unido, o povo trabalhador avançará!

Ministério do Trabalho, agora transformado no das Corporações — como seria apelidado na maioria das intervenções — o orador referiu-se ao Ministério das Finanças — ao mesmo tempo que aumenta os impostos sobre os trabalhadores, vai pagar aos accionistas dos bancos nacionalizados mais de 4 milhões de contos.

«O assim se pode entender — prosseguiu o representante sindical da Construção Civil — que o Ministério do Comércio Interno aumente a subida de preços, ao mesmo tempo que o Governo congela a contratação colectiva.»

«No final da sua intervenção apelou para a unidade e preparação das massas,

17 DE JANEIRO: UMA ETAPA HISTÓRICA NO MOVIMENTO POPULAR

Esta grandiosa jornada popular e unitária que levou ao Estádio 1º de Maio, em Lisboa, milhares e milhares de trabalhadores, que independentemente da filiação partidária ou do credo religioso, sentem no dia-a-dia a carestia da vida e a intensificação das medidas antipopulares, foi o resultado de um amplo e profundo trabalho de massas e dedicação revolucionária.

«Homens e mulheres empunhando cartazes, dísticos ou bandeiras em representação dos locais de trabalho, dos órgãos de vontade popular ou com algumas palavras de ordem inscritas, bem cedo começaram a chegar ao Estádio 1º de Maio. Olhando em redor, já as bancadas, as pistas e todo o parque aglomeravam um imenso bloco humano que gritava:

COMBATER O TERRORISMO/COMBATER A REACÇÃO; CONTROLO OPERÁRIO/CONTROLO DA PRODUÇÃO; ABAIXO A VIDA CARA/FIM AOS CONGELAMENTOS.

«Depois, para a sensação verdadeira, estampada nos rostos destes milhares de portugueses, que ninguém está sozinho no combate à exploração, à demagogia burguesa, aos ataques sistemáticos do terrorismo da direita.

«Confiante, organizado e unido, o povo trabalhador avançará!

CONTRA A ACCÃO SABOTADORA DO CAPITALISMO, A FIRMEZA DAS CLASSES TRABALHADORAS

Seguidamente usou da palavra um representante do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa que abordou o tema «A política e a situação geral das empresas».

«Começou por salientar as manobras do capitalismo, alertando para o facto de as grandes famílias da burguesia capitalista portuguesa, nomeadamente, Rebêlos, Melos, Pimentas, Quinas, Copertinos de Miranda, Champallimais e muitas outras, estarem já a planear o recomeço de actividades em Portugal. «Já vão organizando negociações e preparando o caminho para o seu regresso. Não há dúvida que em matéria de monopolistas e latifundiários presentes em Portugal, o pluralismo é cada dia maior» — concluiu o segundo orador.

«Após os golpes falhados de 28 de Setembro e de 11 de Março — afirmou — os exploradores do povo português, no prosseguimento da sua acção sabotadora, criminosa e cobarde, fugiram para o estrangeiro, levando consigo milhares de contos roubados aos trabalhadores. Que fizeram estes vampiros? Prejudicaram o turismo, aliaram-se ao imperialismo e ao capitalismo internacional na campanha de calúnias contra a democracia portuguesa, proporcionaram e fomentaram o boicote económico dos países governados pelas forças da direita, boicotaram os empréstimos externos, finan-

ciaram as acções contrarrevolucionárias. Venderam a Pátria. Traíram o povo!»

«Contra todos os golpes da burguesia reaccionária e resistindo às provocações — frisou o delegado da cintura industrial de Lisboa — foram os trabalhadores que com o seu entusiasmo, a sua tenacidade, o seu espírito de sacrifício, o seu empenhamento no processo revolucionário, não deixaram que se desorganizasse completamente a actividade produtiva e que se instalasse o caos. E é justo que recordemos aqui que os trabalhadores e as massas populares não estiveram só: contaram com o apoio e solidariedade dos militares que agora se encontram presos ou perseguidos.

«Os trabalhadores conscientes das formas de acção dos patrões (traição, mentira, manipulação, incitação ao divisionismo no seio das classes exploradas, ameaças e ainda outras), bem expostas em casos como o da J. Pimenta, Comelna, Corame, Graçã, Para, Metalúrgica Duarte Ferreira, Moali, Fiação de Tecidos de Tomar, Motaflex, Têxtil Manuel Gonçalves, Martins e Rebelo, Supermercados Pão de Açúcar e muitos outros, saberão aumenar novas formas de luta e de erguer, na unidade, uma grandiosa barreira antifascista onde se irão aglomerar, independentemente do credo político ou religioso, os esforços de todos os trabalhadores, de norte a sul do país, em defesa da Revolução e das liberdades.»

«E preciso que não nos deixemos enganar com demagogias, porque estamos próximos das eleições e alguns senhores ministros já andam à caça descarada do voto.

«O actual Ministério do Trabalho e a sua orientação antioperária», foi o tema desenvolvido pelo último orador, o representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que começou por afirmar:

MINISTÉRIO DO TRABALHO OU DAS CORPORACÕES?

«O actual Ministério do Trabalho e a sua orientação antioperária», foi o tema desenvolvido pelo último orador, o representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que começou por afirmar:

«Parte integrante e destacada do movimento operário e popular — o movimento unitário sindical conheceu após o 25 de Abril novas fases de luta e de intervenção. As conquistas de direitos sociais, incluindo o direito à greve, à reunião, à organização plena autonomia das organizações dos trabalhadores perante o patronato ou o Estado e a força e independência dos sindicatos, são passos em frente que fortaleceram as possibilidades de in-

CONTRA A ACCÃO SABOTADORA DO CAPITALISMO, A FIRMEZA DAS CLASSES TRABALHADORAS

Seguidamente usou da palavra um representante das mulheres dirigentes sindicais que abordou o problema do aumento do custo de vida. Após uma saudação a todas as mulheres do nosso País e em particular às mais exploradas, afirmou:

«O aumento dos preços dos produtos essenciais e o congelamento de salários realizado a pedido dos patrões são dois exemplos que mostram claramente que a actual política dos Ministérios do Comércio Interno e do Trabalho, não serve os interesses dos trabalhadores. Estas duas medidas antioperárias, ligadas às indemnizações de 4 milhões de contos dados aos antigos patrões dos Bancos de Angola, Nacional Ultramarino e de Portugal, por proposta do Ministério das Finanças, constituem autênticas afrontas a todos aqueles que nada têm de seu e não ser a força do trabalho.»

«Detendo-se em particular sobre a actual situação da mulher na

presente sociedade, diria também: «As mulheres, e principalmente as trabalhadoras, mais do que ninguém sentem a exploração e as difíceis condições de vida a que ainda estão sujeitas os trabalhadores do nosso País. Muitas delas são lançadas à procura de um emprego, porque o salário do marido ou do pai é insuficiente para aguentar a casa. Por isso sujeitam-se muitas vezes a uma maior exploração e a receberem salários de miséria.

«A falta de crèches e apoio às mulheres trabalhadoras — prosseguiu — dificulta ainda mais as condições de vida das mulheres portuguesas.»

«Debruçando-se sobre a actual situação nos meios políticos e sociais, alertou a grande multidão presente no recinto do 1º de Maio para o perigo, agora mais iminente, da perda das conquistas tão arduamente alcançadas pela classe operária e pelo povo trabalhador em Abril.

«Ao finalizar a sua significativa alocução, afirmou ainda: «O simples anúncio desta concentração levou alguns ministros a correrem à Televisão para dizerem que os preços não aumentariam mais e que outros até iriam descer. Tudo isto são palavras e promessas. A carne e a batata continuam a preços impossíveis para os trabalhadores. As tanças são as mesmas.

«E preciso que não nos deixemos enganar com demagogias, porque estamos próximos das eleições e alguns senhores ministros já andam à caça descarada do voto.

«O actual Ministério do Trabalho e a sua orientação antioperária», foi o tema desenvolvido pelo último orador, o representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que começou por afirmar:

MINISTÉRIO DO TRABALHO OU DAS CORPORACÕES?

«O actual Ministério do Trabalho e a sua orientação antioperária», foi o tema desenvolvido pelo último orador, o representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que começou por afirmar:

«Parte integrante e destacada do movimento operário e popular — o movimento unitário sindical conheceu após o 25 de Abril novas fases de luta e de intervenção. As conquistas de direitos sociais, incluindo o direito à greve, à reunião, à organização plena autonomia das organizações dos trabalhadores perante o patronato ou o Estado e a força e independência dos sindicatos, são passos em frente que fortaleceram as possibilidades de in-

CONTRA A ACCÃO SABOTADORA DO CAPITALISMO, A FIRMEZA DAS CLASSES TRABALHADORAS

Seguidamente usou da palavra um representante das mulheres dirigentes sindicais que abordou o problema do aumento do custo de vida. Após uma saudação a todas as mulheres do nosso País e em particular às mais exploradas, afirmou:

«O aumento dos preços dos produtos essenciais e o congelamento de salários realizado a pedido dos patrões são dois exemplos que mostram claramente que a actual política dos Ministérios do Comércio Interno e do Trabalho, não serve os interesses dos trabalhadores. Estas duas medidas antioperárias, ligadas às indemnizações de 4 milhões de contos dados aos antigos patrões dos Bancos de Angola, Nacional Ultramarino e de Portugal, por proposta do Ministério das Finanças, constituem autênticas afrontas a todos aqueles que nada têm de seu e não ser a força do trabalho.»

«Detendo-se em particular sobre a actual situação da mulher na

intervenção sindical e política dos trabalhadores, como demonstra a punção revelada em todos os momentos pelo movimento sindical unitário, alicerce básico do combate popular no seio do processo democrático.

«A conquista e efectivação prática do controlo operário — frisou o metalúrgico — bem como o seu reconhecimento pelos órgãos do poder político-militar, ligado às medidas tomadas sob pressão dos trabalhadores contra a sabotagem económica, pela intervenção do Estado em muitas empresas, pelo apoio às cooperativas geridas pelos trabalhadores, representam claramente o avanço da destruição das bases do poder económico e político do capital.»

«Referindo-se concretamente ao Ministério do Trabalho, salientou: «Entre as conquistas do processo democrático conta-se o desmantelamento de certos órgãos do Estado fascista, a transformação de outros e a sua colocação ao serviço da democracia e das massas trabalhadoras. Um desses órgãos é o Ministério do Trabalho, cuja constituição e estruturação correspondeu à destruição e saneamento do Ministério fascista das corporações.

«Numa sociedade democrática, em luta contra a opressão dos monopólios e dos latifúndios, a existência de um Ministério do Trabalho tem como função a defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores — e essa só poderá ser feita contra o capital.

«Desde os tempos de Salazar e Caetano, os trabalhadores desmascaramaram as formas de perpetuar a exploração, o que não impediu o Ministério do Trabalho, sob a chieira do capitão Tomás Rosa, de agora desenterrar essas velhas formas do arsenal do fascismo e do corporativismo, e realizar debaixo da capa demagógica da batalha da economia e de palavras como socialismo, liberdade e pluralismo democrático, uma política antioperária, que se dirige contra as classes trabalhadoras e está ao serviço da recuperação capitalista.

«Depois de se referir à correlação de forças no quadro político-militar, após o 25 de Novembro, ao lock-out, à acção da CIP (instrumento de acção das forças do capital), à gestão e co-gestão das empresas, o sindicalista metalúrgico denunciaria ainda as tentativas que autoridades do VI Governo Provisório têm desenvolvido para retrair as credenciais às CT e de restituir ao patronato o que eles abandonaram e boicotaram.

«As manobras dos capitalistas e exploradores enquadradas com a acção do Ministério do Trabalho — frisou — tem originado situações como na Têxtil Manuel Gonçalves, nos Químicos e outras, ao mesmo tempo que, perante as acções terroristas praticadas com o assalto às sedes sindicais, à USP-União dos Sindicatos do Porto e a vários sindicatos, as forças da ordem nada fazem.

«Embora o actual Governo crie um organismo para intervir contra a autonomia dos sindicatos, em aberta violação da lei sindical — salientou já no fim da sua intervenção — chamando-lhe primeiro GAVS (Gabinete de Apoio à Vida Sindical) e depois de desmascarada a manobra, DROT (Departamento das Relações da Organização do Trabalho), os trabalhadores portugueses continuarão a lutar.»

CONTRA A ACCÃO SABOTADORA DO CAPITALISMO, A FIRMEZA DAS CLASSES TRABALHADORAS

Seguidamente usou da palavra um representante das mulheres dirigentes sindicais que abordou o problema do aumento do custo de vida. Após uma saudação a todas as mulheres do nosso País e em particular às mais exploradas, afirmou:

«O aumento dos preços dos produtos essenciais e o congelamento de salários realizado a pedido dos patrões são dois exemplos que mostram claramente que a actual política dos Ministérios do Comércio Interno e do Trabalho, não serve os interesses dos trabalhadores. Estas duas medidas antioperárias, ligadas às indemnizações de 4 milhões de contos dados aos antigos patrões dos Bancos de Angola, Nacional Ultramarino e de Portugal, por proposta do Ministério das Finanças, constituem autênticas afrontas a todos aqueles que nada têm de seu e não ser a força do trabalho.»

«Detendo-se em particular sobre a actual situação da mulher na